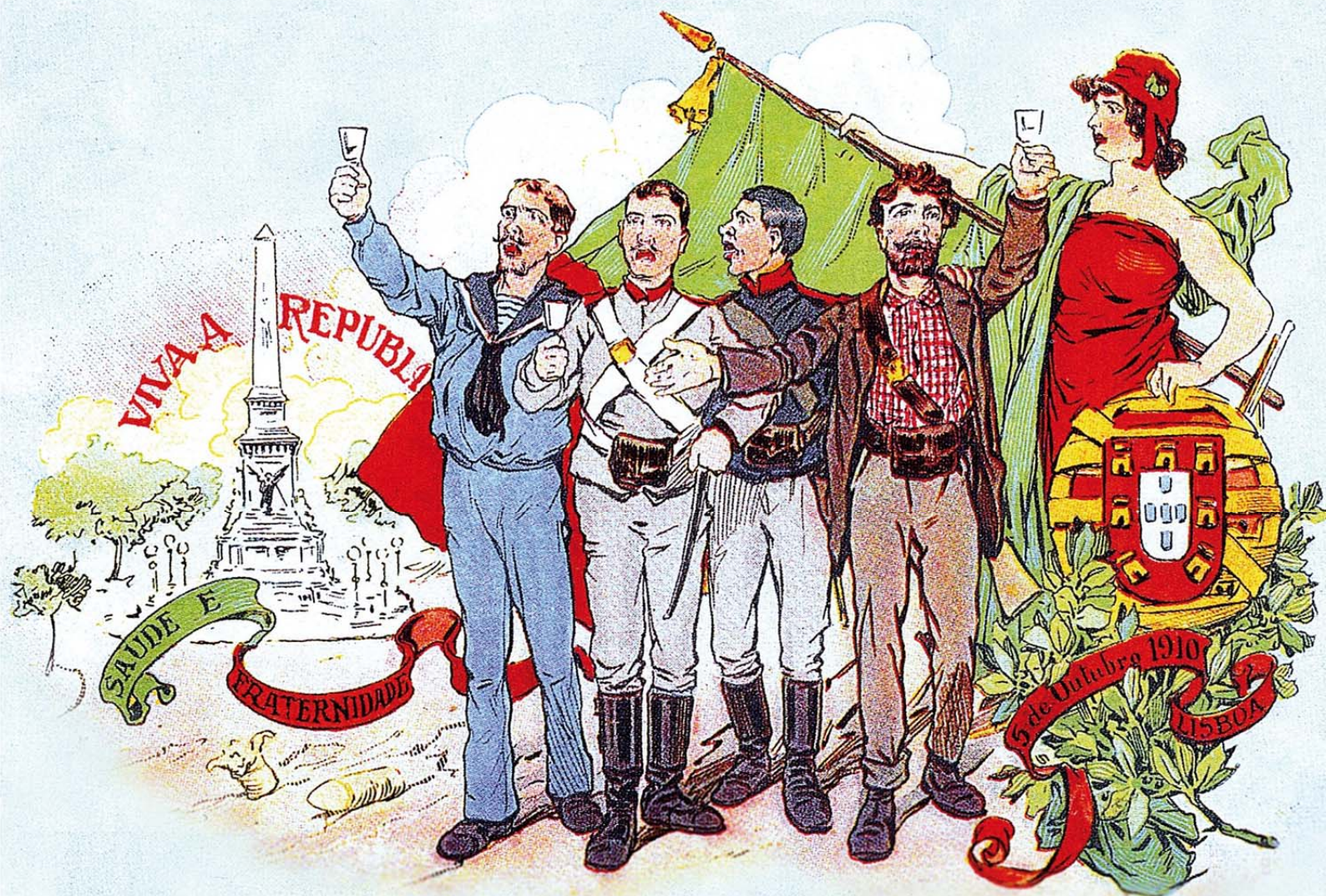


Luísa Tiago de Oliveira
João Freire
(organização)

Militares e Sociedade, Marinha e Política

Um século de História



Militares e Sociedade, Marinha e Política:
um século de história.
Actas de Jornada de Estudos.

Luísa Tiago de Oliveira
João Freire
(organização)

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
Lisboa
2012

Título

Militares e Sociedade, Marinha e Política: um século de história.
Actas de Jornada de Estudos.

Organização

Luísa Tiago de Oliveira
João Freire

Edição

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Avenida das Forças Armadas
1649-026 Lisboa
Tel.: +351 217903000 • Fax: +351 217964710
E-mail: geral@iscte.pt • Sítio: <http://www.iscte-iul.pt/home.aspx>

Revisão

Luísa Tiago de Oliveira
Margarida Reis e Silva

Capa e Layout

Tiago Santos
Margarida Reis e Silva
Com base nos materiais gráficos de Maria José Beldock

Composição e Paginação

Margarida Reis e Silva
Tiago Santos

Edição digital

ISBN: 978-989-8154-72-9
uri: <http://hdl.handle.net/10071/3302>

Lisboa, Março de 2012

Índice

.....

<u>INTRODUÇÃO</u>	
Luísa Tiago de Oliveira e João Freire	5
<u>PARTE I. MARINHEIROS E POLÍTICA</u>	7
1. <u>A Marinha na transição para a democracia: acção e memória.</u> <u>Apresentação de projecto de investigação</u>	
Luísa Tiago de Oliveira	9
2. <u>A Marinha e o poder político:</u> <u>antes, durante e depois da experiência republicana</u>	
João Freire	17
3. <u>Imagens marinheiras.</u> <u>Diaporama</u>	
Ricardo Alexandre, Pedro Faria Lopes e João Freire	25
4. <u>A Marinha no 5 de Outubro de 1910:</u> <u>uma breve análise</u>	
Carlos Manuel Valentim	33
5. <u>A Marinha no 25 de Abril de 1974: antecedentes.</u> <u>Plano da comunicação</u>	
Pedro Lauret	43
<u>PARTE II. MILITARES, SOCIEDADE E POLÍTICA</u>	57
6. <u>Caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército):</u> <u>do testemunho ao estudo</u>	
Aniceto Afonso	59
7. <u>A Força Aérea Portuguesa:</u> <u>uma realidade militar e sociológica (1952-1974) - reflexões</u>	
Luís Alves de Fraga	75
8. <u>O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda.</u> <u>Apresentação de projecto de investigação</u>	
Luís Nuno Rodrigues	93
9. <u>Os Militares Portugueses e a Descolonização.</u> <u>Apresentação de projecto de investigação</u>	
Ana Mouta Faria	99
10. <u>Os Militares Portugueses na Guiné-Bissau: da contestação à descolonização.</u> <u>Apresentação de projecto de investigação</u>	
Rui Brito Camacho Duarte	103
11. <u>As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra-fria.</u> <u>Apresentação de projecto de investigação</u>	
Helena Carreiras	109

Introdução

A presente obra é o primeiro livro digital editado pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (IUL), constituindo um livro de actas de um Encontro Científico.

Tendo o Encontro sido inicialmente gravado e depois disponibilizadas as gravações em endereço URI no Repositório do ISCTE-IUL, bem como alguns materiais subjacentes às comunicações, surgiu a ideia de fazer um livro digital, também disponível no mesmo Repositório.

Esta obra partiu, assim, das comunicações apresentadas à Jornada de Estudos “Militares e Sociedade, Marinha e Política: um século de história”, realizada a 24 de Setembro de 2010 no ISCTE-IUL, organizada pelo Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) e Associação para o Desenvolvimento das Telecomunicações e Técnicas de Informática (ADETTI) do ISCTE-IUL, pelo Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa, tendo contado com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (CNCCR).

Assinalando o centenário da proclamação da República, realizou-se essa jornada e fez-se a apresentação pública do projecto “A Marinha na Transição para a Democracia: acção e memória”, empreendido por estes centros de investigação. Para uma melhor análise das dimensões políticas da Marinha e do seu lugar na conjuntura revolucionária portuguesa, num quadro marcado por grandes transformações como as que caracterizaram o país nas décadas de 1960 a 1990, afigurou-se pertinente uma perspectiva alargada, possível a partir de um olhar sobre o papel da Marinha na vida política portuguesa no século XX e sobre as relações entre militares e sociedade. Quer o processo iniciado a 25 de Abril de 1974 quer o começado a 5 de Outubro de 1910 foram marcados por novos movimentos sociais e forte participação política, inscrevendo novas práticas de cidadania na sociedade portuguesa, justificando-se também, nesta perspectiva, a atenção a estes dois eventos marcantes.

Estruturado em duas partes (uma centrada na Marinha, outra alargada às Forças Armadas em geral), pretendeu-se uma visão plural dos problemas, fazendo dialogar investigações a iniciar com outras mais adiantadas, provenientes de áreas disciplinares diversas, sendo este o

caminho que se afigura mais fértil para o avanço do conhecimento. Pretendeu-se, assim, estimular análises nos mais diversos campos, desde os trabalhos sobre a Marinha e os militares na sociedade aos estudos sobre elementos de mudança e permanência na transição para a Democracia, esse processo que levou Portugal e colónias para a boca de cena geo-estratégica mundial e que, segundo Samuel Huntington abriu uma nova vaga revolucionária mundial.

Naturalmente que um processo destes exigiu inúmeros apoios que nos cumpre agradecer, certos de que nunca poderemos referir todas as imprescindíveis contribuições. Mas não podíamos deixar de expressar o nosso obrigado a estes colegas ou serviços: Dr.^a Ana Virtuoso e Dr.^a Cecília Vaz (secretariado da Jornada de Estudos inicial e do CEHC); Designer Maria José Beldock (pela concepção dos materiais gráficos da Jornada); Dr. Décio Telo (Serviço de Audio-Visuais); Dr. Rui Freitas, Dr.^a Christine Trevidic e Designer Tiago Santos, pelo apoio na Jornada e pelo trabalho na preparação do livro (Gabinete de Comunicação e Imagem); Dr.^a Raquel Cruz e Lina Cardoso (secretariado do CIES); Doutora Maria João Amante e Dr.^a Teresa Segurado (Serviços de Informação e Documentação); Dr.^a Margarida Reis e Silva (revisão literária, paginação e composição do livro digital).

Agradecemos ainda a presença a todos aqueles que estiveram na Jornada que originou este livro e, em particular, àqueles que a inauguraram: Reitor Luís Reto, Doutora Maria Fernanda Rolo (CNCRR) e Almirante Medeiros Alves (em representação do Chefe do Estado-Maior da Armada).

Assim, este livro vos agrade - tal como nos agradou ter-vos connosco. Ao gravar as sessões, ao pedir os materiais que serviram de base às comunicações (textos escritos, apresentações de diapositivos e diaporama), ao procurar o surgimento de textos alargados e ao usar os recursos digitais para fazer esta obra, pretendemos que o conhecimento seja disseminado. Não quisemos mais uma vez repetir frases como “é pena isto não ser publicado” ou “foi uma pena aquilo não ter sido publicado” que tantas vezes se ouvem aquando dos encontros científicos. Por isso, tentámos fazer este livro digital, com todas as dúvidas que acompanham a primeira que fazemos algo de novo. Assim, as nossas escolhas permitam que o património material e imaterial dos encontros científicos tenha uma vida mais alargada.

Luísa Tiago de Oliveira
João Freire

Parte I

Marinheiros e Política

Capítulo 1

A Marinha na Transição para a Democracia: acção e memória. Apresentação de projecto de investigação

Luísa Tiago de Oliveira*

1. Enquadramento institucional

"A Marinha na Transição para a Democracia: acção e memória" é um projecto de investigação do Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC), do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), da Associação para o Desenvolvimento das Telecomunicações e Técnicas de Informática (ADETTI), do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, e do Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa. Financiado pelo Ministério da Defesa Nacional, tem beneficiado igualmente do apoio do CEHC e do ISCTE - IUL.

2. Equipa

Composta por João Freire, Aniceto Afonso, Pedro Faria Lopes, e eu, Luísa Tiago de Oliveira, investigadora responsável, a equipa tem contado com a colaboração de transcritores e de uma auxiliar de investigação (Margarida Reis e Silva).

3. Objectivos

O tema enquadra-se no cruzamento de estudos sobre a acção das forças políticas e sociais na conjuntura revolucionária portuguesa (1974-1976) com trabalhos sobre o papel dos

* Doutorada em História (ISCTE-IUL, 2000). Professora no Departamento de História do ISCTE-IUL. Investigadora do Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC) do ISCTE-IUL. Pesquisas em curso: "A Marinha na Transição para a Democracia: acção e memória" e "IST: um século de existência". Publicações mais relevantes: *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil, 1974-1977* (Oeiras, Celta Editora, 2004); "Schools 'without walls' during the portuguese revolution: the Student Civic Service (1974-1977)" (in *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 4, nº 3, 2005); *Nascido para Inovar. 35 Anos ISCTE* (com Jorge Freitas Branco e Carlos Oliveira Santos) (Lisboa, ISCTE, 2007); "A ocupação da sede da PIDE/DGS em 1974" (com Isabel Gorjão Santos) (in *Ler História*, nº 57, 2009); "A História Oral em Portugal" (in *Sociologia. Problemas e Práticas*, nº 63, 2010).

militares na política e na sociedade e, ainda, com investigações sobre a Marinha. Assim, convoca conhecimentos e recursos metodológicos destas três áreas, necessários para equacionar o papel do MFA da Marinha na transição para a democracia.

Sendo o MFA, organização política de militares dos três ramos das Forças Armadas, um elemento central do processo revolucionário em Portugal, é um destes ramos, o MFA da Marinha, que constitui o cerne do estudo cujo objecto empírico é constituído pelo seu grupo de oficiais.

A questão central deste projecto configura-se da seguinte forma: “Como se forma e estrutura, qual o devir e qual o papel de uma organização política de militares (oficiais de Marinha) num contexto de Transição para a Democracia por via revolucionária?”

Com este estudo, pretende-se concorrer para compreender a intervenção dos oficiais do MFA da Marinha, partindo do levantamento das suas atitudes, comportamentos e identidades. Procura-se uma nova leitura do papel dos militares na política e na sociedade, seja em momentos de excepção (como as jornadas revolucionárias, as contra-revolucionárias, ou o golpe de Estado), seja no quotidiano de um contexto de mudança, como foi o caso do período de 1974-1976. Prevê-se também a produção de novos conhecimentos sobre a relação entre militares e movimentos sociais e políticos, bem como sobre jornadas relevantes da época (como o 25 de Novembro). São estes os principais objectivos que definimos no campo das Ciências Sociais.

Porém, para além destes, pretende-se atingir dois outros propósitos nas Ciências Documentais e na Cidadania. Antes do mais, visa-se criar fontes históricas (como os testemunhos orais, nascidos em entrevistas) ou salvaguardar documentação histórica pré-existente sobre o processo de democratização da sociedade portuguesa, sendo assim possível responder à abertura manifestada por protagonistas importantes do MFA para proporcionar estas fontes cruciais, e por vezes únicas, sobre a participação da Marinha na conjuntura revolucionária portuguesa. Ao permitir a recolha de todos estes documentos, o seu tratamento e a sua disponibilização em arquivos públicos, é a Cidadania que sairá também reforçada.

4. Eixos de trabalho

Na conjuntura revolucionária, à semelhança do Exército e Força Aérea, a Marinha dispunha de uma representação própria em vários órgãos do poder, produzindo também uma imagem socialmente reconhecida. Algumas das suas unidades foram chamadas a intervir em tensões na sociedade civil assim como elementos seus participaram em órgãos de governo.

O estado da arte revela claras lacunas de estudos científicos sobre a Marinha, em especial nas suas dimensões sociopolíticas. A abundante literatura sobre a revolução portuguesa, analisando o papel dos militares, a orientação do novo regime, os movimentos sociais, a descolonização e o relacionamento internacional do país, pouco focou o papel da Marinha e dos seus oficiais.

No presente estudo, identificaram-se os seguintes eixos de pesquisa principais:

- A estruturação de uma organização clandestina de oficiais numa Marinha de Guerra, sob uma ditadura, e num tempo de guerra colonial em três frentes com grande descontinuidade geográfica (surgida a partir de uma atitude de distanciamento face ao regime de uma parte dos seus membros).
- A posição desta organização de acompanhamento crítico do Movimento dos Capitães e a atitude de “neutralidade activa” no desencadear do 25 de Abril de 1974.
- A reconstituição e interpretação do papel desta organização na elaboração de textos fundamentais do MFA, nas acções do dia 25, e ainda na libertação de todos os presos políticos e na tomada da sede da PIDE/DGS.
- O papel da Marinha durante a conjuntura revolucionária, aparentemente inesperado face aos seus efectivos e à sua anterior posição crítica perante o Movimento dos

Capitães e o golpe do dia 25 de Abril - papel este traduzido na sua actuação no interior do MFA, em vários órgãos de poder (Junta de Salvação Nacional, Conselho de Estado, Conselho dos Vinte, Conselho da Revolução, Governos Provisórios e Ministérios), nos cargos ocupados na descolonização, bem como no Serviço Director e Coordenador da Informação e na 5.ª Divisão do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (à qual coube a responsabilidade essencial nas Campanhas de Dinamização Cultural).

- Os modos de construção da aura de “gonçalvista” da Marinha e da sua identificação com o PCP, esclarecendo nomeadamente as tensões em torno da Assembleia de Tanços e do 25 de Novembro de 1975.
- As redes organizativas posteriores a 25 de Novembro e o percurso civil e militar dos oficiais de Marinha envolvidos.
- A caracterização da teia de relações e a identificação de factores de tensão e unidade entre oficiais, sargentos e praças.
- O modo como se combinaram dinâmicas de transformação e resistência na Marinha.

5. Metodologia

Considerando os oficiais do MFA da Marinha como objecto principal de estudo, as suas práticas e ideias são analisadas com amplo recurso às memórias individuais e de grupo, património imaterial, mas também recorrendo aos arquivos particulares de cada um, um património bem material a que por vezes é difícil dar destino. Estes dois tipos de materiais, nucleares, constituem, assim, fontes históricas a serem devidamente contextualizadas, criticadas e cruzadas com todo o tipo de fontes, como as arquivísticas mais clássicas, as peças dos *media*, a iconografia e a bibliografia.

Enunciem-se, um pouco mais sistematicamente, estes métodos e materiais previstos:

A investigação partiu de quatro extractos de histórias de vida de oficiais de Marinha que, na qualidade de dirigentes do MFA da Marinha, pertenceram ao Conselho de Estado, ao Conselho dos Vinte e ao Conselho da Revolução (almirante Vítor Crespo, almirante Manuel Martins Guerreiro, comandante Carlos de Almada Contreiras e comandante Miguel Judas). Enquanto se agudizavam as tensões sociais e políticas no país, e num quadro legal provisório e de transição, estes oficiais integraram aqueles órgãos que chegaram a ter poderes constituintes, legislativos, executivos, fiscalizadores e militares, sendo evidente a relevância destas estruturas de poder.

Os quatro oficiais entrevistados colocaram à consulta vastas colecções documentais por eles coligidas, disponibilizando-se o Arquivo Histórico Militar para acolher e organizar estes espólios particulares.

A estes quatro oficiais do núcleo inicial, rapidamente juntámos alguns outros. Através do efeito “em cascata”, bem conhecido das Ciências Sociais, foram igualmente contactados uma vintena de outros seus camaradas de armas para realização de entrevistas focadas e semi-directivas. Deparando com necessidades de pesquisa, solicitando estes e outros apoios, foi possível alcançar ainda oficiais de posições político-ideológicas bem diversas, afastando-nos mesmo do MFA da Marinha. Já foram identificados novos espólios documentais, eventualmente a encaminhar também para domínio público.

Para além destes espólios particulares, prevê-se a consulta de arquivos privados e públicos: o Arquivo Central e o Arquivo Histórico associados à Biblioteca Central da Marinha, o Arquivo Histórico Militar, o Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril e a Fundação Mário Soares.

A pesquisa na imprensa e noutros meios de comunicação social pode não só revelar a opinião difundida como mostrar outras dimensões da questão, por aquele ter sido um tempo de excepção particularmente aberto à pluralidade de registos.

A pesquisa bibliográfica abrange obras de natureza jornalística, memorialista e literatura científica sobre o período revolucionário - inicialmente realizadas em contextos académicos estrangeiros ou, quando ocorridas em Portugal, nas áreas da Sociologia, Ciência Política e Antropologia, e só recentemente em História. Também este facto contribuirá para a perspectiva multidisciplinar e comparativa que desejamos.

6. História do projecto

Tal como aconteceu noutra projecto FCT em que estou envolvida (“Instituto Superior Técnico: um século de existência”), este projecto sobre a Marinha não surgiu por minha iniciativa. Veio de quem não é de História, surgiu por acção de actor social a que Florence Descamps chama *l'éveilleur*¹. Entendido como aquele que lidera e estimula companheiros de ofício (que, neste caso, são camaradas de armas) e que chama a atenção dos investigadores sociais, neste projecto o *éveilleur* foi o comandante Carlos de Almada Contreiras. Meses depois, conheci o comandante Pedro Lauret, então a braços com um estudo sobre a Marinha até ao 25 de Abril, para o qual já efectuara também entrevistas, e de cujo apoio temos beneficiado. Neste processo, João Freire efectuou a mediação entre estes dois oficiais de Marinha, que eu não conhecia, e eu própria, passando depois o meu colega de mediador a investigador no projecto, ocupando-se do contexto português na longa duração e também do contexto internacional.

Aquando dos meus primeiros contactos com estes oficiais de Marinha, na fase que posso designar do pré-projecto, por indisponibilidade minha de tempo para o trabalho sugerido sobre a Marinha e a revolução, apenas me propus efectuar uma única história de vida (de C. Almada Contreiras) ou eventualmente mais histórias de vida de “MFAs da Marinha” que tinham sido também membros do Conselho de Estado e do Conselho da Revolução (almirante Vítor Crespo, almirante Manuel Martins Guerreiro e comandante Miguel Judas). Todavia, apesar de se prontificarem a falar longamente comigo e a fornecer documentação, estes oficiais incitaram-me a ouvir mais intervenientes no processo, colocando reservas a um trabalho centrado apenas neles, salientando-se aliás nesta oposição precisamente o *éveilleur* C. Almada Contreiras.

Trata-se de um grupo de pessoas que não são as principais figuras geralmente ouvidas. Apresentam alguns traços semelhantes aos daqueles que Florence Descamps designa como “os segundos” mas cujos testemunhos são geralmente muito ricos por serem mais técnicos, descritivos ou analíticos, lembrando sucessos mas também dificuldades, referindo terrenos diversificados, permitindo perceber gestos isolados e resistências passivas, construções continuadas de dinâmicas durante muito tempo invisíveis, circunstâncias, condicionantes, funcionamentos concretos, interacções complexas entre actores, em suma, os objetivos assumidos nas decisões, mas também o vivido.

Perante aqueles problemas, perante a necessidade de contextualizar os testemunhos orais e ainda perante o desvelar da pertinência de conhecer uma rede pré-existente e posterior, de que alguns nomes são mais públicos, a modesta investigação inicial transformou-se e cruzou-se com pesquisas de outros colegas, vindo a originar e consubstanciar o novo projecto que ora apresento.

¹ Descamps, Florence - *L'Historien, l'Archiviste et le Magnétophone: De la Constitution de la Source Orale à son Exploitation*, Paris, Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie, 2001, pp. 267-272. Segundo esta autora, existindo uma procura social latente (de uma instituição, organização, grupo, etc.), para resultar, o arranque de uma campanha de recolha de testemunhos orais necessita de uma alquimia com estes ingredientes: um *éveilleur* persuasivo, um decisor de visão e um profissional empenhado. Ver também: Dexter, Lewis Anthony - *Elite and Specialized Interviewing*, University of Essex, Colchester, ECPR Press, 2006.

7. Algumas considerações

Se uma vertente do projecto "A Marinha na Transição para a Democracia" é a da memória individual, de grupo e oficial, outra vertente é a da acção, reconstituída mas também confrontada com memórias plurais e díspares e, por vezes, contraditórias.

É que, também no campo da actuação, o papel da Marinha deve ser estudado.

Trata-se de um papel imprevisível durante o contexto revolucionário, atendendo à moderada participação da Marinha na génese do movimento dos capitães e nas operações do próprio dia 25, como notou Sánchez Cervelló². Segundo este autor, depois de uma presença discreta no golpe de Estado, a situação mudou nos tempos que se lhe seguiram e a Marinha teve uma representação significativa nos órgãos de poder, liderou a 5.ª Divisão, dirigiu os Serviços de Informação e desempenhou um papel relevante na Descolonização. Este paradoxo é explicado pelo historiador catalão pela rede organizativa existente na Marinha, bem anterior ao 25 de Abril, e pela sua suposta proximidade do PCP.

Desde logo, justifica-se estudar a Marinha se se pensar na construção do Programa do MFA e na própria existência deste documento norteador, que constitui uma importante travessa para a transição para a Democracia - e não para um regime musculado. Não se devendo a uma só figura, grupo, corpo ou ramo, a contribuição de oficiais da Marinha para o programa do MFA não pode, por isso, ser ignorada³.

Importa também estudar a Marinha na medida em que, para compreender qualquer contexto revolucionário, cumpre atender às jornadas que o desencadeiam ou às outras que lhe põem termo.

Está neste último caso o 25 de Novembro (no qual o lugar da Marinha deve ser esclarecido), evento este que é *um* ou *o* principal marco simbólico do fim do tempo revolucionário ou, dito de outro modo, da entrada de Portugal na "normalização constitucional", como afirma a generalidade da bibliografia portuguesa ou estrangeira - como, por exemplo, Boaventura Sousa Santos, Duran Muñoz, Palácios Cerezales ou Philippe Schmitter⁴.

Se, numa conjuntura revolucionária, se têm de considerar as jornadas que a finalizam, também se impõe analisar as jornadas que a iniciam ou preparam.

Assim, há que estudar a Marinha, quando se abordam os acontecimentos que exprimem o corte simbólico com o regime do Estado Novo - que serão, penso, a extinção da PIDE/DGS e a libertação de todos os presos políticos de Caxias e de Peniche, associados ou não àquilo que o Estado Novo considerava serem crimes de sangue e de delito comum. Sublinhe-se que estes objectivos (o fim da polícia política e a libertação de todos os presos políticos) não constavam das ordens operacionais do MFA, não reuniam o consenso dos membros da Junta de Salvação Nacional, e dependiam de certas condições, de acordo com o Programa do MFA difundido ao país a 26 de Abril. Contudo, foram imediatamente exigidos no terreno.

Nestes acontecimentos e processos, estiveram presentes marinheiros assim como militares do Exército e da Força Aérea, para além, claro, da população. Os familiares e amigos de presos dirigiram-se e esperaram à volta dos muros de Caxias mas sem vontade de esperar mais; gente anónima manifestou-se, desde logo, contra a polícia política do Estado Novo nas proximidades da sua sede na rua António Maria Cardoso, o único local aliás onde houve sangue e mortos no 25 de Abril⁵.

² Sánchez Cervelló, Josep - "La Marina Portuguesa en el epicentro de la conspiración contra la dictadura (1967-1974)", in *Los Fines de Siglo en España e Portugal*, Jaén, Universidad de Jaén, 1999. Ver também: Sánchez Cervelló, Josep - *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1993.

³ Várias das versões do Programa do MFA estão publicadas em: Rodrigues, Avelino, Cesário Borge e Mário Cardoso - *O Movimento dos capitães e o 25 de Abril*, 4.ª edição, Lisboa, 2001, pp 339-343; *República*, 26/4/1974 e a generalidade da imprensa desse dia.

⁴ Santos, Boaventura de Sousa - *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento, 1990; Duran Muñoz, Rafael - *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia. España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, CEACS, 1997; Palácios Cerezales, Diego - *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Imprensa de Ciências Sociais, 2003; Schmitter, Philippe - *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

⁵ Oliveira, Luísa Tiago de & Isabel Gorjão Santos - "A ocupação da sede da PIDE/DGS em 1974", in *Ler História* n.º 57, 2009, pp. 125-134.

Não é por acaso que a Época Contemporânea começa com a Revolução Francesa e que esta tem como marco simbólico o *14 Juillet*, a tomada da Bastilha. Contudo, nesta prisão de Antigo Regime para elites, praticamente não havia presos à data dos acontecimentos de 1789. Não obstante, para os franceses que a tomaram, a Bastilha representava o Antigo Regime e o carácter arbitrário, discricionário e injusto do poder absoluto. E foi este significado simbólico que perdurou pelos tempos fora, sendo ainda hoje o feriado nacional francês nesse dia, anualmente comemorado em regrados desfiles pelas avenidas ou em bailes nocturnos em pequenas praças, permitindo em qualquer caso uma incorporação e reatualização da memória. Mais importante, este *14 Juillet* constitui o marco divisório tradicional entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea para toda a história ocidental. É que os símbolos têm, de facto, uma força motriz enorme – como aliás podemos ver, no século XIX, com os campanários das igrejas ou, já no século XX, com o combate entre a saudação fascista e os punhos erguidos nos anos 1930, ou ainda com os confrontos da Praça de Tiananmen, que começaram pela defesa de uma réplica da Estátua da Liberdade construída por estudantes chineses ou, outra vez, com a importância do ataque às Torres Gémeas em Nova Iorque, no 11 de Setembro americano⁶.

Em Portugal, são a tomada da sede da PIDE/DGS e a libertação de todos os presos políticos que marcam o fim simbólico do Estado Novo, a que a Oposição também chamava Antigo Regime e que constituem o nosso *14 Juillet*. A independência das colónias, as mudanças económico-sociais e as novas estruturas políticas surgiram posteriormente e, da forma como decorreram, foram também possibilitadas por aquele sinal de ruptura, de percepção imediata, intuitiva e, por isso, fortíssimo.

São eventos como estes que são estudados no projecto “A Marinha na Transição para a Democracia”, acontecimentos épicos e, portanto, bem marcados na Memória que é “a mais épica das faculdades”, como afirmou Walter Benjamin⁷.

Para além destes, analisam-se também processos prolongados, como os quotidianos do tempo cinzento anterior ao 25 de Abril ou daquele outro que esse acontecimento inaugurou, esse novo tempo da conjuntura revolucionária, percebido por alguns dos que o viveram como “o futuro era agora”⁸.

8. Um exemplo de abordagem (o destino da PIDE-DGS no dia 25 de Abril)

Centremo-nos na ocupação da sede da PIDE-DGS, polícia política aliás cujo destino não era consensual.

Num rascunho manuscrito do plano geral de operações, o então major Otelo Saraiva de Carvalho previu a tomada da sede da PIDE/DGS por um grupo de 12 a 15 comandos, no mínimo, que deveria conquistá-la e dominá-la, de surpresa, aguardando a chegada de reforços. Porém, segundo o próprio, a missão foi logo abandonada devido à oposição do major Jaime Neves, oficial de comandos, que a considerou muito perigosa⁹. A missão esteve depois para ser executada por uma companhia de atiradores do Regimento de Infantaria 1 da Amadora mas, à última hora, falhou¹⁰. O líder operacional do 25 de Abril, Otelo Saraiva de Carvalho, tem referido várias razões para a omissão da ocupação da PIDE/DGS no plano operacional final. Para além da falta de meios para cumprir a missão, não possuiria elementos sobre a organização interna, as instalações ou

⁶ Ver por exemplo: Burrin, Philipp - “Poings levés et bras tendus: la contagion des *symboles au temps du Front Populaire*” in *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire* n.º 119, 1986, pp. 5-20.

⁷ Benjamim, Walter - *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio de Água, 1992.

⁸ AAVV - *O Futuro Era Agora. O Movimento Popular do 25 de Abril*, Lisboa, Edições Dinossauro, 1994.

⁹ Carvalho, Otelo Saraiva de - *Alvorada em Abril*, Lisboa, Portugalá, 1977, pp. 309 e 572.

¹⁰ Santos, Boaventura Sousa (organização) - *A fita do tempo da revolução. A noite que mudou Portugal*, Porto, Afrontamento, 2004, pp. 166, 189-190. Contudo, esta missão não consta do plano de operações publicado na obra referida de Otelo Saraiva de Carvalho. Ainda que, na fase da conspiração, oficiais de Marinha tivessem defendido a ocupação da sede da PIDE/DGS nas reuniões em que participaram, o facto da posição assumida pela organização da Marinha ser de “neutralidade activa” (entendida como de abstenção nas operações do golpe mas também de recusa em defender o regime), por um lado, e, por outro, a afirmação de outros militares conspiradores de que lhes bastava que a Marinha não intervisse na defesa do regime levaram a que não tenha existido qualquer missão atribuída a unidades da Armada no plano de operações.

ainda sobre o armamento existente na sua sede, pelo que não a teria definido como um objectivo prioritário a atingir nas primeiras horas do golpe. Otelo Saraiva de Carvalho esperava que a PIDE/DGS viesse a cair quando os governantes caíssem, com uma menor intervenção das forças do MFA e com menores riscos de derramamento de sangue. Como a PIDE/DGS tivera um papel importante na contenção da revolta das Caldas da Rainha, a 16 de Março, teria considerado que o poder da polícia política era forte e teria temido os efeitos de uma possível reacção violenta¹¹.

Durante a fase da conspiração, se alguns sectores defendiam a extinção da PIDE/DGS em geral, outros defendiam o seu fim na metrópole mas a sua conversão em polícia de informações militares nas colónias¹².

No próprio dia do golpe, esta proposta de reformulação e saneamento da PIDE /DGS nas colónias foi defendida pelo general Francisco da Costa Gomes, membro da Junta de Salvação Nacional, enquanto durasse a guerra, já que aí as informações das Forças Armadas eram fornecidas pela PIDE/DGS. A continuação da PIDE/DGS, ainda que reformulada, foi sustentada pelo general António de Spínola, da mesma Junta e primeiro Presidente da República após a revolução, que chegou a nomear um inspector da própria polícia política para a dirigir após o 25 de Abril, horas após a queda do regime.

Foi, aliás, a postura de diferenciar a PIDE/DGS da metrópole da PIDE/DGS das colónias que vingou no Programa do MFA de 26 de Abril, donde constava: "*Extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas de juventude. No ultramar, a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigirem*".

Porém, no Programa do MFA de 25 de Abril, com que os revoltosos partiram para o golpe, estava claramente escrito: "*Extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas de juventude*", sem a ressalva da situação colonial¹³. Contudo, não foi esta versão do Programa do MFA de 25 de Abril que foi difundida. Nas declarações públicas e nos meios de comunicação social, surgiu a versão de 26 de Abril, resultante das modificações finais introduzidas pelos generais Spínola e Costa Gomes no Posto de Comando do MFA, na Pontinha. Apenas no jornal *República* foi publicada a versão de 25 de Abril do Programa do MFA. Aquele caso único do *República* explica-se pelo facto do então primeiro-tenente Martins Guerreiro ter ido entregar a este jornal, na manhã do dia 25, uma cópia do Programa – tal como estava formulado naquele momento, obviamente. Aliás, também noutros locais, os revoltosos se encarregaram de distribuir exemplares do Programa do MFA, em mão, como prevenção para o que viesse a acontecer, para que mais pessoas pudessem saber o que Movimento pretendia, se este fosse derrotado. Assim, o *República* publicou a versão que lhe havia sido entregue enquanto os outros órgãos de Comunicação Social difundiram a versão oficial - que era obviamente a de 26 de Abril. Não obstante, a discrepância entre os programas divulgados passou despercebida na voragem dos acontecimentos.

Foi num contexto marcado por estas indefinições que, durante as operações do próprio dia 25, o então capitão-tenente Vitor Crespo (no Posto de Comando do MFA na Pontinha) e o então capitão-tenente Almada Contreiras (no Centro de Comunicações da Armada, no Terreiro do Paço, a partir do qual fez a ligação entre as forças da Marinha e o Posto de Comando da Pontinha) diligenciaram para que a tomada do edifício da rua António Maria Cardoso constituísse um objectivo das movimentações militares. Pela voz dum suposto "tenente Barata", identidade inventada por Almada Contreiras por razões de segurança, pelo telefone, foram

¹¹ Carvalho, Otelo Saraiva de - *Alvorada em Abril*, Lisboa, Portugal, 1977, pp. 265, 271, 278, 305 e 328.

¹² Sobre o fim da PIDE/DGS, ver: Santos, Boaventura Sousa (organização) - *A fita do tempo da revolução. A noite que mudou Portugal*, Porto, Afrontamento, 2004; Mateus, Dalila Cabrita - *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*, Lisboa, Terramar, 2004; Pimentel, Irene Flunser - *A História da Pide*, Lisboa, Círculo de Leitores /Temas e Debates, 2007.

¹³ A própria versão deste item do Programa do MFA de 25 de Abril já incorporava algumas alterações introduzidas por Spínola antes do golpe. Em versão de dias anteriores, afirmava-se: "*Extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações fascistas de juventude, sendo detidos para posterior julgamento os elementos da DGS culpados de crimes no exercício das suas funções*". Spínola contrariou repetidamente o radicalismo deste ponto do programa: de início, retirou a responsabilização judicial de agentes da PIDE/DGS tal como o qualificativo "fascistas" às organizações de juventude; depois, restringiu ainda o âmbito da extinção da polícia política.

solicitadas ao então capitão-de-mar-e-guerra Pinheiro de Azevedo, comandante da principal unidade de fuzileiros navais, forças para ocupar a sede da PIDE/DGS. Pinheiro de Azevedo, que pouco antes tinha aceitado integrar a futura Junta de Salvação Nacional, já estava avisado de que, após o início das operações, iria ser contactado por “alguém” do movimento e, portanto, não estranhou o telefonema. Deste modo, mandou sair forças de fuzileiros, sancionando a acção.

Num quadro marcado por uma forte pressão da população, que tinha ocupado as ruas próximas durante o dia, a tomada final da sede da PIDE-DGS foi o culminar de um trajecto com várias etapas. Primeiro, na manhã de dia 25, realizou-se uma operação de fuzileiros navais, mal sucedida. Seguiram-se horas de grande agitação com gente que se manifestava contra a polícia política e queria a tomada da sua sede, onde os agentes estavam acoitados em grande número e bem armados, tendo finalmente a PIDE/DGS disparado, matando 4 pessoas e fazendo dezenas de feridos. Depois, forças do Regimento de Cavalaria 3 de Estremoz, cujos efectivos orçavam pelos 100 homens, cercaram a área. Em seguida, verificou-se um substancial reforço com 230 fuzileiros navais, organizados em duas forças, uma das quais já lá havia estado durante a manhã, na operação inicial. Finalmente, as forças presentes, comandadas pelo então capitão-tenente Luís da Costa Correia conseguiram a ocupação e rendição da PIDE-DGS. No momento libertador, na manhã do dia 26, estão presentes Costa Correia, oficial da Marinha, à frente de 230 fuzileiros, bem como Carlos Campos Andrada, oficial de Cavalaria do Exército, às ordens de Spínola, também de Cavalaria, munido da autoridade emanada do general mas sem efectivos militares próprios. Estas tentativas, as presenças destes militares e os seus modos de acção são significativos das contradições que caracterizaram este momento, assim como das tensões entre as diversas correntes existentes nos militares envolvidos, entre spinolistas e não-spinolistas.

Interesse idêntico exigem os processos de libertação de todos os presos políticos das prisões da metrópole. Durante o golpe, houve hesitação sobre o âmbito do acto libertador: deveriam sair todos ou apenas parte dos presos? Devido à acção de militares, da população e dos próprios presos, a realidade no terreno permitiu forçar a saída de todos eles, ultrapassando, assim, o Programa do MFA de 26 de Abril.

É que, neste Programa, constava apenas: “*amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo*”. E, mais uma vez, esta versão do programa de 26 de Abril representava um recuo em relação ao Programa de dia 25, com o qual os revoltosos tinham saído para o golpe, onde estava escrito “*amnistia imediata de todos os presos políticos*”, sem qualquer ressalva¹⁴.

Através da descrição densa e da análise destes eventos, é possível perceber como, em tempos de grande aceleração da História como o 25 de Abril e os processos revolucionários, se cruzam acções previstas para grupos organizados com outras desencadeadas por decisões pessoais, não programadas, ou com movimentações espontâneas, entrelaçando-se projectos amadurecidos com circunstâncias imponderáveis. Ao estudá-las, pode-se entender como os homens lidam com as “janelas de oportunidade” e quais os riscos que correm em momentos em que ainda não se sabe quem vai vencer.

Estudar realidades situadas naquele contexto, com grandes eventos e pequenos quotidianos, em que participaram Forças Armadas e populações, ouvindo pessoas outras e lendo materiais inéditos, entusiasmo qualquer investigador e contém algum risco de dispersão. Propomos, porém, e vamos tentar, que a nossa contribuição para a investigação científica sobre a conjuntura revolucionária portuguesa se faça através de um projecto exequível e com um objecto bem definido: uma organização política (o MFA), num dos ramos das Forças Armadas (a Marinha) e, dentro deste, num corpo (os oficiais). Com a Democracia no horizonte.

¹⁴ Nos dias anteriores, do rascunho do Programa constava uma versão ainda mais ousada: “*amnistia imediata de todos os presos políticos na metrópole e no ultramar*”. Efectivamente, quer antes quer depois do 25 de Abril, os spinolistas moderaram a conteúdo do Programa. Ver nota 3.

Capítulo 2

A Marinha e o Poder Político: antes, durante e depois da experiência republicana

João Freire*

Propõe-se nesta oportunidade fazer uma breve síntese de uma parte do trabalho editado sob o título de “*A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*”¹.

A participação do autor no projecto de investigação “A Marinha na Transição para a Democracia: acção e memória” concretizou-se principalmente com a elaboração de um estudo mais distanciado, de natureza sociológica, que procurasse analisar as relações entre a instituição naval e o poder político. A forma de livro desse produto final foi mera dinâmica do processo de investigação que, como frequentemente acontece, acabou por ultrapassar o quadro para que tinha sido pensado.

Mais precisamente, pensou-se que, para se perceber o papel da Marinha no processo do 25 de Abril de 1974, era conveniente verificar que semelhanças e dissemelhanças esta intervenção teria tido com as ocorridas noutros momentos de transformação política em Portugal, e mesmo com alguns acontecidos em outros países, na mesma época.

Maria Carrilho², que entre nós inaugurou os estudos sociológicos sobre os militares, publicou nos anos 80 um estudo (que é a sua tese de doutoramento) em que analisa rigorosamente a composição social do oficialato em três momentos cruciais de mudança política: em 1910, em 1926 e em 1974. Ora acontece que encontrou aí razões importantes que, não de uma forma imediata mas antes dilatada no tempo, nos ajudam a compreender porque essa oficialidade se envolveu em tais processos de alteração do regime político. Acontece porém que as fontes por si utilizadas diziam respeito, quase exclusivamente, ao Exército. E, portanto, o desafio imediato foi o de perguntar se os mesmos fenómenos teriam ocorrido também na Marinha. Esse foi um primeiro motivo encontrado para analisar esses processos de mudança numa perspectiva de mais longa duração, abrangendo todo o século XX.

* Doutorado em Sociologia (UTL/ISCTE-IUL, 1988). Professor Emérito no Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL. Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE-IUL. Antigo oficial da Armada. Pesquisas em curso: “Movimento Social Crítico e Alternativo: memória e referências”; “O Corpo do Estado-Maior do Exército: apogeu e queda”; “A Marinha na Transição para a Democracia: acção e memória”. Publicações mais relevantes: *Anarquistas e Operários* (Porto, Afrontamento, 1992); *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução* (Porto, Afrontamento, 1993 e 2002); *Homens em Fundo Azul Marinho* (Oeiras, Celta Editora, 2003); *Pessoa Comum no seu Tempo* (Porto, Afrontamento, 2007); *Economia e Sociedade* (Oeiras, Celta Editora, 2008); *Moçambique Visto pelos Colonizadores* (Edições Culturais da Marinha, 2009); *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX* (Lisboa, Colibri, 2010).

¹ Freire, João - *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Colibri, 2010.

² Carrilho, Maria - *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

Por exemplo, fazendo uma comparação com Espanha, o país vizinho passou por uma mesma sucessão de regimes políticos – Monarquia Constitucional, que se prolongou mais do que a nossa; curta República parlamentar a que a guerra civil veio pôr fim; regime ditatorial quase tão extenso como o português; e redescoberta da democracia praticamente simultânea conosco – mas a participação dos militares nessas transições terá tido características bem diferentes das que ocorreram em Portugal: a Monarquia cai em 1931 sem qualquer intervenção militar; pelo contrário, o fim da República fica marcado, entre 1936 e 1939, pela intervenção absolutamente decisiva, esmagadora e sangrenta das Forças Armadas; e, a partir de 1976, a transição democrática faz-se de novo sem os militares. Ora, no caso português, nos três momentos de mudança de regime, os militares estão presentes e constituem mesmo a força social determinante dessas transições

Outra fonte de inspiração teórica também importante para este trabalho foi a obra de Pedro Tavares de Almeida³, historiador e analista do sistema político no longo prazo (essencialmente séculos XIX e XX), que encontrou um sucessivo decréscimo da participação de funcionários públicos ou de agentes do Estado na condução da vida política nacional. Ou seja: no século XIX, o recrutamento desse pessoal político (juristas, engenheiros, etc.) para preencher os órgãos superiores do Estado – governos e parlamentos – fez-se em doses muito superiores àquelas que se observaram no século XX, e isto sempre num sentido claramente decrescente. A pergunta que imediatamente se formulou foi então a de procurar saber mais em pormenor qual o contributo dos militares nessa cada vez menor apropriação do poder estatal pelos seus próprios funcionários. E sobrou para o signatário a investigação de qual a parte que coube à Marinha neste processo, uma vez que os estudos daquele analista não distinguiram os ramos de origem dos militares ocupados no exercício do poder político. Em todo o caso, este fenómeno da progressiva redução da participação dos militares na governação surgia como algo de extremamente importante e que merecia ser confirmado para o caso da nossa Marinha, restringindo o campo de observação ao século XX.

Além disto, as conclusões de Tavares de Almeida convergem com estudos recentes desenvolvidos sobre vários países europeus e que, com uma ou outra excepção, confirmam a ideia de uma tendência de longo prazo para a diminuição do recrutamento do pessoal político dentro do próprio aparelho de Estado.

Estas foram, pois, as bases teóricas mais significativas que foram utilizadas e que levaram à elaboração de um plano de análise que fosse capaz de captar de forma rigorosa e objectiva as relações da Marinha com o poder político em Portugal. Foram então definidos indicadores objectivos tais como, em primeiro lugar, a participação individual de oficiais da Armada (porque não houve qualquer intromissão de sargentos ou praças nestes domínios) na chefia do Estado, no governo, no parlamento e na alta administração pública (concretamente, no que concerne os governadores e governadores-gerais das colónias ou províncias ultramarinas então sob a soberania portuguesa). É claro que esta participação é uma participação não institucional, ou seja, individual, e respeita mais àquilo que designamos por *corporação* (naval), distinguindo-se da *instituição* (Marinha de Guerra). As pessoas que desempenharam esses cargos fizeram-no porque foram convidadas, aceitaram, se ofereceram, foram eleitas (nalguns casos); fizeram-no, pois, voluntariamente – porque, como é óbvio, tal tipo de desempenhos não fazia parte das obrigações da carreira militar-naval. Não obstante, ao fazê-lo, levavam, agarrada a si, uma certa forma de representação simbólica da instituição.

³ Almeida, Pedro Tavares de - "The Portuguese Administrative Elite, 1851-1910", in *Revista de História das Ideias*, vol. 26, 2005, pp. 439-462; Almeida, Pedro Tavares de & António Costa Pinto - *Portuguese Ministers, 1851-1999: Social Background and Paths to Power*, Cambridge MA, Harvard University, Center for European Studies, Working Paper n.º 100, 2003; Almeida, Pedro Tavares de & Paulo Silveira de Sousa - "Ruling the Empire: The Portuguese Colonial Office (1820-1926)", in *Revista de História das Ideias*, vol. 27, 2006, pp. 137-170; Almeida, Pedro Tavares de & Paulo Jorge Fernandes & Marta Carvalho dos Santos - "Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico", in *Revista de História das Ideias*, vol. 27, 2006, pp. 399-417; Cotta, Maurizio & Pedro Tavares de Almeida - "De Serviteurs de l'État à Représentants Élus. Les Parlementaires Originaires du Secteur Public en Europe", in *Pôle Sud*, n.º 21, 2004, pp. 101-122.

É claro que esta é uma análise sumária. Há muito campo para desbravar, se formos analisar nesta perspectiva a participação política dos homens do botão-de-âncora. Por exemplo, identificar que obra produziu essa gente no decurso de tais desempenhos políticos: que decisões tomaram? que legislação produziram? que medidas concretas tomaram cuja responsabilidade lhes pode ser assacada? etc. É uma tarefa de outra dimensão que continua por fazer. Aquilo que por agora se identificou constitui apenas uma aproximação grosseira, para tentar caracterizar o sentido do serviço prestado à colectividade por alguns desses principais nomes, vistos pelos contemporâneos e pelos analistas como sendo os mais relevantes. E será ainda necessário vir a investigar a participação e a acção desenvolvida pelos oficiais da Armada num segundo nível de participação política individual, mais de direcção e execução de serviços públicos não militares, nomeadamente os realizados fora do departamento governamental da Marinha e, em particular, nos territórios de além-mar.

O segundo tipo de indicador utilizado foi o conjunto de acontecimentos históricos aqui designados por *acções de força interna*, as quais apresentam características de dramatismo e de crucialidade. Isto é: foram instantes decisivos em que a vida nacional, nas suas instâncias centrais e superiores, esteve a ponto de ser significativamente alterada, tendo-o sido efectivamente em alguns casos, e noutros não – o que distingue tais acontecimentos de qualquer outro tipo de processo político mais institucional e prolongado no tempo. Tratámos então de ver, em cada uma destas situações, de que modo a Marinha usou os meios de força que a nação lhe entrega (essencialmente para a defesa externa do território e da população): se para mudar o governo legal ou, pelo contrário, para agir às ordens desse mesmo governo legal (mas cuja legitimidade podia ser discutida) para se opor a um intento de mudança. Referimo-nos então àquilo que há um século se chamavam “revoluções” e que, mais propriamente, em muitos casos deveriam ser qualificadas como golpes de Estado⁴.

Deve ainda acrescentar-se que se procurou fazer uma análise longitudinal, considerando sucessivamente os quatro diferentes regimes políticos que o país conheceu ao longo desse século. E, embora sucintamente, para completar esse exercício, fomos levados a equacionar os impactos sofridos pela corporação com cada uma destas mudanças de regime político, assim como as principais evoluções vividas pela instituição em cada um desses períodos, nos planos da macro-organização da Marinha, dos navios e restante material naval, dos efectivos de pessoal e da sua formação, do cumprimento das missões atribuídas, etc.

Este foi o quadro analítico utilizado. Recorremos exclusivamente a fontes de arquivo, de imprensa e bibliográficas, incluindo aqui as obras historiográficas mais conhecidas sobre o século XX português⁵.

Centrar-nos-emos agora apenas sobre alguns dos pontos que consideramos mais importante evidenciar no final desta análise.

Cronologicamente, devemos referir em primeiro lugar a revolta dos marinheiros dos principais navios da Armada, no Tejo, em Abril de 1906. É algo que a bibliografia histórico-militar praticamente ignorou até agora (com a excepção de um trabalho de Carlos Valentim⁶), tal como os historiadores mais consagrados. A única referência de que se tinha notícia era alguma fugaz nota de passagem deixada em livros memoriais de certos vultos do republicanismo português (como António Maria da Silva ou Sebastião Magalhães Lima). O que aqui mais surpreendeu foram algumas das circunstâncias particulares deste acontecimento: em primeiro lugar, o facto

⁴ Rosas, Fernando - *Lisboa Revolucionária: Roteiro dos Confrontos Armados no Século XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007; Matos, Luís Salgado de - *Como Evitar Golpes Militares*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

⁵ Matos, Luís Salgado de - *Um 'Estado de Ordens' Contemporâneo: a organização política portuguesa*, tese de doutoramento policopiada, 3 volumes, Lisboa, ICS-UL, 1999; Rosas, Fernando & Maria Fernanda Rolo (coords.) - *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009; Telo, António José (coord.) - *História da Marinha Portuguesa: Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974 (Tomo I)*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999; Valente, Vasco Pulido - *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, Lisboa, D. Quixote, 1974; Wheeler, Douglas L. - *História Política de Portugal de 1910 a 1926*, Mem Martins, Europa-América, 1985 (edição original inglesa- 1978).

⁶ Valentim, Carlos Manuel - “A Revolta do Cruzador *D. Carlos I* (1906). Uma Marinha Republicana?”, in *Política Diplomática, Militar e Social do Reinado de D. Carlos no Centenário da sua Morte. Actas do XVIII Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2009, pp. 173-188; “Quando o Clube Militar Naval e os seus Anais Influenciavam o Poder (1866-1930)”, in *Anais do Clube Militar Naval*, V, CXXXV, Out.-Dez. 2005, pp. 741-769.

de ele ser desconhecido e não figurar em nenhuma história internacional sobre os motins navais ocorridos desde finais do século XIX⁷ – enquanto toda a gente conhece o caso do couraçado *Potemkin*, imortalizado no cinema por Eisenstein, que aconteceu menos de um ano antes deste caso de Lisboa. Ora, as similitudes são várias entre as duas revoltas.

As datas são aqui um elemento decisivo para a melhor compreensão dos acontecimentos. Em Lisboa, a insubordinação dos marinheiros começa no Domingo de Ramos no cruzador *D. Carlos* e as sucessivas peripécias vão-se sucedendo ao longo da Semana Santa. Imagine-se a Lisboa de 1906, nestes dias altamente simbólicos do cristianismo, com os navios da Armada a ameaçar bombardear o Terreiro do Paço e as Necessidades!

Mas quem corporiza a Marinha neste movimento? São cabos, são marinheiros e grumetes – aparentemente, nenhum sargento sequer e, evidentemente, nenhum oficial, os quais de resto são escorraçados do navio em que prestavam serviço. O próprio Major-General da Armada, almirante Ferreira do Amaral (que virá a ser o chefe do governo da Acalmação, pós-regicídio), a autoridade suprema da corporação, tem de ir a bordo por duas vezes, sendo-lhe prestadas pela marinhagem as honras militares devidas, embora de mau modo, mas acabando esta por acatar o seu discurso, dizendo que iriam ser feitas averiguações mas que o navio passaria ao estado de meio-armamento, com nomeação de um encarregado-do-comando e o desembarque da maioria da guarnição. Quando, porém, no dia seguinte se procede a este desembarque, com as praças a serem levadas entre baionetas (do Exército) e em vagões de caminho-de-ferro para as prisões de Caxias e S. Julião da Barra, repercute o ânimo revoltado da marujada, que encontra apoio nos familiares e população civil do bairro operário e popular de Alcântara e nas guarnições de diversos outros navios da esquadra. Assim, na Sexta-Feira Santa, a rebelião havia alastrado aos cruzadores *Vasco da Gama* e *Adamastor*, à canhoneira-torpedeira *Tejo* e ao torpedeiro n.º 4, havendo também movimentos de solidariedade na fragata de vela *D. Fernando* e em algumas unidades da Marinha em terra. Há tiros de armas ligeiras e fala-se na ameaça de torpedeamento dos navios revoltados. O almirante Moraes e Sousa, que comandava a divisão naval, demite-se e os navios são afastados uns dos outros. A punição judicial que se seguiu foi muito forte, embora selectiva: mais de quarenta condenados a penas de prisão superiores a 3 anos ou deportação para as colónias.

Mas ocorre perguntar quais os motivos que originaram esta revolta e como ela se organizou. De acordo com as informações contidas nos processos judiciais e em outras fontes (de imprensa e memoriais), percebe-se que já havia um comité de marinheiros organizado pelo movimento republicano português, quiçá influenciado pela Maçonaria ou a Carbonária. E essa é uma analogia que se pode encontrar em relação ao *Potemkine*, cuja rebelião é também animada por um grupo político, neste caso o Partido Social-Democrata da Rússia. Quanto às motivações dos marujos para a revolta, percebe-se que estes reclamam essencialmente contra o que consideram ser as prepotências disciplinares do seu comando e contra as condições de concessão de licenças para o usufruto de vida familiar e de relação na capital (pois os navios ficavam então fundeados no Tejo, havendo que acautelar em permanência as condições de segurança náutica e militar dos mesmos). Não há aqui reclamações contra o rancho – um das causas mais frequentes dos levantamentos de militares –, nem abalos psicológicos derivados de alguma guerra perdida, como terá acontecido no caso do *Potemkine*.

Ora, pode pensar-se que este episódio inaugura um período de perturbações da ordem disciplinar da Armada que vai durar até 1936, quando ocorre outra revolta de marinheiros no Tejo, de características porém bem diferentes desta.

O segundo ponto que vale a pena aqui referir é acerca da ideia (que transparece em muitos autores e é frequentemente citada) de que a Marinha era republicana em 1910. Ora, cremos ter encontrado provas suficientes no sentido de afirmar que, no que respeita à oficialidade, essa adesão aos valores, ideais e, sobretudo, à acção política dos republicanos era

⁷ Bell, Christopher & Bruce A. Elleman (eds.) - *Naval Mutinies of the Twentieth Century: An International Perspective*, London, Frank Cass, 2003.

muito reduzida. Tratou-se, sim, de um punhado apenas de oficiais, quase todos de baixa patente (com a excepção de Cândido dos Reis), que já em 1908 tinha planos para um “golpe de mão” que aprisionasse o chefe de governo João Franco. Em 1910, são praticamente os mesmos a assenhorear-se dos navios e a neles içar a bandeira verde-rubra.

Pelo contrário, aquilo que julgamos ter descoberto foi uma politização e um envolvimento de um número considerável de jovens oficiais da Armada, que são eleitos para o parlamento, provavelmente após uma participação activa nas campanhas de ocupação colonial dos últimos anos e sob a influência da ascensão do almirante Ferreira do Amaral à chefia do Governo.

Quanto ao corpo de marinheiros, a questão é diferente e a amarga experiência de 1906 deve ter sido decisiva para marcar o ânimo desta gente. Com é sobejamente conhecido, lembre-se o caso do comissário naval Machado Santos que, a partir de 1908, se pôe a conspirar e a recrutar maciçamente sargentos e marinheiros nas tabernas de Alcântara para a organização secreta da Carbonária e a preparar os planos da insurreição armada (mostrando, pela mesma ocasião, o isolamento a que estava votado entre os seus pares). Em suma, a revolução de Outubro terá sido feita por iniciativa de um grupo restrito de oficiais que encontrou larga disponibilidade da marinhagem para os seguir nessa aventura e, verdade seja, não defrontou nenhuma oposição decidida em algum sector da corporação.

O terceiro ponto que desejaríamos apontar refere-se às medidas de saneamento de oficiais monárquicos e de favorecimento político dos vencedores, tomadas após a revolução republicana, que foram bastante contidas. Do total de cerca de 600 oficiais existentes, uns 60 são afastados, quase todos a seu pedido, o que se deve entender como uma forma de resolução amigável da situação: desligamento da Armada com a percepção de uma pensão de aposentação, em vez de um afastamento compulsivo e sem compensações financeiras. Apenas um pequeno grupo de monárquicos irredutíveis acabou por ser afastado desta forma. Além disto, tais processos tenderam a alongar-se no tempo: por exemplo, o conhecido caso de António Sérgio passou por várias situações estatutárias e só em 1915 se concluiu com o seu definitivo afastamento da carreira naval.

Por outro lado, deve notar-se que o novo poder político não fez qualquer alteração nos efectivos dos quadros do pessoal, salvo uma operação de reequilíbrio entre segundos e primeiros-tenentes, para evitar que um considerável número destes jovens oficiais regularmente formados na Escola Naval se mantivesse “além do quadro”, embora todos prestassem serviço activo nos navios e noutras unidades da Armada. Os promovidos por razões políticas foram apenas dez – aqueles que tinham tido uma acção militar decisiva e por isso lograram essa distinção. Contudo, naturalmente o “saneamento” de 60 oficiais (todos os almirantes menos um, Cesário da Silva, que assumiu o cargo de Major-General da Armada mas passou à reserva logo no Verão de 1911) originou uma aceleração das promoções de umas dezenas de outros oficiais superiores.

Entrou-se depois no regime republicano pleno e – abreviando – diremos que deve lembrar-se que os marinheiros actuaram frequentemente como força de defesa do novo regime. Logo em 1911 e 1912, não houve apenas um, mas dois batalhões de Marinha a actuar em terra, no norte do país, contra as incursões monárquicas de Paiva Couceiro. Por exemplo, não se liga geralmente a perda do cruzador *S. Rafael* (um dos navios decisivos na revolução de Outubro), que encalha frente a Vila do Conde em Outubro de 1911, ao facto de ele estar ali em operações de apoio naval ao combate aos monárquicos que haviam entrado pela Galiza. E os navios da Armada são então frequentemente usados para transportar de Leixões para Lisboa as centenas de prisioneiros feitos nessas campanhas.

Na revolução de 14 de Maio de 1915, que é muito mais sangrenta do que a da implantação da República, a Marinha tem um papel absolutamente decisivo, mas dramático. Não só o Arsenal do Terreiro do Paço e o Quartel de Marinheiros em Alcântara são os dois bastiões principais da revolta mas há os bombardeamentos muito intensos feitos pelos navios; há o caso

do submarino *Espadarte*, que recebe ordem do ministro para torpedear os cruzadores revoltados, mas se recusa a cumpri-la; mas, sobretudo, há dois casos de que pouco se fala mas que, a nosso ver, têm um enorme significado: a morte por bala de dois dos comandantes de cruzadores, dois capitães-de-mar-e-guerra que tentaram opor-se às guarnições, revoltadas pelos adeptos do partido de Afonso Costa.

Terá sido também importante o facto de vários dos oficiais mais envolvidos com o novel regime – do tal escasso número de conjurados antigos ou dos já aderidos após a revolução – terem sido aqueles que, em seguida, mais “deram a cara” na acção militar externa do país, no quadro da Grande Guerra, quer no Atlântico (como Leotte do Rego ou o conhecidíssimo Carvalho Araújo), quer em África, combatendo em terra (como o não menos conhecido Afonso de Cerqueira) ou no mar (como o mais ignorado José de Freitas Ribeiro). Eram oficiais-políticos e vistos como tal, mas prestigiaram a República aceitando estar na primeira linha, física, do que julgavam ser a defesa da Pátria⁸.

É curioso assinalar que quase toda esta nova elite republicana faz então política às claras, indo mesmo umas dezenas deles para o parlamento. Contudo, a sua participação política vai-se reduzindo ao longo do tempo e a sua afectação política vai também mudando, no sentido de um abandono do PRP em favor de partidos mais moderados.

O movimento militar de Sidónio Pais, de Dezembro de 1917, vai encontrar a Marinha como sua principal força opositora, mas é menos conhecido o que sucedeu após o triunfo desse movimento. Ora, aconteceu que, no desfile comemorativo da vitória da revolução, a Marinha foi mandada desfilar desarmada, o que foi assumido pelos marujos como uma ofensa inaceitável, a que se juntou dias depois a retirada de municiamento em excesso do quartel de Alcântara. Foi a gota-de-água que levou as praças à revolta, apossando-se do cruzador *Vasco da Gama*, seguindo-se duelos de artilharia com as baterias do castelo de S. Jorge, com a presença do próprio Sidónio Pais. A repressão traduz-se desta vez no envio para o ultramar de centenas de homens (nomeadamente com o batalhão de Marinha que parte para Moçambique, para participar nas últimas operações de guerra contra os alemães).

Segue-se a revolta monárquica de 1919 no Norte e em Monsanto onde, como se sabe, as forças de marinheiros em Lisboa, e os navios e aviões no Porto⁹, tiveram um papel importante na resolução do conflito por via militar. Julgamos ter elementos probatórios para afirmar que nesta fase se atingiu o ponto mais alto de jacobinismo político vivido pela corporação, com listas de oficiais acusados de dissidência política nos termos mais acintosos, e relatórios da polícia política denunciando conspirações várias onde, entre outros, já se suspeita do comandante Filomeno da Câmara, um dos homens de Marinha que vai estar muito activo nas movimentações nacionalistas do 28 de Maio de 1926.

A revolta do 19 de Outubro de 1921 – a chamada “noite sangrenta” – assinalará um *turning point* do envolvimento da Armada nos golpes militares para mudar o poder político neste período que antecede o Estado Novo salazarista. Os acontecimentos são violentos e dramáticos: o primeiro-ministro António Granjo, o almirante Machado Santos, o comandante Carlos da Maia e um outro oficial são assassinados barbaramente, alguns deles nas escadas do próprio Ministério da Marinha. Estava-se no quadro de mais um movimento militar para derrubar o Governo, com as tropas insurrectas acampadas na Rotunda, um velho republicano (o coronel Coelho) a chefiá-las, segundo um modelo já habitual. Porém, desta vez, a perda de controlo e a “derrapagem” da situação é total, com praças da Armada e da Guarda Nacional Republicana a fazerem “ajustes de contas” pessoais ou encomendados por terceiros, acusações cruzadas de manipulação e uma tremenda sensação de que se estava a “bater no fundo”.

⁸ Teixeira, Nuno Severiano - *O Poder e a Guerra 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Estampa, 1996.

⁹ Tadeu, Viriato - *Quando a Marinha Tinha Asas: Anotações para a História da Aviação Naval Portuguesa (1916-1952)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1984.

Ora, a partir deste caso, observam-se intervenções de pessoal da Marinha em acções de força internas, com participações cada vez mais minoritárias e isoladas¹⁰. Por exemplo, no 28 de Maio, em que um dos principais protagonistas é o comandante Mendes Cabeçadas, a Marinha não mexe um dedo: nem para proteger a República, nem para fazer a mudança. Mesmo na grande revolta republicana de Fevereiro de 1927¹¹ – onde se disse que “a Marinha foi beber água ao Rato” – são muito poucos já os que apoiam ou acompanham Agatão Lança na sua incursão pedestre para o centro da cidade, em particular as unidades navais que forneciam o apoio de artilharia na “linha do Tejo”.

E depois há aquela última grande revolta militar de Abril de 1931¹² que, não sendo tão sangrenta e participada como a de Fevereiro de 27, deve ter constituído um gravíssimo problema para o Governo da ditadura. Trata-se de um levantamento nas ilhas atlânticas, impulsionado por republicanos que ali se encontravam deportados (em particular devido à revolta de 1927, como o general Sousa Dias), simultâneo com a proclamação da República em Espanha e com directas implicações com os interesses britânicos na Madeira, que exige o empenhamento da Marinha para qualquer tentativa de redução *manu militari* daquela sublevação. Ora, o plano naval de reapetrechamento da Marinha era, no fundo, o plano do almirante Pereira da Silva actualizado (o último ministro importante da pasta no período republicano), que o ministro da época (o almirante Magalhães Correia) subscreve, mas que não havia meio de ser desbloqueado pelo titular da Finanças Oliveira Salazar. É finalmente anunciado ao país (e para execução imediata) no mesmo exacto momento em que também se anuncia que é o próprio Ministro da Marinha que irá comandar a expedição militar de Lisboa e que garante, com a sua presença pessoal no teatro de operações, que “*a Armada cumprirá o seu dever*”. Os modos da negociação havida em conselho de ministros não são conhecidos mas os termos do *trade-off* são fáceis de entender: a troca da participação indispensável da Armada para resolver o problema – com a fiança pessoal do ministro – contra a vinda da nova esquadra há tanto reclamada.

Podemos pois supor que a politização dos militares da Armada é reduzida nos tempos da Monarquia e só se intensifica quase nas vésperas da revolução de 1910, mercê do ressentimento das praças provocado pela repressão da revolta da Páscoa de 1906. Pelo contrário, em seguida, a maruja enfileira muito entusiasticamente atrás do PRP de Afonso Costa na defesa armada do novo regime, incluindo agora bom número de oficiais, quer em acções internas, quer através da participação do país na Grande Guerra, no mar e em África, logo desde o Verão de 1914. Esta dinâmica esforçada e vitoriosa é travada com o advento do regime sidonista, sendo que já no rescaldo da sua derrota se revelam fenómenos de profunda divisão e radicalização de intenções no interior da corporação naval, que explodem publicamente nos dramáticos acontecimentos de Outubro de 1921. A partir daí, a Marinha parece ter preferido retirar-se da cena política, sendo cada vez menos os que se envolverão nos futuros golpes armados para alterar a composição ou a forma de governo do país.

¹⁰ Telo, António José - *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Vol. 2, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

¹¹ Farinha, Luís - *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998.

¹² Soares, João (org.) - *A Revolta da Madeira, Açores e Guiné, 4 de Abril a 2 de Maio de 1931: Documento*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1979.

Capítulo 3

Imagens Marinheiras. Diaporama

Ricardo Alexandre*, Pedro Faria Lopes** e João Freire***



* Licenciado em História pelo ISCTE-IUL. Estágio profissional de documentação e arquivos na Fundação Portuguesa das Comunicações. Participante no projecto de investigação "CARDS, cartas desconhecidas".

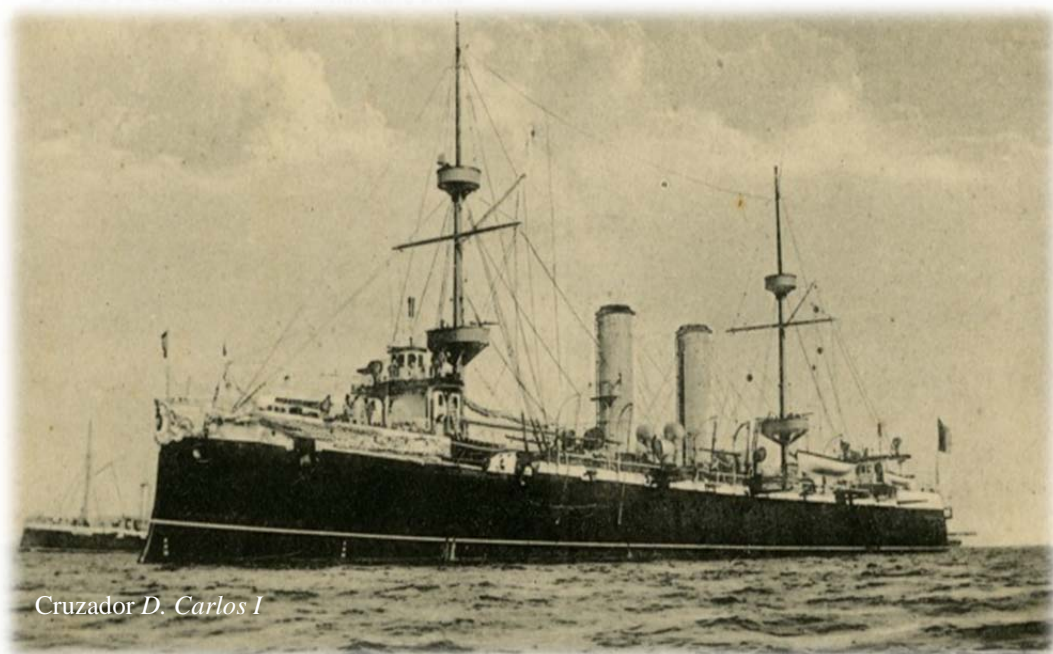
** Doutorado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores (UTL/IST, 1996). Professor na Escola de Tecnologias e Arquitectura do ISCTE-IUL. Investigador da Associação para o Desenvolvimento das Telecomunicações e Técnicas de Informática (ADETTI) do ISCTE-IUL. Projectos em curso: "Jogos por computador aplicados ao ensino de crianças em pré-escolar"; "Emerg.cities4all, construção massificada e customizada de habitação de qualidade". Publicações mais relevantes: "A computer model for pinscreen simulation: a new animation paradigm" (com M.R. Gomes) (in *Computer Graphics Forum*, vol. 11, nº 1, 1992); "Shaping emergent cities for all" (com J. Reis, F. Santos, S. Eloy, A. Paio e V. Rato) (in *Proceedings of the 15th Iberoamerican Congress of Digital Graphics*, 2011); "Math4Kids" (com D. Jardim e I. Alexandre) (in *Proceedings. First Iberian Workshop on Serious Games and Meaningful Play*, 2011).

*** Doutorado em Sociologia (UTL/ISCTE-IUL, 1988). Professor Emérito no Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL. Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE-IUL. Antigo oficial da Armada. Pesquisas em curso: "Movimento Social Crítico e Alternativo: memória e referências"; "O Corpo do Estado-Maior do Exército: apogeu e queda"; "A Marinha na Transição para a Democracia: acção e memória". Publicações mais relevantes: *Anarquistas e Operários* (Porto, Afrontamento, 1992); *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução* (Porto, Afrontamento, 1993 e 2002); *Homens em Fundo Azul Marinho* (Oeiras, Celta Editora, 2003); *Pessoa Comum no seu Tempo* (Porto, Afrontamento, 2007); *Economia e Sociedade* (Oeiras, Celta Editora, 2008); *Moçambique Visto pelos Colonizadores* (Edições Culturais da Marinha, 2009); *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX* (Lisboa, Colibri, 2010).

Insubordinação dos marinheiros
da esquadra
Tejo, Lisboa
Abril de 1906



Vice-almirante
Ferreira do Amaral



Cruzador *D. Carlos I*

Revolução republicana
Lisboa
4-5 de Outubro de 1910



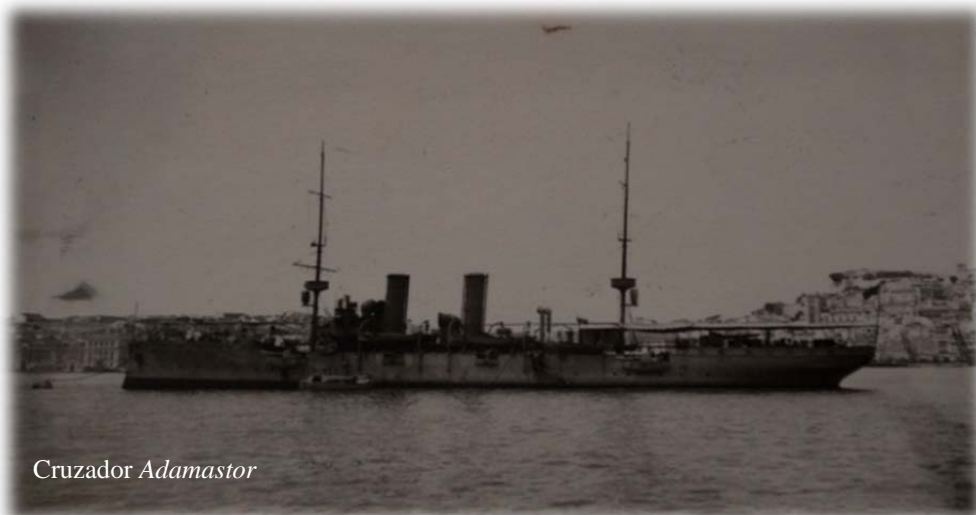
Almirante
Carlos Cândido dos Reis
(quando capitão-de-fragata)



Primeiro-tenente
Ladislau Parreira



Médico naval de primeira classe
Vasconcelos e Sá



Cruzador Adamastor

Noite Sangrenta
Lisboa
19 de Outubro de 1921



Vice-almirante
da Administração Naval
Machado Santos



Segundo-tenente
José Carlos da Maia

Insurreição republicana
Lisboa, Porto e Algarve
3 a 9 de Fevereiro de 1927



Segundo-tenente
Agatão Lança



Canhoneira *Ibo*

Insurreição republicana
Madeira, Açores e Guiné
4 Abril a 2 de Maio de 1931
Portugal continental
Agosto de 1931



Imagens marinheiras

Agradecimentos
Arquivo Histórico da Marinha
Drª Isabel Beato
Sargento Fernando Henriques
Sargento Manuel Freire

Capítulo 4

A Marinha no 5 de Outubro de 1910: uma breve análise

Carlos Manuel Valentim*

Uma questão que não pode deixar de ser colocada quando se analisa a revolução de 5 de Outubro de 1910 prende-se com o papel da Marinha de Guerra em todo o movimento revolucionário. Terá sido a participação desta instituição militar um factor decisivo para o derrube da Monarquia? Foram os seus homens e os seus meios o fiel da balança que fez pender para um dos lados (o republicano) a vitória?

Coloquemos a questão de um outro modo e de uma outra forma. Se é através das fontes arquivísticas, dos testemunhos e dos relatos que poderemos reconstituir os acontecimentos de 4 e 5 de Outubro de 1910 e empreender o seu estudo, alcançando capacidade explicativa a partir da interrogação dos factos, questionemos então o lugar que a Marinha ocupa na memória e na historiografia portuguesa sobre a revolução. Como se referem à Marinha os que insistiram em deixar memórias escritas sobre os acontecimentos? Qual o papel atribuído aos meios e às unidades navais no processo de tomada do poder? Tiveram esses testemunhos em conta o papel da Marinha e dos seus homens? Para a historiografia, quem implantou a República?

Na descrição da revolta, militar e civil, daqueles primeiros dias de Outubro de 1910, o elemento popular e as sociedades secretas sobressaem, na verdade, em muitos dos testemunhos e das análises efectuadas, como os elementos centrais da revolução. Tratou-se de uma guerra civil entre maçons. Tudo se terá passado entre maçons. Para Magalhães Lima, Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano, a revolução de 5 de Outubro foi obra de maçons¹; se não foi obra da Maçonaria, foi dos maçons que participaram no movimento revolucionário, tendo sido decisivos para a vitória dos revoltosos.

José Relvas, um dos protagonistas políticos da 1.ª República, que viveu profundamente os acontecimentos, tinha uma perspectiva diferente de Magalhães Lima. Defendeu este

* Oficial da Armada. Doutorando em *História, Defesa e Relações Internacionais* no ISCTE-IUL/Academia Militar. Mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2008). Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1999). Professor da Escola Naval. Investigador do Centro de Investigação Naval (CINAV) da Escola Naval e da Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste" (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Publicações mais relevantes: *O Trabalho de uma Vida. Biobibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920 – 1982)* (Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2007); *A Marinha no Movimento Revolucionário Republicano* (Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2010).

¹ Pimenta, José Costa - "Prefácio", in *O Relato Secreto da Implantação da República feito pelos Maçons e Carbonários*, Lisboa, 2010, p. 36 e seguintes.

agricultor de Alpiarça, futuro ministro da Fazenda do Governo Provisório de 1911: “*No plano da insurreição, o papel da Marinha era tão fundamental que a passividade dessa força representava o desastre inevitável. E assim os grupos civis e militares que tivessem iniciado a acção estariam seguramente perdidos*”².

António Maria da Silva, um dos três elementos da *Alta Venda*, estrutura de comando da Carbonária Portuguesa, reconheceu que “*a marinha de guerra, que já demonstrara a mais absoluta dedicação e o maior valor aquando das iniciações, desempenhara um papel preponderante na organização do movimento revolucionário*”³.

Por seu turno, Machado Santos, comissário naval, também ele da *Alta Venda*, pronunciando-se sobre o fim da Monarquia, concluiu que “*é devido sobretudo aos marinheiros e à população de Alcântara que este povo se redimiui!*”⁴.

O general Ferreira Martins, que testemunhou igualmente os acontecimentos, revela: “*Durante todo o dia 4 bateram-se as tropas da guarnição de Lisboa que tinham feito deflagrar a revolução, e as que lhe aderiram, com aquelas que pretenderam ainda defender a causa monárquica. E a eficaz colaboração da Marinha republicana assegurou, na manhã de 5 de Outubro, a vitória das tropas que se batiam pela República*”⁵. Remetendo a Marinha para uma acção de “colaboração”, subjaz, no entanto, à interpretação do historiador e militar do Exército, a eficácia das forças navais que contribuíram decisivamente para a vitória das tropas que se rebelaram contra a Monarquia.

Distanciando-se desta posição, o historiador Oliveira Marques, minucioso estudioso da Maçonaria, afirmou nos seus trabalhos que “*a revolução foi essencialmente organizada pela chamada Comissão de Resistência, saída (14.6.10) de uma magna assembleia de maçons reunida na sede do Grande Oriente Lusitano, em Lisboa*”⁶.

Na esteira daquele investigador, ao atribuir às sociedades secretas o protagonismo central na eclosão e triunfo da revolução republicana, José Medeiros Ferreira referiu que “*a implantação da República foi bem obra de civis organizados à volta da Carbonária*”⁷.

Joaquim Veríssimo Serrão foi mais explícito no que se refere à Marinha e à sua acção na implantação de um novo regime. Nas suas palavras: “*A Marinha de Guerra foi, entre as corporações militares, a que teve o papel mais activo, pode dizer-se mesmo predominante, na revolução de 5 de Outubro*.” E conclui: “*Afirmar-se que o 5 de Outubro foi, acima de tudo, a vitória da Marinha de Guerra, constitui uma verdade iniludível à luz da História*”⁸.

Repare-se como não são convergentes nem uníssonos os testemunhos e as leituras que se fizeram sobre o derrube da Monarquia e os protagonistas dessa acção militar revoltosa. Na verdade, os protagonistas, na ânsia de exaltarem a sua acção, legaram-nos descrições que raramente são coincidentes; os estudiosos, pelo seu lado, seguiram muitas dessas fontes sem a crítica necessária.

O que se nos depara, na grande maioria dos casos, é uma leitura padronizada no que diz respeito aos acontecimentos e aos seus actores, não sendo raro emergirem interpretações contraditórias sobre o papel que a Marinha desempenhou, enquanto força militar, na revolução republicana de 5 de Outubro de 1910.

É certo que os meios e os homens da Armada tiveram um papel decisivo na vitória revolucionária, ainda que muitos desses militares estivessem concertados com as sociedades secretas – nomeadamente a Carbonária Portuguesa.

² Relvas, José - *Memórias Políticas 1*, Lisboa, Terra Livre, 1977, p. 115.

³ Silva, António Maria da - *O Meu Depoimento. 1.º Volume Da Monarquia a 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Companhia Gráfica Editora, 1982, p. 339.

⁴ Santos, Machado - *A Revolução Portuguesa 1907-1910. Relatório*, Lisboa, Sextante Editora, 2007, p. 15 (edição original - 1911).

⁵ Martins, General Ferreira - *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, 1945, p. 497.

⁶ Entre outras obras do autor, veja-se: *Portugal. Da Monarquia para a República*, volume 10 da *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 698.

⁷ Ferreira, José Medeiros - *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, p. 22.

⁸ Serrão, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal [1910-1926]*, Vol. XII, 2.ª edição, 1990, p. 151.

1. A grande crise de 1890-91

A 19 de Outubro de 1889, falecia em Cascais o rei D. Luís, sucedendo-lhe o seu filho D. Carlos. Talvez para nenhum outro rei de Portugal conflua a memória de uma época de crise e decadência, de infortúnio e tragédia, como para D. Carlos⁹. O seu nome ficará associado ao fim de um período de prosperidade, a um *Ultimato* (1890) da aliada secular Inglaterra e à fase final de um Regime, que sucumbiu a uma revolução, após uma dolorosa crise política e financeira.

De facto, a relativa paz e a acalmia social, que até 1889 tinham vigorado, são interrompidas pela violenta irrupção social nacionalista em 1890, e pela grave crise financeira de 1891. Esta crise é motivada por vários factores: a baixa da cotação da moeda brasileira, devida à agitação social que se dá com a implantação da República no Rio de Janeiro, e a falência da Casa *Baring*, que financiava o Estado português. A moeda desvaloriza-se e a dívida pública aumenta para níveis assustadores. Consequentemente há uma contracção dos investimentos e falências bancárias, aumentando o desemprego e os impostos.

2. A sociedade portuguesa no princípio do século

O país era ainda em grande medida rural. No princípio do século, a agricultura empregava 62% da população activa, a indústria 26% e os serviços 12%¹⁰. Mas, em Lisboa, apenas 3,2% da população se dedicava à agricultura, enquanto na indústria trabalhava 43,8%, no comércio 22,6% e 9,7 % nos transportes. A população que sabia ler na grande cintura urbana lisboeta estava a aumentar: em 1890 era de 67%. Se tomarmos em conta que a capital arregimentava 43,6% de todos os médicos que existiam em Portugal, 49% de todos os professores do ensino secundário, 72,2% de todos os guarda-livros e 33% de todos os funcionários públicos, damos conta dos grandes desequilíbrios geográficos e das angustiantes assimetrias sociais de que padecia a sociedade portuguesa no início do século XX.

3. A Marinha Portuguesa na viragem do século XIX para o século XX

A partir de 1875, a nova vaga de inovação industrial¹¹ tem um impacto decisivo nas Marinhas, um pouco por todo o mundo. O aparecimento do torpedo, a evolução da construção naval, que passa a produzir potentes e modernos couraçados, os maiores já alguma vez vistos, os ensaios para a construção dos primeiros submarinos e o desenvolvimento das minas são progressos técnicos que têm implicações decisivas na política naval portuguesa.

Entre 1875 e 1879, Portugal aumenta ao efectivo operacional: um couraçado de defesa de costa, duas corvetas mistas, um transporte a vapor e três canhoneiras.

Pela Lei de 21 de Maio de 1896, o ministro da Marinha e das Colónias, Jacinto Cândido da Silva, coloca em prática o programa naval, que ficou conhecido pelo seu nome, com uma dotação de 2800 contos para reequipar a Marinha. Soma modesta, ainda assim, numa conjuntura internacional marcada por uma grave crise económica e financeira, encontrando-se o Estado português com sérias dificuldades de solvência financeira.

Para a materialização deste Plano Naval, Portugal contraiu um empréstimo com a garantia da receita dos tabacos. Para além disso, dois dos navios que serão construídos nos estaleiros franceses *Forges & Chantiers* surgem em troca de facilidades concedidas ao Governo francês na cota de obrigações da Companhia Real de Caminhos de Ferro. O certo é que chegam a

⁹ Exceptuando D. Sebastião, por razões diferentes, mas que se ligam ao tema de fundo da época em que D. Carlos I viveu - isto é, a independência nacional e a viabilidade de Portugal enquanto nação independente.

¹⁰ Valente, Vasco Pulido - *O Poder e o Povo*, 3.ª edição, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 46.

¹¹ Telo, António - "A Terceira Vaga de Inovação em Portugal", in *Nova História Militar de Portugal*, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 3, Lisboa, Circulo de Leitores, 2003, pp. 380-392.

Portugal, entre finais do século XIX e os primeiros anos do século XX, os navios que passam a constituir a esquadra nos trinta anos seguintes. Num curto espaço de tempo, o país passa a contar com cruzadores, encomendados a diferentes países e construídos em diferentes estaleiros: um é encomendado a Itália (o *Adamastor*); dois à França (o *S. Gabriel* e o *S. Rafael*); um à Inglaterra, que é digno da designação de cruzador (o *D. Carlos I*); e um (o cruzador *Rainha D. Amélia*) é fabricado em Portugal, no Arsenal da Marinha, sob a direcção de um engenheiro construtor naval francês. O que não deixa de ser um sinal esclarecedor, por um lado, das dificuldades técnicas e financeiras com que se debatia a indústria naval portuguesa e, por outro, do apoio técnico e militar que a França concede a Portugal por esta altura, quando a Inglaterra e a Alemanha parece que se vão entender a qualquer momento para dividir o Império português. Os cinco novos navios são incorporados na Armada entre 1897 e 1900. Outra unidade, o *Vasco da Gama*, sofre remodelações em Itália, deixando de ser uma corveta couraçada e passando a cruzador, sendo-lhe retirado o aparelho. Portugal tem agora seis pequenos cruzadores construídos em aço e com modernos equipamentos que, embora de proveniência díspar, são uma força naval apreciável: têm máquinas poderosas, luz eléctrica, torpedos, e a curto prazo recebem a instalação da telegrafia sem fios. Trata-se de uma força naval para funções de representação nacional e para acções de fiscalização das águas territoriais, sobretudo na Europa (no Ultramar esse papel caberá sobretudo às canhoneiras).

Com a entrada ao serviço da Marinha destas unidades navais, dá-se uma actualização importante da capacidade tecnológica, pois a vinda de tecnologia complexa e inovadora tem um impacto extraordinariamente importante, com implicações na alteração, no seio da própria Marinha, dos programas de ensino e da formação de novos técnicos. Portugal passa a dispor de duas Marinhas – uma para acções de defesa no continente, porque se teme o poder naval da vizinha Espanha, numa Europa dividida em alianças; a outra Marinha, a mais numerosa, encontra-se no Ultramar, em apoio das “campanhas de pacificação” terrestres e na vigilância das costas das colónias. No início do século, esta Marinha colonial tende a perder peso, pois o seu apoio às forças que aí operam não se faz sentir com tanta acuidade, em virtude das acções militares se desenrolarem cada vez mais para o interior.

Estes navios são aumentados ao efectivo, numa época de mudança de sistema mundial. A “velha” aliada de Portugal, a Inglaterra, começa a ter dificuldades para sustentar o seu vasto Império e tende a perder a hegemonia naval, na medida em que emergem novos poderes, na Europa, na Ásia e no continente Americano.

Refira-se que, numa época de grandes mudanças, uma das grandes deficiências do programa naval de 1896 é que não tem subjacente um pensamento estratégico¹². Para além disso, os navios não dispõem de qualquer uniformidade nos equipamentos, quer nas máquinas, quer nos sistemas de armas, o que dificulta a obtenção de sobressalentes, tornando extremamente onerosas as reparações sejam elas curtas, intermédias ou longas. Constituíam uma força naval apreciável, mas eram díspares na sua concepção: por exemplo, o *D. Carlos I* era mais rápido e melhor artilhado que o *Vasco da Gama*, mas este era melhor protegido.

Os navios passam a estar muito tempo em Lisboa, em detrimento das estações coloniais, na medida em que é difícil arranjar carvão para as suas máquinas, porque não existem dotações orçamentais suficientes¹³. Tal facto vai-se repetindo consecutivamente. Em 1902-03, por nota da Majoria-General da Armada, ficamos a saber que não havia verba no orçamento da Contabilidade da Marinha, para a aquisição de 2000 toneladas de carvão, cuja adjudicação fora posta a concurso, porque era inadiável adquirir esse combustível.

Apesar das dificuldades de sustentação, esta esquadra tem um grande peso na política interna, nos agitados anos que decorrem até à entrada de Portugal na I Guerra Mundial.

¹² Telo, António José - *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização, Tomo I*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, p. 176 e seguintes.

¹³ Biblioteca Central - Arquivo Histórico da Marinha, Núcleo 320, 6-IV-6-2, cx 20, e, no mesmo núcleo, nota nº 59, fl. 13 vº.

4. O quadro humano

Note-se um aspecto interessante na composição do quadro humano da Marinha na 1.^a República: a composição social dos seus quadros superiores. Repare-se que apenas 17% dos oficiais eram filhos de militares (no Exército, essa percentagem subia para 60%); 13% eram filhos de comerciantes (no Exército somente 4%)¹⁴; de forma análoga, os restantes não estavam associados a quaisquer tradições militares. Isto significa que a Marinha tinha nas suas fileiras homens que não dispunham de uma ligação muito forte às cúpulas da Monarquia. Estaria a Marinha Portuguesa mais próximo de uma força naval onde predominavam, no seu quadro de oficiais, militares vindos dos escalões baixos e médios da estrutura social portuguesa? Aparentemente era o que vinha acontecendo desde o fim do século XIX - não havia qualquer homogeneidade de classe nem imperava entre os oficiais superiores raízes aristocráticas ou mesmo da alta burguesia.

Esta realidade, que se vivia no seio da Instituição, permite-nos compreender porque foi a Marinha mais permeável às novas ideias políticas urbanas, para mais quando se confinava em duas grandes unidades terrestres no tecido urbano de Lisboa (o Arsenal e o Quartel dos Marinheiros em Alcântara) e tinha “quase” em permanência as suas maiores unidades navais fundeadas frente a Lisboa. Ao mesmo tempo que a Marinha está fortemente empenhada nas “campanhas de pacificação” em África, o sentimento nacionalista no seu interior é exaltado, sentindo particularmente os seus homens, que serviam o país e o Regime, a falta de meios para cumprirem as missões que lhes eram confiadas, a falta de condições no interior dos navios e os baixos salários auferidos.

O pessoal embarcado não ultrapassava os 4000 militares, incluindo alguma população local, nas colónias. Os oficiais representavam cerca de 740 indivíduos, estando embarcados, aproximadamente, 279. A maioria encontrava-se em terra nos vários comandos e serviços administrativos. Outra informação relevante é a relação entre oficiais combatentes e não combatentes, que se encontravam em serviços diversos. Em 1909, havia na Marinha 418 oficiais combatentes (56,5% do total) e 322 noutro tipo de funções, em áreas administrativas, número que representava 43,5% do total. Em 1916, nas vésperas da Marinha entrar na Grande Guerra, o número de oficiais combatentes tinha descido para 339 (49% do total) e os que se encontravam em serviços de apoio já ascendiam aos 359 (representando 51% do conjunto). Ou seja, durante a 1.^a República faz-se sentir a tendência para o crescimento do peso dos oficiais que se encontravam em serviços auxiliares e de apoio à esquadra¹⁵.

5. O descontentamento dos marinheiros: a Marinha nas grandes opções políticas

Em Março de 1906, no dia 21, tomava posse um Governo chefiado por Hintze Ribeiro, líder do Partido Regenerador. Desta vez, o “Rotativismo” dos dois partidos que se revezavam no poder, desde a segunda metade do século XIX, não se fazia por acordos cozinhados entre ambos, mas por vontade exclusiva do rei. Pairava no ar um clima estranho. Hintze Ribeiro enfrentava o problema da adjudicação do monopólio da produção dos tabacos, que se arrastava havia dois anos, e a dolorosa questão vinícola do Douro. No mês seguinte, a 8 de Abril, amotinavam-se as praças e os sargentos do cruzador *D. Carlos I*.

O cruzador *D. Carlos I* foi de facto o grande cruzador da Marinha Portuguesa; no início do século XX, era um navio tecnologicamente avançado para a época. Construído em aço nos

¹⁴Vejam-se os dados citados em: Carrilho, Maria - “Origens sociais do corpo de oficiais das Forças Armadas Portuguesas ao longo do século XX”, in *Análise Social*, vol. XVIII, 1982-83, pp. 1155-1164.

¹⁵Estes números são referidos por: Marques, A.H. Oliveira - *Portugal. Da Monarquia para a República*, volume XI da *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 458-461.

estaleiros da casa Armstrong em Newcastle, foi lançado à água a 5 de Maio de 1898. Deslocava cerca de 4233 toneladas; tinha um comprimento proa-popa de 110 metros; uma boca de 14,40 metros; 12 caldeiras; a capacidade de carvão era de 820 toneladas, podendo levar nos paióis, de reserva, mais 120 toneladas; dispunha de quatro projectores eléctricos e de telegrafia sem fios; o casco era de aço com duplo fundo - era revestido da proa à popa por uma facha couraçada de aço macio de 40 a 110 milímetros. A artilharia deste navio aproximava-se bastante da mais moderna que ao tempo havia: 4 peças Armstrong de 15/45; 8 Armstrong de 12/45; 16 peças Hotchkiss de 47/40; 2 peças de Hotchkiss de 37/25; 4 metralhadoras 6,5mm; 2 tubos de lança torpedos amovíveis acima da flutuação; 3 tubos lança-torpedos abaixo da flutuação. A lotação do navio era de 409 homens, sendo 28 oficiais.

Era a guarnição deste navio que não permitia o desembarque das licenças para terra, depois do arriar da bandeira, e obrigou o oficial-de-dia de bordo, o segundo-tenente Teixeira Marinho, a seguir para o Arsenal num escaler, a fim de informar o comandante e demais oficiais que os não receberia a bordo¹⁶. Repare-se que esta revolta - que tem lugar quando o navio se encontrava fundeado no Tejo - colocou de imediato em causa alguns dos pressupostos pelos quais a instituição militar se rege: a disciplina, o cumprimento zeloso das ordens e das determinações superiores, a defesa intransigente do poder político vigente e do regime. No dia 10, foi a vez do comandante se dirigir à guarnição enumerando as praças que deveriam recolher ao Quartel de Marinheiros. Os ânimos ainda se exaltaram mais. Alguns dos revoltosos dirigiram-se de armas em punho para junto da borda onde os vapores iriam recolher os camaradas condenados. No dia 13, revoltam-se as guarnições do cruzador *Vasco da Gama* e da canhoneira *Tejo*.

De um momento para o outro, no espaço de uma semana, três navios de guerra tinham sido dominados por marinheiros revoltosos frente à capital do reino e do Império. A consternação era a nota dominante no seio do Governo, com reuniões a decorrerem madrugada dentro. Entre a Família Real temia-se o pior. Temia-se a revolta generalizada. Receava-se que os torpedeiros se juntassem aos amotinados. “*Estamos sobre um braseiro*”, terá desabafado o Presidente do Ministério, Hintze Ribeiro. E não era para menos. Perante a situação de descontrolo e indisciplina generalizada, o Major-General da Armada, vice-almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, teve de intervir e entrou mesmo a bordo do Cruzador. Dirigiu uma impressionante fala à guarnição, segundos os testemunhos no local, e retirou-se em seguida para terra. A repressão da revolta, em julgamento de Tribunal Militar, foi contundente: 41 encarceramentos de 15 a 20 anos, deportações para as colónias e outras penas menores.

Depois desta crise, nada volta a ser como antes. O executivo é destituído no mês seguinte e substituído pela ditadura de João Franco. O impacto político da revolta do cruzador *D. Carlos I*, em Abril de 1906, juntamente com os outros navios, foi apreciável. Uma tal amotinação ilustrava não só o descontentamento dos escalões mais baixos da Marinha, embarcados numa grande unidade naval, a mais importante da esquadra no princípio do Século XX, como assinalava a progressão, no interior da instituição, das ideias contrárias à política dos governos monárquicos, sob a influência dos sectores urbanos civis mais radicais, que tendiam a organizar-se em sociedades secretas para combater violentamente o regime instituído.

6. Uma Marinha revolucionária em acção: o xeque-mate à Monarquia

A importante mobilização política levada a cabo pelos republicanos nos centros urbanos, sobretudo em Lisboa (onde se arregimentavam professores, caixeiros, lojistas, operários), também atinge assim a Marinha. A instabilidade das guarnições, a demorada permanência dos

¹⁶ Desenvolvemos este ponto noutra local. Ver: Valentim, Carlos Manuel - “A Revolta do Cruzador *D. Carlos I* (1906). Uma Marinha Republicana?” in *Política Diplomática, Militar e Social do Reinado de D. Carlos no Centenário da sua Morte. Actas do XVIII Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2009, pp. 173-188. Veja-se também: Freire, João - *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, pp. 23-30.

navios no Tejo e a concentração das principais unidades em Lisboa levam a que grande número de praças, sargentos e oficiais subalternos adiram à causa republicana, incorporando-se em massa na *Carbonária Portuguesa* e na conspiração republicana.

De 1908 em diante, sabe-se que trinta oficiais, desde o posto de guarda-marinha a almirante, trabalham com esta organização secreta. Nos navios e no Quartel dos Marinheiros - a grande unidade naval em terra - praticamente todos os sargentos e praças tinham feito a sua iniciação nas *Choças da Carbonária Portuguesa*. Em grupo conspiram, arquivam planos de derrube da Monarquia, concebem operações para a cidade de Lisboa, nas quais os navios têm um papel fulcral e decisivo.

Na revolta naval de 1906, são as praças que detêm um papel activo. A revolta não tem um plano assertivo, não tem um objectivo concreto, uma liderança clara. Mas o descontentamento nas fileiras da Marinha vai continuar a aumentar como fogo em estopa.

Nas primeiras páginas do relatório elaborado por Machado Santos sobre a revolução de 5 de Outubro de 1910, ficamos com uma ideia, justamente, do clima de conspiração que se vivia na Marinha no Verão seguinte à revolta do *D. Carlos I*, em 1907. Escreve o revolucionário: "*Em Agosto de 1907 o capitão-tenente João José Lúcio Serejo Junior procurou-me na comissão de compras de Marinha, para me fallar sobre a marcha dos negocios publicos e o desaforo da dictadura de Franco. Mal imaginava então que, só 4 annos depois, se poderia levar à pratica o que n'esse momento se começou a esboçar*"¹⁷.

A ditadura de João Franco, um Governo musculado e autoritário, cairá após o drama do Regicídio, em Fevereiro de 1908. Para o substituir, no período que ficou conhecido por Acalmação, o jovem rei D. Manuel II escolhe o almirante Ferreira do Amaral, Par do Reino e Major-General da Armada. Os estudos que se têm elaborado sobre este curto Governo e esta nomeação, em particular, não realçam um aspecto que me parece bastante importante: o facto do chefe de governo indigitado ser um almirante, um oficial-general respeitado na Marinha, que tinha debelado sem derramamento de sangue a perigosa revolta naval de 1906.

Uma proposta que o ministro da Marinha se preparava para apresentar, nas cortes, nos inícios de 1910, era a extinção do Corpo de Marinheiros, colocando em seu lugar "*um simples deposito de praças de marinhagem, apenas constituído por recrutadas e pelo pessoal que não tiver colocação a bordo*"¹⁸, o que ilustra a desconfiança que havia em relação à Marinha e à sua mais que previsível actuação em caso de golpe militar.

É, sem dúvida, a Marinha um dos grandes bastiões do republicanismo. De todas as forças militares era aquela em que o espírito de corpo mais se desenvolvera. Uma tradição que vinha de longe, e que se prendia com a vida a bordo e as missões muito próprias a que estavam affectos os navios da Armada. Era também esta força militar a que pugnava por mais meios para defender o Império, que se revoltava pela humilhação do Ultimato, e que pensava que a pátria estava em perigo, não havendo outra solução senão o derrube do regime. A vontade de revolta vingava igualmente pela influência das ideias e comportamentos da burguesia urbana entre os seus oficiais.

A Marinha desempenhou um papel fundamental em todo o processo revolucionário que culmina com a implantação da República¹⁹. O militar mais graduado dos revolucionários era o almirante Cândido dos Reis, que participara na revolta falhada de 1908 e que lidera todo o processo de planeamento da revolução.

Sublinhe-se que o processo revolucionário que conduziu à implantação da República foi complexo e muito irregular. Muitos dos militares que deveriam participar nas operações para derrube da Monarquia acabaram por não se envolver. E isso foi bem visível entre a maior parte

¹⁷ Santos, Machado - *A Revolução Portuguesa 1907-1910. Relatório*, Lisboa, Sextante Editora, 2007, p. 17 (edição original - 1911).

¹⁸ Era Marinha de Campos quem o denunciava com o título "O Corpo de Marinheiros" in *O Mundo*, 18/Fevereiro/1910, p. 1. Na realidade, mesmo que se desconte a contundência de Marinha de Campos, havia de facto uma desconfiança em relação ao Corpo de Marinheiros, por parte do Governo, ciente de que os militares da Marinha conspiravam nas ruas de Lisboa.

¹⁹ Veja-se o relatório das unidades de Marinha que participaram na Revolução. Biblioteca Central da Marinha - Arquivo Histórico, *Relatório do Movimento Revolucionário da parte que diz respeito à força da Marinha nas suas acções no Quartel e cruzadores*, Correspondência Confidencial, 102, maço 7.

dos oficiais do Exército que, segundo Machado Santos, colocavam sempre obstáculos atrás de obstáculos para não entrar no jogo revolucionário. Outros desistiram, quando perceberam que as hipóteses de sucesso eram bastante reduzidas. Apenas três unidades se mantiveram fiéis à causa republicana, o Quartel de Marinheiros, situado em Alcântara, Infantaria 16 e Artilharia 1. Dos três navios de guerra surtos no Tejo, dois apoiaram de imediato a revolução: os cruzadores *Adamastor* e *S. Rafael*. O cruzador *D. Carlos I*, o maior navio da esquadra, foi tomado de assalto pelos revoltosos, liderados pelo segundo-tenente José Carlos da Maia, tendo o comandante do navio, Álvaro Ferreira, sucumbido diante dos revoltosos.

Concentrando-se as principais forças republicanas na Rotunda, os poucos oficiais que aí lideravam os revolucionários foram desistindo. Ficou apenas um: o Comissário Naval Machado Santos. O papel deste jovem oficial de Marinha foi de extrema importância para manter as forças, compostas por civis e militares, motivadas e coesas. A resistência na Rotunda iria garantir o sucesso da revolução. Mas, para os republicanos assumirem o controlo da cidade, era necessária a movimentação, na retaguarda das forças monárquicas, dos cruzadores que se encontravam no Tejo.

Os cruzadores *Adamastor* e *S. Rafael*, que estavam nas mãos dos republicanos, tomam posição frente a Alcântara, cerca das onze da manhã do dia 4; disparam mais de quarenta granadas sobre o Palácio Real, e atingem a cornija da capela das Necessidades e o próprio quarto de D. Manuel II; o mastro onde flutuava o Pavilhão Real é cortado. O bombardeamento provoca a fuga do rei e lança a confusão nas forças que defendiam o Palácio Real. O resultado imediato foi o levantamento da pressão sobre o Quartel dos Marinheiros de Alcântara.

Cerca das 16 horas, os navios moveram-se outra vez no Tejo e foram-se posicionar em frente ao Terreiro do Paço, iniciando o bombardeamento do Rossio, onde estavam concentradas as forças monárquicas. O *S. Rafael*, sob o comando do segundo-tenente Tito de Moraes, dispara dois tiros de artilharia, colocando em fuga a companhia da Guarda Municipal ali estacionada. Esta carga impede o prosseguimento dos ataques e do flagelo de artilharia à Rotunda pelas tropas fiéis à Monarquia, numa altura em que Machado dos Santos já comunicara com o cruzador *S. Rafael*, confessando que lhe começavam a escassear munições para responder aos ataques vindos do Rossio. O Exército e a Guarda-Municipal tinham-se apercebido de que estavam encurralados entre o fogo da Rotunda e os navios que dominavam o Tejo enquanto, na Baixa Pombalina, a Carbonária dominava as ruas. Na manhã seguinte, o Quartel-general dos monárquicos enviou um emissário a bordo do *S. Rafael* para se render. Ao fim da manhã, forças da Marinha lideradas por Mariano Martins ocuparam posições no Quartel-General e no Rossio.

Consolidado o triunfo da República, a maioria dos oficiais de Marinha declarou o seu apoio ao novo regime. Em suma, a Marinha, os seus homens e meios tiveram um papel crucial na revolução de 1910. Não será exagerado afirmar que a intervenção desta força militar nos dias 4 e 5 de Outubro de 1910 foi o fiel da balança que fez pender a vitória para um dos lados, ainda que se tenha de ter presente a apatia da maior parte das unidades do Exército, que acabaram por não defender a Monarquia.

No seu relatório, Machado Santos escreve: "*Liberaes e mesmo republicanos, eram quasi todos os officiaes da Armada, mas no Exercito, não se dava o mesmo*"²⁰.

Estaria este oficial a transmitir uma realidade efectiva? Sem uma contabilidade que nos permita contestar as asserções de Machado Santos, há notícia de que os oficiais da Armada Ladislau Parreira, José Carlos da Maia, Tito de Moraes, Aníbal de Sousa Dias, João Mendes Cabeçadas Júnior, José Botelho de Vasconcelos e Sá, Henrique da Costa Gomes, Mariano Martins, João Fiel Stokler e António Machado Santos desempenharam um papel central no triunfo da revolução de 5 de Outubro, ficando para sempre associados aos *gloriosos dias de Outubro* das hostes republicanas. São, efectivamente, os líderes de uma revolução em que participaram militares e muitos milhares de populares, oriundos das camadas médias e baixas da sociedade.

²⁰ Santos, Machado - *A Revolução Portuguesa 1907-1910. Relatório*, Lisboa, Sextante Editora, 2007, p. 17. (edição original - 1911).

Há três factores importantes que contribuíram para o sucesso da revolta republicana a que, na minha perspectiva, não se tem dado o devido relevo.

Em primeiro lugar quem esteve na liderança, no enquadramento e na chefia do movimento revolucionário foram, na sua esmagadora maioria, oficiais da Marinha que, quando se tratou de ocupar posições e aceitar as rendições das forças monárquicas, avançaram com os militares da Marinha e não com populares.

Em segundo lugar, os revoltosos tinham ao seu serviço o Posto Radiotelegráfico do Arsenal da Marinha, que havia sido inaugurado no início desse ano, e cujo encarregado da Direcção era, nem mais nem menos, que o primeiro tenente Ladislau Parreira, o comandante das forças sublevadas, após a morte do almirante Cândido dos Reis. A crer nas notícias que foram divulgadas, esse Posto participou no movimento, desenvolvendo actividades que podem ter mudado o rumo dos acontecimentos a favor dos republicanos. No dia 4, fez ligações com o sul do Tejo, através do Posto Radiotelegráfico de Vale do Zebro, e entre o chefe dos revoltosos e o cruzador *S. Rafael*, onde tinha embarcado o primeiro-tenente Ladislau Parreira.

Em terceiro lugar, registre-se que o hospital da Marinha se encontrava de prevenção na noite de 3 para 4 de Outubro de 1910, apenas guarnecido com pessoal revolucionário desde o porteiro, enfermeiros, serventes, até médicos de serviço. Por ordem do médico da Armada Alexandre de Vasconcellos e Sá, dada no dia 3 de manhã, arranjaram-se trocas de serviço, tendo a ordem sido cumprida acima de toda a expectativa. O laboratório de bacteriologia esteve funcionando toda a noite, como já tinha estado todo o dia 3, a esterilizar pensos para o serviço médico dos revolucionários. O banco do hospital, onde se socorreram todos os feridos que ali vieram nessa noite e dias seguintes, em número de 50 ao todo, (marinheiros, populares, polícias e soldados) funcionou toda a noite de 3 para 4 sem que as pessoas entradas no hospital pudessem notar a menor alteração de disciplina, nem tão-pouco que no hospital se encontravam ocultos mais de cem populares, alguns com bombas explosivas.

7. Conclusão

Em suma, a Marinha, ainda que não tivesse toda a sua esquadra disponível em Lisboa, foi a trave mestra do triunfo da revolução de 5 de Outubro de 1910, ao emprestar os seus meios, estruturas, comando e militares aos revoltosos. Os altos dirigentes do Partido Republicano Português proclamariam das varandas da Câmara Municipal de Lisboa um novo regime, nesse dia, reunindo-se em seguida para escolher um governo provisório. As dissidências entre os vários republicanos haveriam de vir logo ao de cima nessas reuniões, o que era um sinal bem claro do que viria a ser a vida política portuguesa nos dezasseis anos seguintes, repletos de grupos digladiando-se nas ruas, golpes e contra-golpes, governos efémeros e ditaduras. Nesse ambiente, a Marinha iria continuar a ter uma presença forte entre as forças militares mas, à medida que nos vamos aproximando do ocaso dessa Primeira República portuguesa, o seu papel activo na política vai também diminuindo.

Capítulo 5

A Marinha no 25 de Abril de 1974: antecedentes. Plano da comunicação

Pedro Lauret*

1. A Marinha no 25 de Abril de 1974. Antecedentes

1.1. Antecedentes relacionados com a Marinha enquanto ramo das Forças Armadas

1.1.1. Período 1945 a 1957/1958 - período NATO

Mudanças. Período de extrema importância na História da Marinha face à dimensão e profundidade das alterações produzidas, que poderemos sintetizar em três áreas principais:

- Área tecnológica. A electrónica faz a sua entrada em força nas unidades navais. A evolução tecnológica que se processa ao longo do conflito mundial e seus desenvolvimentos do pós-guerra, com destaque para a evolução vertiginosa da electrónica, reflectem-se em novas gerações de equipamentos que integram as novas unidades navais:
 - Novos sensores, com relevância para os radares – de aviso de superfície, de aviso aéreo, de tiro e os sonares;
 - Novas direcções de tiro e armamentos (de superfície, antiaéreos e anti-submarinos);
 - Novos sistemas de comando e controlo;
 - Comunicações mais sofisticadas, com equipamentos proporcionando comunicações mais rápidas, seguras e automatizadas, fazendo uso de novos procedimentos;
 - Novos sistemas propulsores.

* Capitão-de-mar-e-guerra (reformado). Pós-graduação em Estratégia e Organização (Instituto Superior Naval de Guerra, 1981). Consultor em engenharia e informática. Membro fundador do movimento clandestino de Oficiais de Marinha (1970). Membro da comissão redactora do Programa do MFA, da Comissão Coordenadora do MFA da Armada, da Assembleia do MFA da Armada e da Assembleia do MFA Nacional. Sócio fundador da Associação 25 de Abril, integra actualmente a sua Direcção. Coordenador do site da Associação 25 de Abril (<http://www.25abril.org>) e do site <http://www.guerracolonial.org>. Agraciado com o grau de Grande Oficial da Ordem da Liberdade. Pesquisa em curso: "A Marinha: do fim da Segunda Guerra Mundial ao 25 de Abril de 1974".

- Área da tática naval. Nova doutrina, novos conceitos de tática naval, novos procedimentos, novas publicações.
Durante mais de 10 anos, as unidades navais da Marinha vão, anualmente, ter participação activa em inúmeros exercícios e manobras, integradas em forças NATO.
A Marinha passa de uma organização nacional, pequena, limitada e fechada, para se constituir num parceiro de uma aliança militar, em que participavam as mais avançadas marinhas do mundo. A Marinha Portuguesa internacionaliza-se.
Para que as unidades navais se pudessem integrar com sucesso em forças navais multinacionais compostas por navios de várias nacionalidades, navegando e coordenando os seus movimentos, executando as manobras de acordo com doutrina e táticas específicas e adequadas ao cenário operacional de cada momento, foi necessário a introdução na Marinha de nova doutrina, nova organização operacional, novos procedimentos e novas publicações.
- Área da organização e gestão. Novos conceitos de organização, administração e gestão a todos os níveis.
Os novos navios e os novos equipamentos, bem mais complexos e de procedências diferentes, com um elevado nível de componentes e sobressalentes, vão exigir a introdução de novos sistemas de gestão e a mecanização e automatização dos processos logísticos, tendo, para tal, sido introduzidas importantes inovações na área da gestão do material.

Novos desafios. Para fazer face a tão grandes desafios, a Marinha é obrigada a modernizar-se, aumentando exponencialmente a eficiência global da sua organização, conseguida pela adopção de novos modelos de organização e gestão, a todos os níveis, e pelo enorme esforço de formação de pessoal.

Contactos externos. Tão grande necessidade de mudança implica um vasto processo de formação de pessoal, que possa garantir não só a correcta condução dos equipamentos, mas também a sua manutenção. Muitas das novas áreas tecnológicas utilizadas pela Marinha são pioneiras no país, pelo que muita da aprendizagem dos seus quadros vai ser feita no estrangeiro. A necessidade de multiplicar e generalizar os conhecimentos, adquiridos fora, obriga ao aparecimento de novas escolas, aptas a formarem oficiais, sargentos e praças, quer em novas áreas tecnológicas, quer nos novos sistemas de combate.

A intensidade dos contactos externos então verificados constituiu uma exigência para que se processasse a transferência de conhecimentos, a vários níveis e respeitantes a diversas matérias, necessários para formar quadros que sustentassem tecnicamente as profundas alterações que então se produziram.

Os contactos internacionais e estadias no estrangeiro vão ter origem não só em acções de formação mas também na recepção e modernização dos navios e nas manobras internacionais. São contactos externos de grande dimensão que atingem todos os níveis da oficialidade, desde os oficiais subalternos aos quadros superiores da hierarquia.

Os oficiais de Marinha constituíram uma das poucas classes socioprofissionais que quebraram o isolamento que a ditadura impunha à generalidade dos portugueses.

Este conjunto de contactos com os países ocidentais vai permitir a muitos oficiais de Marinha criar defesas e imunidades em relação aos valores e à propaganda do regime e, em contrapartida, passar a apreciar e a valorizar o exercício da liberdade e a vida das sociedades democráticas, tornando-se mais exigentes em relação ao valor da liberdade, à informação que gostavam de obter, aos livros que gostavam de ler e à qualidade das diversas formas de manifestações culturais que gostavam de desfrutar.

Nas unidades da Armada, com especial relevância para as câmaras dos navios, um saudável ambiente de abertura e de liberdade vai-se impondo. Nas câmaras dos navios, não se fazem sentir os normais constrangimentos existentes na sociedade portuguesa da época, em medir as palavras em público, em ler ou discutir abertamente autores fora dos cânones ou

colocados no índice e a imprensa estrangeira, ou ainda em criticar os governantes ou as medidas por eles tomadas.

1.1.2. Período de 1958 a 1974 - a viragem para África e a Guerra Colonial

Com o início da guerra, em 1961, a Marinha irá definir as suas novas missões em função do conflito em África, assumindo, no entanto, que não abandonaria algumas das suas antigas missões, nomeadamente o controlo e fiscalização das águas territoriais do Continente, Açores e Madeira e manteria, ainda que em menor nível, os contactos internacionais com a NATO.

A Marinha não se empenhará a 100% na Guerra em África.

A Marinha vai definir como principais missões para a Guerra as seguintes:

- Garantir a liberdade e segurança da navegação oceânica entre o continente e os territórios ultramarinos.
- Controlar a navegação costeira em cada um dos territórios, permitindo a utilização das suas águas aos navios amigos e interditando-a aos movimentos de libertação.
- Controlar as águas interiores – rios, braços de mar e lagos - permitindo a sua utilização pela navegação amiga e interditando-a aos movimentos de libertação.
- Realizar acções de assalto do meio aquático sobre objectivos em terra. Executar patrulhamento ofensivo de águas costeiras ou cursos de água. Participar em acções anfíbias com os outros ramos das Forças Armadas. Realizar acções de assalto e destruição em navios no mar ou em portos.

A Marinha irá concretizar um vasto Plano Naval, compreendendo a construção de inúmeros novos navios, muitos deles construídos em estaleiros nacionais:

- Fragatas classe *Comandante João Belo* (4), construídas em França nos estaleiros de Nantes;
- Corvetas da classe *João Coutinho* (6), 3 construídas na Alemanha (Hamburgo) e 3 construídas em Espanha (Cartagena);
- Submersíveis classe *Albacora* (4), construídos em França nos estaleiros de Nantes;
- Lanchas de Fiscalização Grandes (20), em estaleiros nacionais;
- Lanchas de Fiscalização Pequenas (36), a maioria construída em estaleiros nacionais;
- Lanchas de Desembarque Grandes (6), em estaleiros nacionais;
- Lanchas de Desembarque Médias e Pequenas (96), em estaleiros nacionais;
- Fragatas classe *Almirante Pereira da Silva* (3), construídas em Portugal com participação americana e para uso exclusivo NATO;

A Marinha irá igualmente activar as unidades de Fuzileiros e constituir unidades de Mergulhadores Sapadores.

A Marinha vai conseguir manter o seu pessoal com elevados níveis de preparação tecnológica, face aos novos meios navais adquiridos, muito mais sofisticados que os anteriormente existentes.

Vai conseguir manter os níveis de actualização de táctica naval, pela permanência de unidades em missões NATO, principalmente na STANAVFORLANT.

Vai conseguir manter os contactos externos, ao adquirir novos meios navais de tecnologia actual, e com a participação em manobras e exercícios NATO.

Muitos oficiais de Marinha, sobretudo os embarcados em fragatas e corvetas, face à natureza das suas missões, participam no esforço de guerra nos teatros de operações, sem, no entanto, entrar directamente no combate.

A Guerra Colonial não vai impedir, antes pelo contrário, vai incrementar o gosto de muitos oficiais da Armada pelos valores da liberdade e da democracia, que já se vinha verificando.

1.1.3. Conclusões

As missões da Marinha, os contactos internacionais, a preparação técnica, o profissionalismo e o papel da Marinha na guerra vão propiciar o aparecimento de gerações que começam a colocar em causa o regime e a guerra. O ambiente de liberdade e abertura, que sempre existiu nas câmaras dos navios, vai ajudar a propagação de novas ideias.

1.2. Antecedentes relacionados com os movimentos associativos, culturais, políticos, sindicais que envolveram oficiais de Marinha no período de 1968 a 1974

1.2.1. As primeiras manifestações de descontentamento

As primeiras manifestações concretas de descontentamento com o regime e com a evolução da guerra fazem-se sentir com os muitos pedidos de passagem à reserva, sem direito a pensão, que muitos oficiais requerem à administração, sem que, durante alguns anos, esta lhes seja concedida.

Entre 1967 e 1969, desertaram 10 oficiais dos quadros permanentes.



Perspectiva de Marcelo Caetano sobre a situação na Marinha antes do 25 de Abril – Caetano, Marcello - *Depoimento*, Rio de Janeiro / S. Paulo, Record, [1975], pp.177-178.

A Marinha era, até 1961, uma pequena corporação com um corpo de oficiais que se distinguiu pela cultura, pelo apuro e pela disciplina e onde todos se conheciam, de todos se sabiam as qualidades, as virtudes, os defeitos e as fraquezas... A partir de 1961 couberam-lhe também numerosas e importantes missões no mar e em terra. Além dos navios modernos, fragatas e corvetas destinados a escolta oceânica ou a missões de soberania, foram construídos nu-

merosos navios mais pequenos para serviço no Ultramar, que pudessem penetrar e navegar nos rios da Guiné, de Angola e de Moçambique. E criou-se o Corpo de Fuzileiros, a infantaria de Marinha a que couberam tantas e tão delicadas missões. De tudo isso resultou o alargamento de efetivos e de quadros, embora sem perda do carácter primitivo de corporação.

Em contato frequente com o estrangeiro, os oficiais da Armada começaram a ser sensíveis à argumentação com que por lá Portugal era atacado em razão da defesa do Ultramar. A literatura e os livros que liam corriam no pendor socialista, fazendo reviver uma velha tendência esquerdista que datava dos últimos tempos da monarquia e fizera com que a Marinha tivesse tido papel preponderante na proclamação da República e na política dos primeiros tempos do novo regime. As camadas novas recebiam a influência da onda geracional.

Um dia descobriu-se que cada curso da Escola Naval se mantinha organizado depois de sair da vida académica, numa espécie de célula maçónica, e que os vários cursos já se entendiam entre si. O que fora, ao princípio, simples intenção de manter, pela vida fora, a amizade e solidariedade que ligara os estudantes dos mesmos anos, começara a converter-se numa organização em que se tratava de interesses profissionais e até de problemas políticos. A democracia e o socialismo ganhavam terreno. E a aversão à guerra do Ultramar também: aqui não tanto por cansaço, mas por repugnância pela própria natureza da guerra. Começaram a surgir os pedidos de saída da Marinha, alguns formulados por jovens oficiais que exemplarmente se tinham comportado e às vezes haviam ganho altas condecorações, mas se confessavam tocados na sua sensibilidade pelos atos praticados.

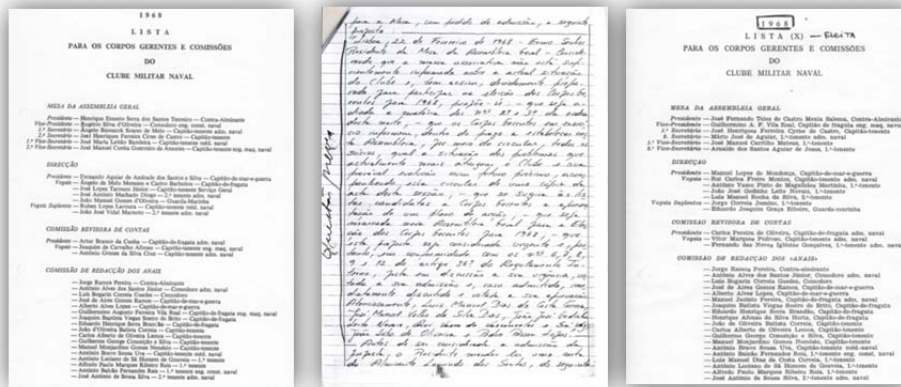
1.2.2. O Clube Militar Naval – 1968

Em 1968, a Direcção cessante do Clube Militar Naval resolveu constituir uma lista e propô-la aos sócios. Nessa lista, era indicado o almirante Henrique Tenreiro para Presidente da Assembleia Geral, o que vai provocar um movimento para evitar que essa lista fosse eleita, tentando constituir uma lista alternativa. Esse movimento criou um slogan: "Não queremos um clube a cheirar a peixe".

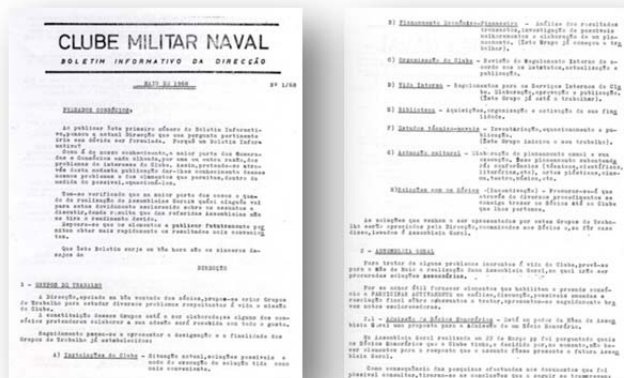
No dia da Assembleia Geral eleitoral (22 de Fevereiro de 1968), foi apresentada uma proposta de moção, para adiamento das eleições, que foi aprovada, devendo ainda as listas concorrentes apresentar programas de acção.

Foi constituída uma lista alternativa na qual figurava o Comandante Manuel Lopes de Mendonça como Presidente da Direcção, que saiu vitoriosa das eleições.

Disputas eleitorais no Clube Militar Naval em 1968 – Arquivo Particular.



Boletim da nova Direcção do Clube Militar Naval – Arquivo Particular.



Realizaram-se colóquios promovidos pela Direcção do Clube Militar Naval:

- Aspectos técnicos das fragatas classe *Almirante Pereira da Silva*;
- Cinema e juventude (João Bénard da Costa);
- Literatura e juventude (Urbano Tavares Rodrigues);
- Crises monetárias (Sérgio Ribeiro).

1.2.3. Maio de 1968 em França

Encontravam-se vários navios em construção em França (3 fragatas e 3 submarinos) e as guarnições vão ser influenciadas pelas movimentações verificadas então. Oficiais deslocam-se a Paris. Greve nos estaleiros.

1.2.4. Escola Naval – 1969

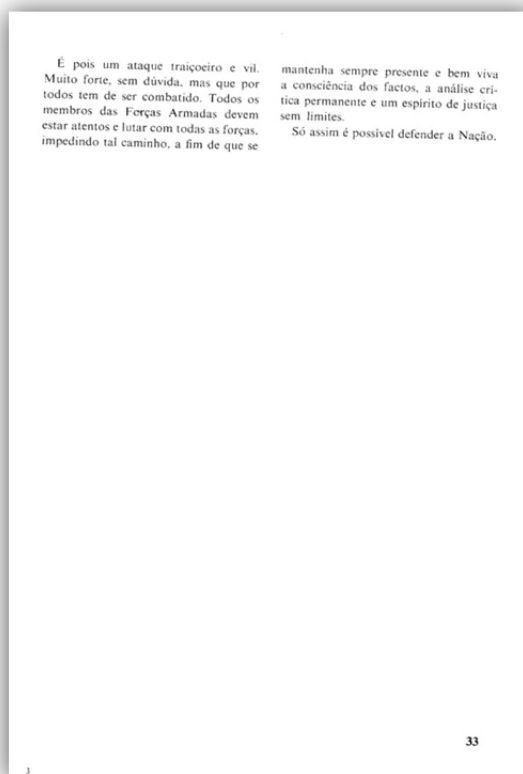
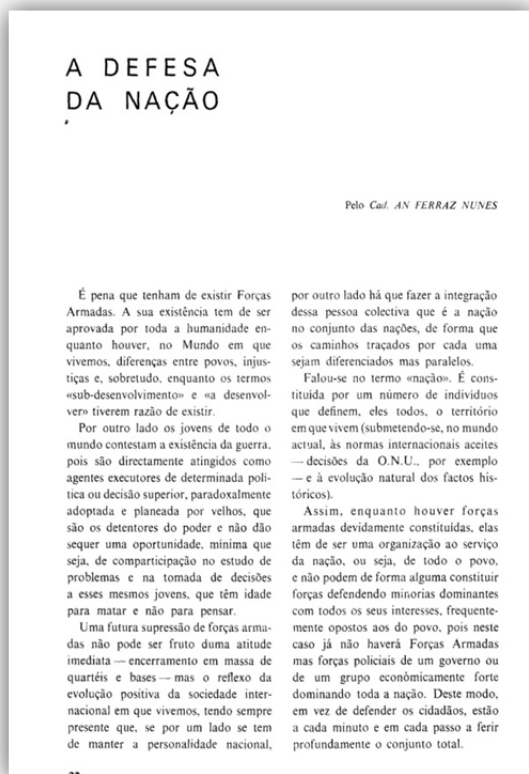
Verificaram-se movimentos políticos em torno das eleições. A relação com a CDE passou pela formação do Sector X, organização específica para a Escola Naval, e pela recolha de fundos.

Aquando da campanha eleitoral, os cadetes afixaram nas salas de alunos propaganda eleitoral da CDE. O comando da Escola Naval mandou retirá-la e houve mesmo um auto de averiguações ao cadete de serviço. À sala de cadetes chegava sempre um exemplar do *Diário da Manhã* que foi considerada, pelos cadetes, propaganda em sentido contrário, pelo que foi feita uma carta pedindo que não voltasse a ser enviado, pois os cadetes não estavam interessados em receber aquele jornal.

Ocorreu um incidente com a revista *Tridente*, revista dos alunos da Escola Naval, devido a artigo polémico que motivou a apreensão de todos os exemplares já distribuídos e represálias para o seu autor.



Artigo da Revista *Tridente*, n.º 14, Dezembro /1969.



Contribuição dos cadetes da Escola Naval para a campanha eleitoral da Oposição Democrática – Arquivo Particular.



1.2.5. Clube Militar Naval – 1969

Realizaram-se colóquios promovidos pela Direcção:

- Os submarinos da classe *Albacora*;
- A crise na Checoslováquia;
- Preocupações profissionais;
- Marx e o estruturalismo (Correia Jesuino).

1.2.6. Novas formas de saída da Marinha

O Ministro da Marinha autoriza passagem à Reserva Ab (sem direito a pensão) pelo Despacho n.º 2, de 2/1/1969.

Muitos jovens oficiais pretendiam abandonar as fileiras, uns por motivos económicos e outros por problemas éticos e políticos. A autorização de passagem à “Reserva Ab” permitia que, anualmente, alguns oficiais passassem à vida civil sem direito a pensão. Esta medida, que se verificou apenas na Marinha, veio descomprimir uma certa tensão existente.

O almirante Superintendente do Pessoal de então, Soares Branco, dizia por graça que “uns saem pela barriga, outros saem pelos livros”, referindo-se respectivamente aos que saíam para irem para melhores empregos e aos que saíam por motivos políticos.

Despacho n.º 2, de 2/1/1969, autorizando passagem à Reserva Ab – Ordem da Armada, nº 1, 15/1/1969.



1.2.7. Clube Militar Naval – 1970

Uma proposta para a criação de uma Comissão Cultural é aprovada por aclamação.

A Direcção de Magalhães Martinha integra pela primeira vez cadetes da Escola Naval em todos os corpos sociais; no quadro dos processos eleitorais, é pela primeira (e única) vez eleita uma Comissão Cultural.

A crise do jornal de parede representa o fim de uma etapa.

Realizaram-se colóquios promovidos pela Direcção:

- O Clube;
- A Mulher na sociedade moderna (Isabel da Nóbrega);
- Livros (Nelson Trindade);
- Ensino (Ortigão Neves e Martins Guerreiro).

1.2.8. Actividade Política – 1970

Na Escola Naval, efectua-se uma reunião com o Comandante de Corpo de Alunos sobre a guerra.

Iniciam-se movimentações para a constituição de uma Organização Política: Martins Guerreiro, Almada Contreiras e Miguel Judas são os elementos dinamizadores.

Realiza-se uma reunião clandestina alargada – cerca de 30 oficiais e cadetes.

Funda-se uma Organização Política clandestina de oficiais (numa plataforma socialista), estruturada por zonas de residência.

Um grupo pequeno de cadetes da Escola Naval adere ao PCP.

Contribuição para o Avante!, sob a designação de "Gaivota Vermelha" – Avante!, Ano 43, Série VI, nº 457, Setembro/1973, p. 4.



1.2.9. Actividade Política – 1971

Iniciam-se aulas a praças no Ministério da Marinha e na Cova da Piedade.
Elabora-se uma orientação para a criação de bibliotecas a bordo e jornais de parede.
Verificam-se incidentes na véspera do juramento de bandeira do curso Diogo Gomes.
Inicia-se o Movimento de Cursos.

1.2.10. Actividade Política – 1972

Movimento de Cursos. Aproveitando a tradição dos jantares de curso, a Organização Política dos oficiais da Armada lança o Movimento de Cursos. Para lá dos convívios, cada curso aproveitava a reunião para debater os problemas da Marinha, condições de vida e trabalho, remunerações, assistência às famílias, etc.

Reconhecendo-se a necessidade de estabelecer contactos com outros cursos, cada um elege uma comissão representativa, que se articula com outras numa comissão inter-cursos.

Muitos cursos começam a editar Boletins de Curso com informação sobre o movimento e outras matérias, como bibliotecas de bordo, jornais de parede ou aulas a praças.

A comissão inter-cursos preocupa-se, na primeira reunião, com o seu funcionamento, que será definido como amplamente democrático. Estarão representados 10 cursos. Criam-se diversos grupos de trabalho, como a Comissão Promotora da Unidade, e a Comissão Coordenadora para o Problema Económico.

Vão ser feitas muitas reuniões entre dois ou mais cursos, assim como reuniões das diversas comissões. Estão referenciadas 3 reuniões amplas inter-cursos – em 16 Junho, 30 Junho e 13 de Julho de 1972.

São feitos vários estudos sobre as condições de vida dos oficiais de Marinha, é lançado um inquérito sobre despesas mensais e é feito um estudo sobre o Orçamento da Marinha e o seu melhor aproveitamento em despesas sociais.

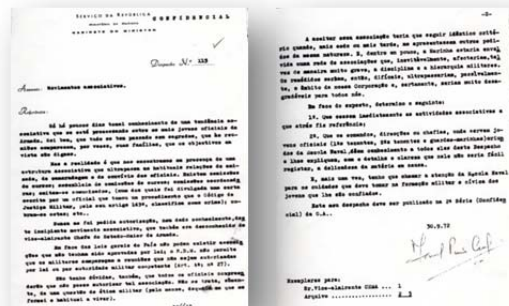
Em 30 de Setembro de 1972, o Ministro da Marinha emite o Despacho n.º 115/72, que vai proibir o Movimento de Cursos.

Depois da proibição, vão ser constituídas três comissões que reúnem com o Ministro para explicar a natureza do movimento e apresentar algumas das conclusões e estudos produzidos.

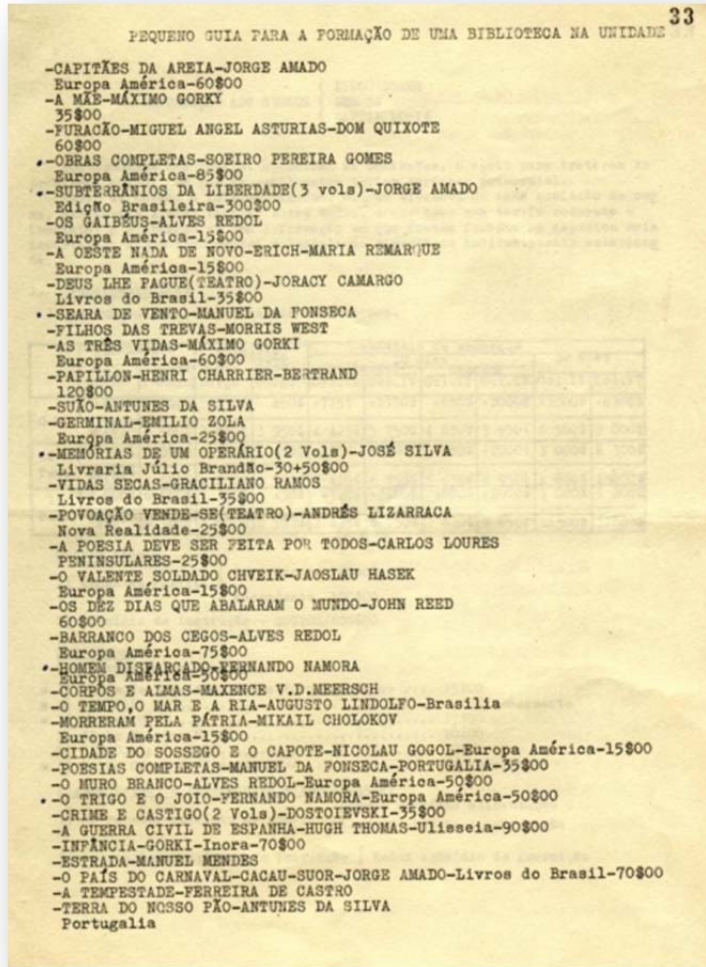
Este movimento associativo, aberto, vai movimentar algumas centenas de oficiais, vai promover o debate, a prática democrática e a capacidade de reflexão colectiva sobre problemas de índole profissional e laboral.

Após a proibição do movimento de cursos, muitos oficiais adquiriram hábitos de organização democrática e de intervenção.

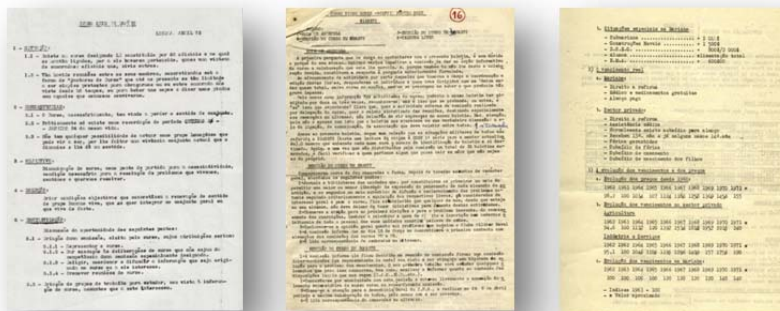
Proibição ministerial do Movimento de Cursos – Arquivo Particular.



As várias dimensões do Movimento de Cursos: Pequeno Guia Para a Formação de uma Biblioteca de Unidade – Arquivo Particular.



Documentação do Movimento de Cursos (cursos Luís de Camões e Diogo Gomes) – Arquivos Particulares.



1.2.11. Actividade Política – 1973

A Organização Política de oficiais decidiu tentar promover uma lista para a Direcção do Clube Militar Naval que garanta o desenvolvimento de actividades associativas e culturais, o que veio a acontecer. Foi eleito presidente da Direcção o comandante Pinheiro de Azevedo e como vogal Martins Guerreiro.

Realizaram-se colóquios promovidos pela Direcção:

- O Cinema (António Pedro de Vasconcelos);
- A Mulher na sociedade portuguesa (Maria Lamas e Maria Emília Correia);
- Criação de um parque marítimo nacional (Ramos Rocha);
- Teatro “A Comédia Moscheta” com debate (Companhia *Os Bonecreiros*).

A Organização Política de oficiais decidiu arrancar com um novo modelo de organização, por unidades, aproveitando a movimentação que se havia gerado com o movimento de cursos. Criaram-se de imediato núcleos no Grupo n.º 1 de Escolas da Armada (Vila Franca de Xira), na Esquadilha de Submarinos, nos navios, na Base Naval de Lisboa (Alfeite).

Foi entregue um abaixo-assinado em defesa do prestígio das Forças Armadas, ao ministro da Marinha, pelo facto da PIDE/DGS ter invadido a casa de um oficial.

Em Abril de 1973, 13 oficiais de Marinha e 2 cadetes da Escola Naval participaram no 3.º Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro.

**3º Congresso da Oposição Democrática. Conclusões,
Lisboa, Seara Nova, 1973.**



2. A Marinha, o Movimento dos Capitães e o MFA; o dia 25 de Abril

2.1. O Movimento dos Capitães

Quando se inicia o Movimento dos Capitães, em Julho/Agosto de 1973, a Organização Política dos oficiais da Armada tinha maturidade política, organização, e quadros suficientes para efectuar adequadamente a ligação ao movimento dos camaradas do Exército.

A Marinha mantém contactos com o Movimento dos Capitães, quase desde o seu início. O primeiro contacto é feito por Costa Correia, e o movimento de oficiais vai nomear mais três oficiais para se juntarem a este: Almada Contreiras, Vidal Pinho e Pedro Lauret. O interlocutor por parte do Exército será inicialmente o major Hugo dos Santos.

Nas primeiras reuniões do Movimento (Alcáçovas em 9 de Setembro e quadripartida em 6 de Outubro), os problemas situavam-se ainda no âmbito corporativo, ainda que se manifestasse crescente determinação em agir por parte dos oficiais do Exército, como é comprovado pela sua decisão de assinar pedidos de demissão, com data em branco, para serem entregues, caso fosse considerado conveniente.

Nas reuniões de 24 de Novembro (em S. Pedro do Estoril) e depois de 1 de Dezembro (em Óbidos), inicia-se claramente uma segunda fase, em que a hipótese de golpe militar se coloca com clareza.

Na reunião de 1 de Dezembro de 1973 (Óbidos), são formuladas 3 hipóteses de vias de actuação:

- 1.ª hipótese: “*Conquista do poder para, com uma Junta Militar, criar no país as condições que possibilitem uma verdadeira expressão nacional (democratização)*”;
- 2.ª hipótese: “*Legitimação do governo, através de eleições livres, devidamente fiscalizadas pelo Exército, seguindo-se um referendo sobre o problema do Ultramar*”;

- 3.ª hipótese: “*Utilização de reivindicações exclusivamente militares, como forma de alcançar o prestígio das Forças Armadas e de pressão sobre o governo, com vista à obtenção da 2.ª hipótese*”.

É ainda aprovada a necessidade de escolher chefes prestigiados. Feita a contagem dos votos já recolhidos nas unidades do Exército pelos respectivos delegados, verifica-se que o mais votado é o general Costa Gomes, o segundo é o general António de Spínola e o terceiro é o general Kaúlza de Arriaga.

Em Dezembro, o general Kaúlza de Arriaga tenta um golpe de Estado.

A Marinha encara com apreensão a situação. Antes de mais, por se encarar a hipótese de golpe militar sem se formular qualquer ideia de programa ou projecto político. Para além disso, o facto de se falar em eleições livres ou em eleições fiscalizadas pelo Exército não era garantia nenhuma de democratização do regime. O referendo sobre o Ultramar como processo de decisão revelava ainda o conceito de que a solução para o problema dependia apenas de Portugal.

A necessidade de escolher chefes militares prestigiados, e de terem sido votados três generais do regime, um deles da extrema-direita, mais apreensão causa no seio da Marinha.

A Organização Política de oficiais da Armada reconhecia a grande rapidez com que os camaradas do Exército se estavam a organizar – abaixo-assinados, reunião de Óbidos com representantes das unidades e comissão das unidades com maior capacidade militar – mas também receava que se falasse em golpe de Estado sem definir objectivos políticos claros e coerentes.

A Organização Política de oficiais de Marinha vai decidir que, fundamentalmente, o seu papel deverá ser tentar influenciar o Movimento dos Capitães, para que seja adoptado um programa político que conduza a uma viragem para um regime democrático, e que qualquer solução para o Ultramar deve partir do pressuposto da aceitação do princípio do direito dos povos à autodeterminação.

A 5 de Fevereiro de 1974, em casa do coronel Marcelino Marques, é efectuada uma reunião para discussão do primeiro esboço de programa político do Movimento.

Estão presentes, pela primeira vez, Garcia dos Santos, Costa Brás e Melo Antunes. A reunião vai ser muito confusa e o documento apresentado - eventual programa político - é rejeitado. Em consequência, é eleita uma comissão encarregada de nova redacção. Constituem-na Costa Brás, Melo Antunes, José Maria Azevedo e Sousa e Castro.

Melo Antunes sai profundamente desanimado da reunião, com o mesmo tipo de apreensões das sentidas pelos oficiais de Marinha. Um aspirante miliciano, Leal Loureiro, conhecido de Almada Contreiras, vai ter uma conversa com Melo Antunes e refere-lhe que a Marinha partilha das mesmas preocupações e prontifica-se a pô-los em contacto, o que efectivamente vai acontecer.

De imediato, a 7 de Fevereiro, Leal Loureiro apresenta Melo Antunes a Martins Guerreiro e Almada Contreiras em Algés. A partir daí, acordam na necessidade de produzir um programa político, e de tentar que o Movimento se vincule a ele.

Guerreiro e Contreiras, em representação da Organização Política de oficiais da Armada, e Melo Antunes fazem várias reuniões e chegam a uma redacção provisória de um projecto de programa, que deveria ser apresentada ao Exército e, claro, contaria com a aprovação da Marinha.

Neste ambiente de entendimento com Melo Antunes, os elementos de ligação da Marinha participam na redacção do documento “O Movimento as Forças Armadas e a Nação” que vai ser apresentado em reunião preparatória em casa do capitão Seabra, em Algés, vindo a ser aprovado um projecto com alterações, para ser apresentado na reunião seguinte. O documento virá a ser aprovado na reunião de Cascais, a 5 de Março de 1974.

A 9 de Março, dá-se a prisão de vários oficiais do Exército, entre os quais Vasco Lourenço, que viria a ser transferido para os Açores.

A 13 de Março, no Clube Militar Naval, é aprovada com 125 votos uma moção de solidariedade da Marinha para com os oficiais do Exército presos e afastados. É assumida a posição de princípio de garantir que a Marinha nunca tomaria qualquer posição militar contra o Exército.

São efectuadas várias reuniões em casa de Vítor Alves e Almada Contreiras, para discussão do programa. Melo Antunes parte para os Açores a 22 de Março. A comissão de ligação ao Exército é agora constituída por Vítor Crespo, Almada Contreiras e Pedro Lauret. São passadas a Almada Contreiras as ligações de Melo Antunes aos órgãos de comunicação social. Verificam-se grandes dificuldades para se atingir uma versão final do programa.

A desconfiança da Marinha subsiste e reforça-se com o golpe das Caldas. O general Spínola não se queria comprometer com qualquer programa político. A posição de alguns importantes dirigentes do movimento não fica clara em relação ao golpe.

A Organização Política de oficiais da Armada contacta várias forças políticas, nomeadamente: PCP, CDE, PS, católicos progressistas e outras forças de esquerda, dando-lhes a conhecer as linhas gerais do programa do movimento e as suas apreensões relativas à situação política.

A Organização Política de oficiais da Marinha define a sua posição em relação ao Movimento: garantir que nenhuma unidade da Armada saia, em circunstância alguma, contra o Exército. Esta posição ficou conhecida por neutralidade activa.

A Organização Política de oficiais da Marinha consegue atingir, em cooperação com Melo Antunes, o seu objectivo de dotar o MFA de um programa político, que correspondia, em linhas gerais, aos grandes objectivos que há anos as diversas oposições vinham defendendo.

O programa do MFA é factor distintivo da revolução de Abril.

2.2. O dia 25 de Abril

Vítor Crespo representa a Marinha no Posto de Comando do MFA na Pontinha.

Os elementos do MFA na Fragata *Gago Coutinho* controlam a situação, impedindo a ordem de abrir fogo sobre as forças de Salgueiro Maia, estacionadas no Terreiro do Paço, ordem esta transmitida ao navio pelo Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada.

Forças da Marinha, comandadas por Luís da Costa Correia, apoiadas por militares do regimento de Cavalaria 3 de Estremoz, ocupam a sede da PIDE/DGS, na rua António Maria Cardoso, às 9h da manhã de dia 26, após uma noite de cerco.

A Marinha entrega a versão original do programa do MFA ao jornal *República* (que o publica na sua edição de 26 de Abril).

Como se esperava, o general Spínola tenta desarticular o MFA e afirma que não é necessário o programa do MFA. As intervenções de Vítor Crespo e de Franco Charais vão ser determinantes para que o programa não seja rasgado pelo general Spínola na noite de 25 para 26 de Abril.

Verificam-se contudo cortes no programa do MFA na madrugada de 26 de Abril, com manifestas consequências.

Versão do programa do MFA, diferente da anunciada ao país e publicada na generalidade da imprensa –
República, 26/4/1974, p. 11.

A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não Militar;
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;
- c) Claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e larga participação das populações autóctones;
- d) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

Parte II

Militares, Sociedade e Política

Capítulo 6

Caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército): do testemunho ao estudo

Aniceto Afonso*

1. Movimento dos Capitães, MFA e Forças Armadas

Após o 25 de Abril, os participantes no Movimento dos Capitães sabiam bem que o Movimento era obra de uns tantos, e não de todos, nem sequer de muitos. A nossa lógica construiu-se em bases bem determinadas, mas nem sempre coincidentes. É certo que não ignorávamos a oposição ao regime, pois a história nos ensinava que, ao longo da ditadura, muitas vezes de militares se tinham levantado, sempre prontamente dominadas pela acção dos defensores do regime. Mas o que nos uniu, a um certo número de militares do Exército, foi a oposição à guerra, ou à forma de fazer aquela guerra, ou ao desprestígio das Forças Armadas (a que pertencíamos) por causa daquela guerra. Tudo começou com pequenos ou muito pequenos núcleos de oficiais que se atreveram (porque a necessidade era premente) a falar sobre a guerra e sobre o regime a propósito da guerra.

Nesses pequenos núcleos, gerou-se uma dinâmica própria de aproximação e conquista de outros e outros oficiais, sem que a mancha fosse larga de mais. Era necessário ter capacidade para questionar as soluções do regime, se não na sua política interna, ao menos, e no mínimo, na sua política colonial (ou melhor, do Ultramar). Assim progrediram as adesões, em torno da guerra, em torno das Forças Armadas, em torno de algum questionamento do regime. Mas o que fica sempre de pé, é a natureza do Movimento que surge e se amplia. As questões corporativas são, de facto, habilmente aproveitadas, mas elas integram, por inteiro, a panóplia das justificações de base do Movimento. Do que não podem restar dúvidas é do conceito que sustenta a emergência de um Movimento autónomo dentro do Exército. O Movimento dos Capitães nunca

* Coronel de Artilharia (reformado). Antigo director do Arquivo Histórico Militar (1993-2008) e antigo Professor da Academia Militar. Mestre em História Contemporânea Portuguesa (Faculdade de Letras de Lisboa, 1990). Investigador do Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa e membro da Comissão Portuguesa de História Militar. Pesquisas em curso: "Portugal e Colónias"; "Guerra Colonial e Modernização", "Cartas de Guerra" e "Novas perspectivas da Guerra Colonial: alianças secretas e mapas imaginados"; "A Marinha na transição para a Democracia: acção e memória". Publicações mais relevantes: *Diário da Liberdade* (Lisboa, Editorial Notícias e Associação 25 de Abril, 1995); *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio* (Lisboa, Editorial Notícias, 2001); *Grande Guerra, 1914-1918. Angola, Moçambique e Flandres* (Porto, Quidnovi, 2006); *As Transmissões Militares - da Guerra Peninsular ao 25 de Abril* (coordenador, 2008); *O Meu Avô Africano* (Lisboa, Casa das Letras, 2009); *Os Anos da Guerra Colonial* (com Carlos de Matos Gomes) (Porto, Quidnovi, 2010); *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918* (com Carlos de Matos Gomes) (Porto, Quidnovi, 2010).

se confundiu com o Exército, que sabia muito bem não representar. Também o MFA, continuador abrangente do Movimento dos Capitães, se afirmou contra as Forças Armadas, transportador de ideias diferentes, gerador de um programa político de transição para uma sociedade democrática. Estes conceitos geraram-se no interior do Movimento dos Capitães, à parte e mesmo em oposição ao pensamento das Forças Armadas.

As Forças Armadas são uma organização complexa que, nos regimes ditatoriais, se constitui como um dos seus suportes essenciais. Pode acontecer que as Forças Armadas, como instituição, se disponham a derrubar um regime. Mas não foi isso que aconteceu no derrube do Estado Novo. Confundir o Movimento dos Capitães/MFA com as Forças Armadas é um erro evidente.

Contudo, depois do 25 de Abril, conquistado o poder, embora não ocupados, de início, muitos lugares do poder, gerou-se naturalmente uma integração das Forças Armadas (de todos os seus membros e das suas estruturas) na nova realidade, em especial no sentido democrático da mudança, ou seja, no espírito do MFA.

Como seria natural, as resistências a este conceito foram múltiplas e extensas. Podemos dizer que de ambos os lados.

Os militares participantes no Movimento temiam a força de uma organização comprometida e conservadora, julgavam que seriam facilmente absorvidos pela estrutura institucional, e rapidamente o sentido democrático (e até revolucionário) do seu projecto viria a ser inteiramente esquecido e porventura revertido.

Enquanto isso, muitos dos militares não participantes no Movimento viam nos elementos participantes pessoas que dificilmente as Forças Armadas (mesmo as novas Forças Armadas) conseguiriam integrar. Consideravam que estes seriam sempre elementos destabilizadores, sem cultura castrense, sem a noção da disciplina que os militares têm de assumir, sejam quais forem os contornos da instituição militar.

Geraram-se assim uns imensos mal-entendidos. Por um lado, muitos militares que nunca apoiaram o Movimento, que sempre evitaram qualquer compromisso antes do 25 de Abril, procuraram recuperar o estatuto de participantes, de integrados no novo espírito revolucionário, até ultrapassando alguns em muito as directrizes essenciais que deram forma ao projecto do MFA. Estes apostavam na vitória da revolução, que trituraria todos aqueles que não estivessem na frente. Mas, por outro lado, também muitos outros, incluindo alguns dos que eram participantes activos do Movimento, consideraram que se estavam a ultrapassar todos os limites que o projecto comportava e que não fazia sentido acompanhar uma cavalgada que perdesse o sentido do razoável. Apostaram que o processo se encarregaria de estabilizar ou mesmo reverter os excessos iniciais, e que as Forças Armadas regressariam ao que sempre teriam de ser – um corpo estável, ao serviço do novo regime. No meio, ficou um núcleo de militares conscientes das novas realidades e defensor do projecto inicial do MFA e dos seus limites, assim como do cumprimento das promessas incluídas no programa apresentado e aplaudido pela sociedade.

Em face dos conflitos que se geraram, das disputas de facções que se foram ajustando a projectos políticos distintos, da força que as facções foram exibindo, das novas dinâmicas que a sociedade assumiu e expressou, o processo avançou numa bissectriz oscilante, até que as suas ondulações se passaram a guiar por regras maioritariamente aceites pela sociedade.

Quando o período de grande dinâmica se foi findando, emergiu uma sociedade com novos valores, prezando a liberdade e a democracia, e deixando ao povo (ao conjunto de todas as pessoas) a responsabilidade de construir e defender uma sociedade democrática.

Os militares tiveram destinos múltiplos, mas muitos dos participantes no Movimento inicial não regressaram às Forças Armadas. Outros integraram-se sem grande dificuldade e outros ainda nunca deixaram o seu lugar. Houve muitos que foram rejeitados, de uma

maneira ou de outra, pelas Forças Armadas, umas vezes vítimas da sua conduta, outras vezes vítimas de vários ajustes de contas.

2. A intervenção política dos militares

A Sociologia Militar considera que a intervenção pública dos militares profissionais assenta na posse material do monopólio da força legítima, ou seja, na administração única desses meios de violência. Ao interrogar-se sobre as causas que levam os militares a intervir na política, a Sociologia agrupa as respostas em dois extremos relativamente opostos. Uma primeira explicação privilegiaria a causalidade externa, relacionando-a com a sociedade englobante e considerando como razão daquela intromissão a debilidade política e institucional da sociedade ou, em outras versões, o seu baixo nível de cultura política. Uma segunda explicação preferiria a causalidade interna, ou seja, a que deriva das variáveis organizativas específicas da Força Armada. Este posicionamento situaria nas características estruturais da instituição militar as razões da sua propensão para a intervenção política.

Mas sendo os factos sociais realidades complexas é sempre difícil, se não impossível, estabelecer relações monocausais. Portanto, sendo verdade iniludível requererem-se certas condições sociais para se produzir uma intervenção militar, não é menos certo que só os militares têm essa capacidade, visto contarem com um conjunto de recursos materiais - os sistemas de armas e de homens que as manejam - e de dispositivos psicossociais - os valores e atitudes derivados da sua específica socialização interna - que facilitam tal propensão, ou que fomentam, inclusive, essa disposição. De qualquer forma, é sempre necessário ter cuidado quando se analisam as autojustificações dos próprios militares intervencionistas no sentido de "legitimar" ou camuflar uma acção estranha ao seu fim profissional.

Tal como o sociólogo, também o historiador deve tomar precauções quanto a essas "justificações", apesar de as ter em conta.

Para o historiador, os depoimentos, os textos, as memórias, as "justificações" dos intervenientes na acção social, os seus sinais, as suas marcas, os seus objectos, os seus instrumentos, numa palavra, os documentos históricos, são a essência da própria História. Trata-se, bem certo, de proceder à sua procura, à sua recolha, mas também à sua interpretação, à sua confrontação, à sua comparação, numa contínua e interminável investigação, tendo como finalidade estabelecer os factos, reconhecer as tramas, desvendar as relações, compreender as atitudes, procurar as razões, e enfim, contar o "romance verdadeiro", de acordo com uma determinada perspectiva. E com a obra terminada, o historiador reconhecerá, com humildade, ser necessário recomeçar, voltar ao princípio, refazer a obra, descobrir outros caminhos, rescrever o "romance".

Mas refazer o ambiente, compreender inteiramente os condicionalismos, respirar o ar que os personagens foram obrigados a respirar, é tarefa delicada para quem tenta um "regresso", sem poder despir as roupagens deste nosso novo tempo.

Se todos os tempos históricos são complexos, as épocas de ruptura são-no ainda mais. Por isso, se desejamos analisar apenas uma parte de uma dessas épocas, devemos ter a consciência de que as partes, em História, nunca estão isoladas, antes interferem e são interferidas por todas as outras partes. Ou seja, devemos reconhecer inteiramente que a História só se compreende na sua globalidade, pelo que devemos admitir e ter em conta a natureza parcial da nossa tentativa.

Sublinhe-se que estes princípios se aplicam ao 25 de Abril de 1974, incluindo as suas causas e os novos tempos a que deu origem. E não se esqueça que os estudos parciais são a base do estudo da História, sem os quais nunca será possível chegar ao texto síntese, último acto da investigação histórica, em cada patamar.

3. Memória e História

A documentação oficial dos Arquivos tem os silêncios esperados, mas também alguns silêncios surpreendentes. O historiador deve preparar-se para as lacunas. E estabelecer a metodologia adequada para superá-las. Permanecendo convicto dos limites do seu processo (qualquer que ele seja) e da transitoriedade das suas interpretações. A história é um processo contínuo de revisão.

O que temos nos Arquivos são documentos. Mas, por mais detalhados que sejam, estes não são a vida, não completam a História.

Qualquer documento, vestígio da presença humana, coloca-nos irremediavelmente perante várias questões: o que nos conta, quem é o seu autor, qual o contexto em que foi elaborado, que silêncios o acompanham?

Aqui se inserem as intenções (ou aquilo que nós percebemos ou imaginamos das suas intenções), o ambiente, os valores, as relações, a trama da vida.

Mas se tudo é passado, nem tudo é História. Primeiro, só é História, melhor, só pode vir a ser História, a memória recuperada. Essa memória está por todo o lado e é tanto mais consistente quanto mais houve cuidado na sua preservação. Isso vale tanto para a nossa relação com o passado, como para a relação dos nossos vindouros com o tempo de hoje.

Por isso, ao mesmo tempo que se aperfeiçoam os processos de procura do passado, na descoberta dos vestígios e dos testemunhos históricos, também se aperfeiçoam os métodos de preservação dos sinais da presença do homem no mundo, para que no futuro se possa alargar o leque de interpretações sobre a nossa vida actual.

Assim, Memória e História são realidades interligadas numa relação biunívoca, e não existem uma sem a outra. Ambas dão sentido à vida, transportando-nos no Tempo e situando-nos no nosso lugar. Os sinais que nos deixaram e os sinais que deixarmos são uma parte importante do conhecimento histórico, mas será sempre o historiador, cada historiador, a moldar a sua própria perspectiva.

O projecto que aqui nos junta há-de ter o mérito de acrescentar conhecimento ao que já sabemos, e quanto maiores forem as novidades acrescentadas mais podemos sentir satisfação pelo esforço que fazemos. Com uma condição – nem os documentos podem ser exclusivos, nem a interpretação pode julgar-se definitiva.

4. Uma interpretação sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)

Em 1984, Manuel Braz da Costa, militar e sociólogo, e eu publicámos um estudo sobre o Movimento dos Capitães, que em resumo vou aqui retomar¹.

Sabíamos que o Movimento se constituía com base em compromissos escritos, colectiva ou individualmente assinados. Sabíamos que as assinaturas se contariam por algumas centenas. Mas desconhecíamos a exactidão dos números e também a natureza dos comprometidos (ou implicados).

A ideia do trabalho surgiu daí.

Quem eram os “Capitães” do Movimento?

A primeira diligência consistiu em refazermos as suas identidades. Fizemo-lo através das assinaturas apostas nos documentos-base do Movimento dos Capitães: Exposição dos oficiais da Guiné de 28 de Agosto de 1973; Exposição de Évora de 9 de Setembro de 1973; Documentos de apoio à exposição de Évora; Pedidos de demissão de oficial do Exército (documentos colectivos e individuais);

¹ Afonso, Aniceto Henrique & Manuel Braz da Costa - “Subsídios para a Caracterização Sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nºs 15/16/17, Maio de 1985, pp. 97-122.

Exposição contra os acontecimentos da Beira, de Janeiro de 1974, e Documento de Cascais de 5 de Março de 1974. Acrescentámos os nomes daqueles que são referidos em relatórios da operação “Fim-Regime”, ou seja, nos relatórios das movimentações militares da madrugada de 25 de Abril. Não deixámos de fora, ainda, os nomes daqueles que, antes de 25 de Abril, se comprometeram publicamente com o Movimento dos Capitães.

Depois de juntos todos estes nomes, pudemos finalmente contá-los e dar-lhe um nome: eram 703 e chamámo-lhe “universo”.

É este “universo” que vou apresentar. As suas “estrelas” são aquilo a que nós chamámo os “participantes”, coligidos no conjunto das fontes atrás mencionadas.

As características do universo em estudo foram determinadas a partir da *Lista Geral de Antiguidades dos Oficiais do Exército – Quadro Permanente*, referida a 1 de Janeiro de 1974 e dos processos individuais de matrícula dos cadetes na Academia Militar (Escola Militar/Escola do Exército). A consulta da *Lista de Antiguidades* permitiu-nos retirar elementos relativos à distribuição da totalidade dos oficiais por Armas, Serviços e Postos, bem assim os que directamente respeitavam aos participantes e às respectivas datas de nascimento e incorporação. Estas datas foram depois confrontadas com as inscritas nos processos individuais de matrícula, processos que proporcionaram igualmente dados sobre a naturalidade dos oficiais – origens distritais, urbanas e rurais – e sobre a profissão dos ascendentes, na altura do seu ingresso no primeiro patamar da carreira militar profissional.

4.0. Peso dos oficiais do Movimento dos Capitães no Exército

A 1 de Janeiro de 1974, existiam 4.165 oficiais do Exército nos diferentes quadros permanentes. Destes 4.165 oficiais, 703 participaram no 25 de Abril, ou seja, 16,9%.

Quadro 1 - Participação no Movimento dos oficiais do Quadro Permanente

<i>Oficiais do Quadro Permanente</i>	<i>N.º</i>	<i>%</i>
Não participantes no Movimento	3462	83,1
Participantes no Movimento	703	16,9
Total	4165	100,0

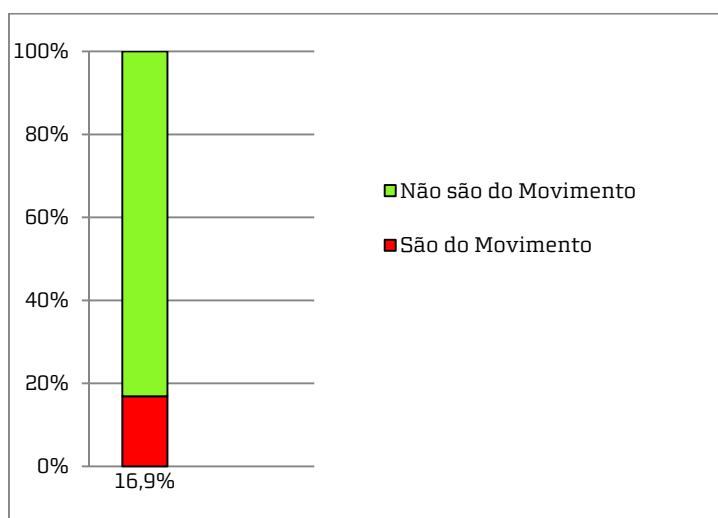


Gráfico 1 - Participação no Movimento dos oficiais do Quadro Permanente

4. 1. Caracterização geral dos oficiais do Movimento dos Capitães (Exército)

Vejam-se algumas características dos oficiais participantes no Movimento dos Capitães.

4.1.1. Armas e Serviços

Quadro 2 - Distribuição por Armas e Serviços dos oficiais participantes no Movimento

Armas / Serviços	N.º	%
Infantaria	375	53,34
Artilharia	144	20,48
Cavalaria	83	11,81
Engenharia	35	4,98
Transmissões	15	2,13
Serviço de Administração Militar	39	5,55
Serviço de Saúde	0	0,00
Serviço de Material de Engenharia	7	1,00
Serviço de Material de Transmissões	0	0,00
Chefe de Banda	0	0,00
Serviço Geral do Exército	1	0,14
Quadro Especial de Oficiais	4	0,57
Total	703	100,00

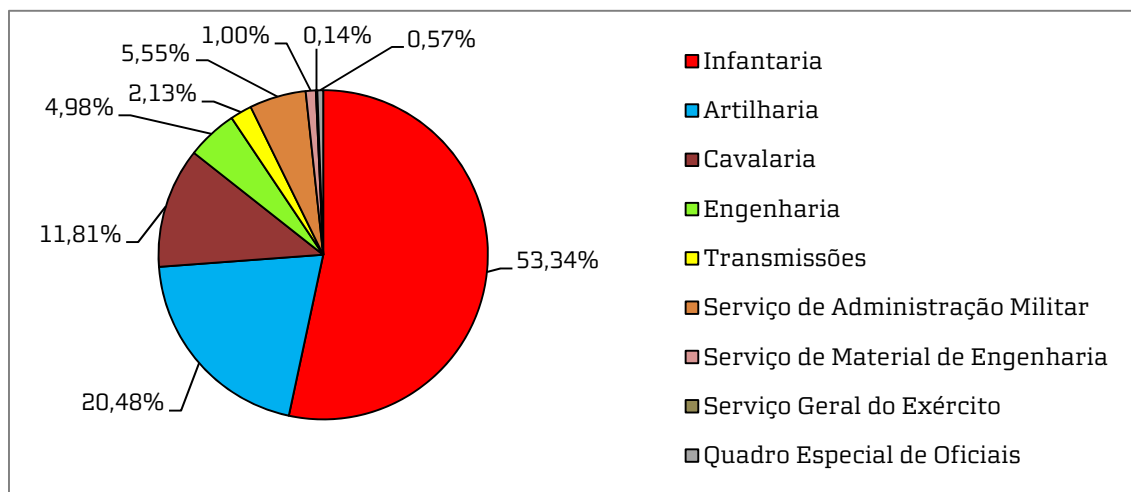


Gráfico 2 - Distribuição por Armas e serviços dos oficiais participantes no Movimento

Relativamente às Armas e Serviços, os 703 participantes distribuíram-se então da seguinte forma: Infantaria 375 (53,34%), Artilharia 144 (20,48%), Cavalaria 83 (11,80%), Engenharia 35 (4,98%), Transmissões 15 (2,13%), Serviço de Administração Militar 39 (5,55%), Serviço de Material de Engenharia 7 (1,0%), Serviço Geral do Exército 1 (0,14%), Quadro Especial de Oficiais 4 (0,57%).

Verifica-se que às Armas (Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia e Transmissões) pertence grande representação, com 652 oficiais (92,7%). Neste conjunto de 652, devem destacar-se os quantitativos pertencentes à Infantaria, Artilharia e Cavalaria, as Armas combatentes, salientando-se a Infantaria. Os oficiais das Armas combatentes, por si só, representam 92,3% das Armas e 85,6% do total dos participantes: 602 em 703.

Em contrapartida, os Serviços denotam uma muito reduzida participação no 25 de Abril, principalmente se atendermos ao total dos seus efectivos, como no caso, por exemplo, do Serviço Geral do Exército e do Serviço de Saúde. De facto, e excluindo o Serviço de Administração Militar, apenas 8 oficiais se ligam a o Movimento (7 do Serviço de Material de Engenharia e 1 do Serviço Geral do Exército). Já o Serviço de Administração Militar, tem um comportamento que o sobrepõe quer à Engenharia quer às Transmissões, participando com 39 oficiais.

4.1.2. Postos

Quadro 3 - Distribuição por Postos dos oficiais participantes no Movimento

Postos	N.º	%
General	2	0,3
Coronel	6	0,9
Tenente-Coronel	20	2,8
Major	201	28,6
Capitão	367	52,2
Tenente	89	12,7
Alferes	18	2,6
Total	703	100,0

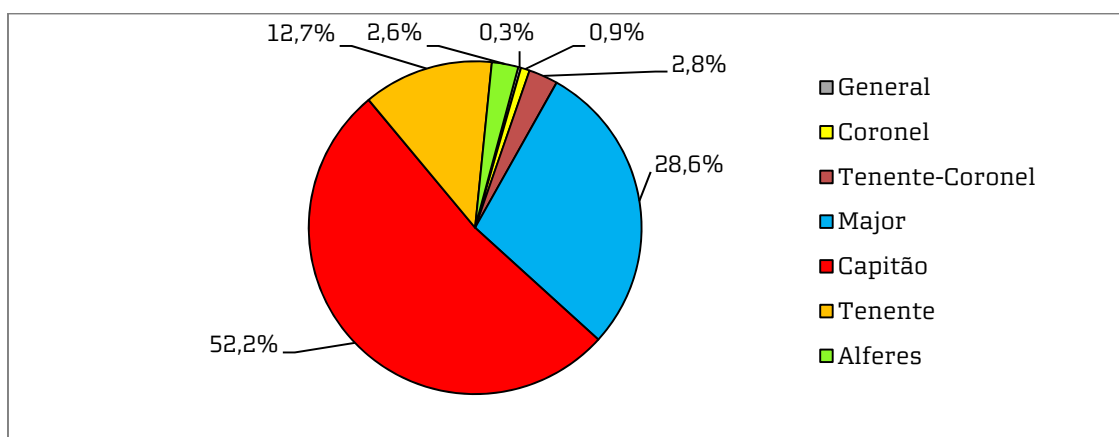


Gráfico 3 - Distribuição por Postos dos oficiais participantes no Movimento

Quanto à distribuição dos participantes pelos diferentes Postos, saliente-se o facto de os capitães e os maiores, com 367 e 201 elementos, respectivamente, representarem 80,8% do universo em estudo, apesar de todas as patentes da hierarquia figurarem nesse mesmo universo, incluindo elementos do que Yanowitz chamou "*o núcleo da elite*"².

A representação dos diferentes Postos da hierarquia dos oficiais do Exército no universo em estudo determina, naturalmente, uma diversificação etária. Esta variação, que faz oscilar os respectivos nascimentos entre a década de 1910-20 e os princípios da década de 1950, engloba praticamente três gerações de oficiais, unindo-se os mais velhos e os mais novos dos participantes num mesmo sentimento de antagonismo, em primeiro lugar, contra uma interferência governativa desajustada na instituição militar e, depois, contra o próprio regime, claramente não avalizado pela legitimidade democrática.

Mas outras constatações ressaltam da análise das datas.

A grande maioria dos participantes (667, representando 94,8% do universo) nasceu nas décadas de trinta e quarenta, sendo que esta última tem uma representação maioritária e o ano de 1942 é aquele em que se verifica maior número de nascimentos dos futuros participantes no 25 de Abril. A incorporação na Academia Militar (Escola Militar/Escola do Exército) é, por outro lado, um reflexo natural da diversificação etária atrás referida, na medida em que a entrada no ensino militar superior se observa entre os 17 e os 21 anos de idade, com excepção dos candidatos que procedem do quadro de milicianos.

Mantém-se pois para data de incorporação a diferença de três gerações, compreendendo o período entre finais da década de vinte e princípios da década de setenta. E, naturalmente, aparecem as décadas de cinquenta e sessenta como as mais representativas, principalmente esta última, com 55,61% dos incorporados.

² Yanowitz, Morris – *O Soldado Profissional*, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1967, p. 152.

4.1.3. Origem geográfica

Quadro 4 - Distribuição por origem geográfica dos oficiais participantes no Movimento

<i>Distritos</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Urbana</i>	<i>%</i>	<i>Rural</i>	<i>%</i>
Aveiro	24	3,4	9	1,3	15	2,1
Angra do Heroísmo	5	0,7	4	0,6	1	0,1
Beja	12	1,7	5	0,7	7	1,0
Braga	21	3,0	5	0,7	16	2,3
Bragança	32	4,6	12	1,7	20	2,9
Castelo Branco	42	6,0	22	3,1	20	2,9
Coimbra	33	4,7	16	2,3	17	2,4
Évora	23	3,3	7	1,0	16	2,3
Faro	27	3,8	8	1,1	19	2,7
Funchal	9	1,3	6	0,9	3	0,4
Guarda	34	4,8	4	0,6	30	4,2
Horta	3	0,4	2	0,3	1	0,1
Leiria	20	2,8	2	0,3	18	2,5
Lisboa	141	20,1	112	15,9	29	4,1
Ponta Delgada	7	1,0	5	0,7	2	0,3
Portalegre	21	3,0	4	0,6	17	2,4
Porto	47	6,7	26	3,7	21	3,0
Santarém	38	5,4	10	1,4	28	4,0
Setúbal	12	1,7	3	0,4	9	1,3
Viana do Castelo	11	1,6	4	0,6	7	1,0
Vila Real	34	4,8	11	1,6	23	3,2
Viseu	54	7,7	14	2,0	40	5,7
Total	650	92,5	291	41,4	359	51,1
<i>Colónias</i>						
Cabo Verde	6	0,9				
Guiné	2	0,3				
Angola	12	1,7				
Moçambique	12	1,7				
Índia	3	0,4				
Macau	1	0,1				
Total	686	97,6				
<i>Leopoldville</i>	1	0,1				
<i>Não determinados</i>	16	2,3				
Total	703	100,0				

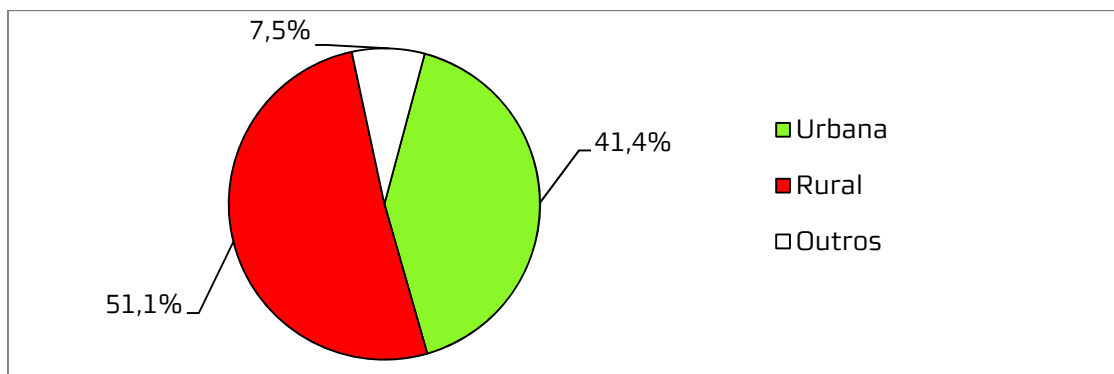


Gráfico 4 - Distribuição por origem geográfica (rural ou urbana) dos oficiais participantes no Movimento

Como zonas urbanas considerámos apenas as cidades capitais de distrito.

Considerando apenas os distritos do Continente, dos Açores e da Madeira, a distribuição dos participantes, quanto à sua origem geográfica, mostra uma maior representatividade da componente rural (51,1%) em relação à componente urbana (41,4%).

Assinale-se que a origem rural dos participantes se apresenta mais homogénea na sua representação do que a urbana, apesar dos distritos da Guarda, Viseu e Santarém (30, 40 e 28 oficiais), no primeiro caso, e o distrito de Lisboa (112 oficiais) no segundo, sobressaírem dos restantes. Contudo, o distrito de Lisboa aparece destacado dos restantes, com 141 participantes, seguindo-se o distrito de Viseu (54), Porto (47) e Castelo Branco (42). Na globalidade, apenas nos distritos insulares e nos de Castelo Branco, Lisboa e Porto se verifica uma sobre-representação da componente urbana, enquanto nos restantes se sobrepõe a componente rural. As maiores diferenças verificadas foram, para o caso de mais representação urbana, o distrito de Lisboa, e, para o rural, os distritos de Viseu e da Guarda.

4.1.4. Origem sociofamiliar

A metodologia seguida para a determinação das categorias profissionais e ocupacionais dos progenitores teve como referência a utilizada por Maria Carrilho em *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século Vinte*³. Pretendeu-se, deste modo, adoptar um padrão que possibilitasse a comparação do universo em estudo com a globalidade dos oficiais do Exército.

Tendo por base as diferentes profissões determinadas, foram as mesmas reunidas em nove grupos:

- 1) Forças Armadas (agregando os oficiais, sargentos e praças da Marinha, Exército e Força Aérea);
- 2) Funcionários Públicos (englobando, para além dos funcionários públicos das diferentes categorias, também a Guarda Nacional Republicana, a Guarda Fiscal, a Polícia de Segurança Pública e os professores do ensino primários e secundário);
- 3) Profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, oficiais da Marinha Mercante e Aviação Comercial, etc.);
- 4) Proprietários (incluindo industriais);
- 5) Comerciantes;
- 6) Empregados;
- 7) Empregados qualificados;
- 8) Agricultores;
- 9) Operários/Artesãos (incluindo trabalhadores rurais e marítimos e também operários qualificados);

Quadro 5 - Distribuição por origem socio-familiar dos oficiais participantes no Movimento

<i>Profissões dos ascendentes</i>	<i>N.º</i>	<i>%</i>
Forças Armadas	123	17,5
Função pública	155	22,0
Profissionais liberais	38	5,4
Proprietários	85	12,1
Comerciantes	55	7,8
Empregados	41	5,8
Empregados qualificados	59	8,4
Agricultores não proprietários	32	4,6
Operários/Artesãos	71	10,1
Não referido	44	6,3
Total	703	100,0

³ Carrilho, Maria - *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século Vinte*, Dissertação de Doutoramento apresentada ao ISCTE, Lisboa, 1984.

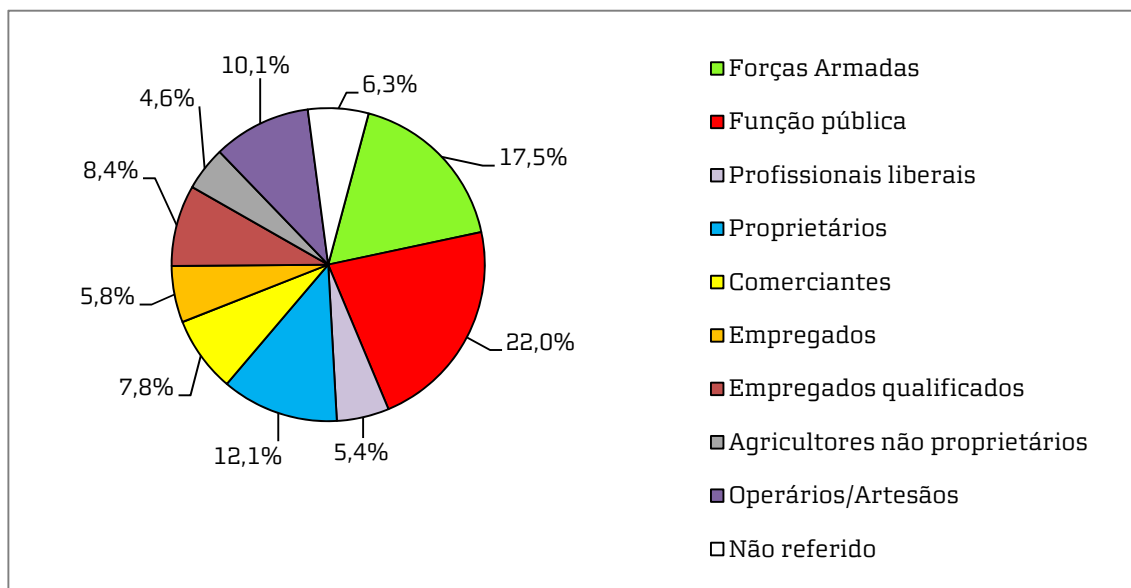


Gráfico 5 - Distribuição por origem socio-familiar dos oficiais participantes no Movimento

Se algumas das profissões agrupadas não necessitam de qualquer explicitação quanto à sua similitude funcional, outras há, no entanto, em que essa explicitação se torna necessária. Por exemplo, o grupo “Empregados” foi constituído tanto por casos que indicavam apenas “empregado”, como por outros que referiam “contínuo”, “fiel de armazém”, “funcionário da CP ou CTT”, “carteiro”, etc.. Quanto ao grupo “Empregados qualificados” nele foram incluídos o “empregado de escritório”, o “empregado bancário”, o “guarda-livros”, o “ajudante de farmácia”, etc.. No conjunto “Agricultores não proprietários” incluímos os casos designados por “agricultor”, “lavrador”, “feitor agrícola” e “seareiro”. Por fim e no grupo “Operários/Artesãos” entendemos como “Operários” aqueles que não apresentam qualquer qualificação especial (normalmente designados nos documentos por “empregados industriais”); entendemos como “operários qualificados” todos aqueles que mencionam uma determinada e significativa qualificação, tais como “carpinteiro”, “electricista”, “serralheiro”, “mecânico”, etc.; e entendemos finalmente por “Artesão” os raros casos de “funileiro”, “sapateiro”, “alfaiate”, etc..

Da compilação destes dados, ressaltam desde logo os totais e as respectivas percentagens dos grupos “Função pública” (155 - 22%) e “Forças Armadas” (123 - 17,5%). Refira-se, no entanto, que o posicionamento dos elementos constitutivos destes grupos se apresenta, sob o ponto de vista da teoria das classes ou mesmo da estratificação social, como a mais diversificada. De facto, enquanto noutros grupos considerados se podem equivaler os estatutos sociais dos seus membros, já o mesmo se não verifica no conjunto “Forças Armadas”, que contém, como vimos, oficiais, sargentos e praças, ou no grupo “Função pública”, entre o funcionário público superior, o professor do ensino primário e o ajudante de escrivão.

Contudo, independentemente dessa maior diversificação nos grupos “Forças Armadas” e “Função pública”, permanece o facto de 278 participantes (39,5% do universo), provirem de famílias de servidores do Estado, civis ou militares, com predomínio dos primeiros.

Quanto às restantes profissões, para além do total de 85 ascendentes (12,1%) do conjunto de ocupações reunidas sob a designação “Proprietários” ser superior ao de qualquer outro, com excepção dos dois primeiros atrás referidos, registem-se os resultados obtidos para as “Profissionais liberais” (38 - 5,4%), “Comerciantes” (55 - 7,8%),

“Empregados” (41 – 5,8%), “Empregados qualificados” (59 – 8,4%), “Agricultores não proprietários” (32 – 4,6%) e “Operários/Artesãos” (71 – 10,1%).

De notar a existência de significativo número de participantes provenientes de camadas sociais economicamente menos favorecidas, através de 144 elementos (20,5% do universo) abrangendo o conjunto dos grupos “Empregados”, “Agricultores não proprietários” e “Operários/Artesãos”, isto sem considerar aqueles que lhes podem ser socialmente comparáveis pertencentes aos grupos “Forças Armadas” e “Função pública”.

Para além da imagem social que, do universo em estudo, nos pode ser dada pela profissão ou ocupação do “chefe de família”, refira-se o caso das mães de participantes que exercem trabalho remunerado: neste aspecto aparece bem nítido o padrão tradicional, em que o pai, “chefe de família”, exerce a ocupação ou profissão remunerada, enquanto a mãe se ocupa dos trabalhos domésticos. De facto, 598 (85,1%) das mães dos participantes são “domésticas” e, das restantes que puderam ser determinadas (72 – 10,2%), 30 são professoras do ensino primário e 3 do ensino secundário.

Procurando discernir um pouco mais para além da globalidade veiculada pelo agrupamento adoptado das profissões e ocupações, constatamos a importância do número de filhos de oficiais, integrados na totalidade do grupo “Forças Armadas”. De facto, neste caso, o autorecrutamento atinge os 66%, sendo mínima a componente dos ascendentes com os Postos de cabos e soldados – apenas 4,1%.

Relativamente ao conjunto “Função pública”, e no que respeita às Forças de Segurança, constata-se que as “praças” se apresentam como o sub-grupo mais significativo, com 34 casos, 21,9% do conjunto.

Existe, pois, uma apreciável representação do conjunto Forças Armadas/Forças de Segurança, sendo que nessa representação se deve considerar a existência de três componentes: a dos filhos de oficiais (marcadamente oriundos da região de Lisboa – 38,8%); a dos filhos de sargentos que, além de Lisboa, incluem como principais distritos de origem, Santarém e Évora; e os filhos de praças das Forças de Segurança, em que os distritos interiores da Guarda, Viseu e Vila Real e Bragança, com destaque para este último, aparecem como os mais representativos.

Paralelamente, enquanto o distrito de Lisboa volta a sobressair quanto aos ascendentes com profissões liberais (17,2% do total), os filhos de proprietários e de agricultores não proprietários provêm dos distritos da Guarda, Viseu, Bragança e Vila Real (53% e 45%, respectivamente para cada uma das profissões).

Quanto aos oficiais participantes cujos pais eram empregados (qualificados ou não) e operários ou artesãos, nota-se o predomínio dos distritos litorais, com 63% e 46% respectivamente, continuando a região de Lisboa a apresentar números mais significativos do que as restantes regiões litorais.

4.2. Significado do Movimento dos Capitães no Exército

A fim de perceber o significado dos valores da distribuição por Armas e Serviços, por Postos e por origem sociofamiliar dos oficiais participantes no Movimento dos Capitães (Exército), e sabendo que no Movimento dos Capitães participaram 703 dos 4.165 oficiais do Exército (16,9%), vejam-se as características dos oficiais em termos relativos.

Tendo por base os dados específicos do universo e os dados do estudo referido de Maria Carrilho, atenda-se à taxa de participação no Movimento dos Capitães dos oficiais dos diversos sub-grupos considerados (Armas e Serviços, Postos, profissões dos pais) face ao total de oficiais do Exército.

4.2.1. Participação por Armas e Serviços

Quadro 6 - Taxa de participação no Movimento por Armas e Serviços

<i>Armas / Serviços</i>	<i>Oficiais participantes no Movimento</i>	<i>Oficiais do Quadro Permanente</i>	<i>% de oficiais participantes no Movimento</i>
Infantaria	375	1290	29,1
Artilharia	144	477	30,2
Cavalaria	83	312	26,6
Engenharia	35	146	24,0
Transmissões	15	72	20,8
Serviço de Administração Militar	39	287	13,6
Serviço de Saúde	0	137	0,0
Serviço de Material de Engenharia	7	340	2,1
Serviço de Material de Transmissões	0	55	0,0
Chefe de Banda	0	10	0,0
Serviço Geral do Exército	1	935	0,1
Quadro Especial de Oficiais	4	104	4,0
Total	703	4165	16,9

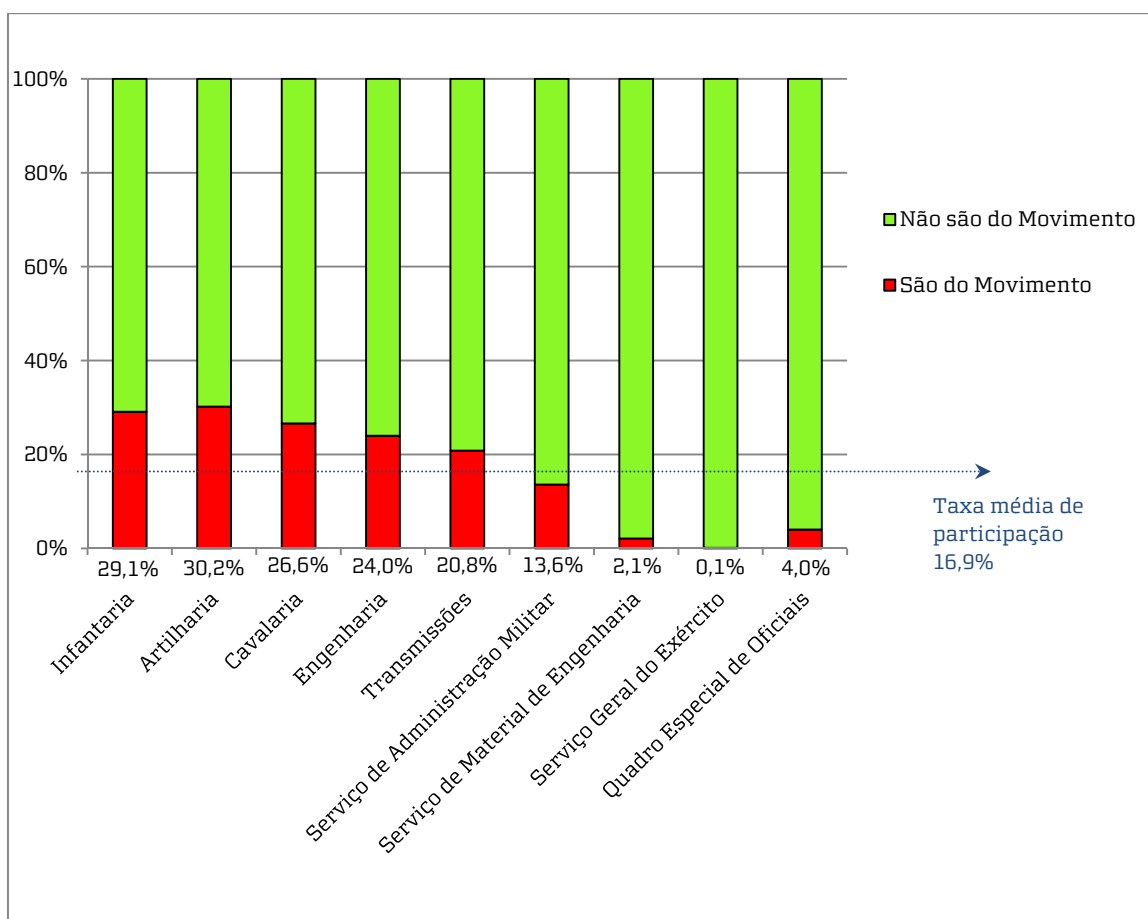


Gráfico 6 - Taxa de participação no Movimento por Armas e Serviços

Analisando os dados recolhidos referentes às Armas e Serviços, confirma-se a inferior participação dos oficiais dos Serviços em contraste com a dos oficiais das Armas. A Artilharia, Infantaria e Cavalaria são as Armas que, por esta ordem, maior taxa de participação apresentam.

4.2.2. Participação por Postos

Quadro 7 - Taxa de participação no Movimento por Postos

<i>Postos</i>	<i>Oficiais participantes no Movimento</i>	<i>Oficiais do Quadro Permanente</i>	<i>% de oficiais participantes no Movimento</i>
General	2	90	2,2
Coronel	6	297	2,0
Tenente-Coronel	20	504	4,0
Major	201	820	24,5
Capitão	367	1566	23,4
Tenente	89	707	12,6
Alferes	18	181	9,9
Total	703	4165	16,9

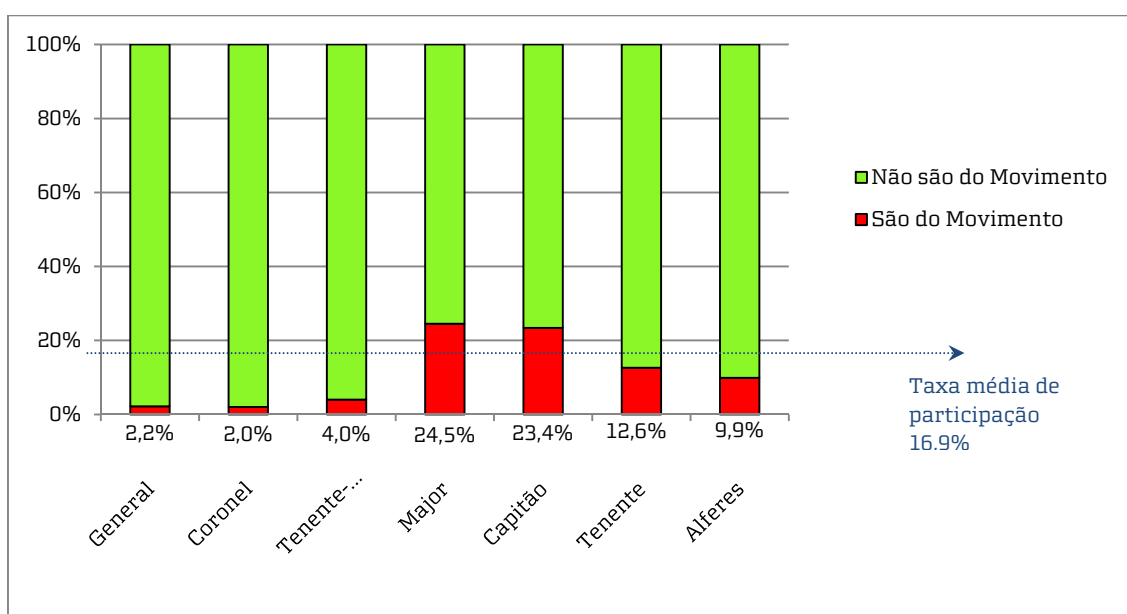


Gráfico 7 - Taxa de participação no Movimento por Postos

A determinação da taxa de participação aplicada aos Postos demonstra de forma inequívoca a sua utilidade. Quando analisámos a participação dos oficiais no 25 de Abril, segundo os Postos que tinham na altura, concluímos terem sido os capitães os que mais aderiram ao Movimento (52,2% do universo). Mas quando se procura a taxa de participação nestes conjuntos de oficiais, verifica-se que, enquanto os maiores apresentam 24,5% de participação, os capitães aparecem em segundo lugar, com 23,4%, tendo as restantes patentes valores inferiores.

Contudo, note-se que o Movimento de oficiais que viria a derrubar a ditadura era essencialmente formado por oficiais oriundos da Academia Militar (Escola Militar/Escola do Exército). Este facto permanece bem visível quando comparamos o universo com o número dos oficiais participantes que frequentaram aquele estabelecimento de ensino militar. Assim, dos 703 elementos que constituem o universo, 691 saíram da Academia Militar (Escola Militar/Escola do Exército), ou seja, 98,3% dos participantes. Com a aplicação da taxa de participação a este último conjunto de oficiais (oriundos da Academia Militar), as conclusões anteriormente retiradas são agora ampliadas e corrigidas, na medida em que se conclui pela maior participação dos oficiais subalternos (tenentes e alferes). Na realidade, a totalidade destes oficiais e a consequente percentagem de participantes apresenta uma grande oscilação, se tivermos em conta o vínculo à Academia Militar. Assim, para um global de 888 oficiais subalternos (707 tenentes e 181 alferes), a percentagem dos comprometidos com o Movimento é de 12,04%; mas se considerarmos apenas os oriundos da

Academia Militar (122 tenentes e 31 alferes), verifica-se que 71,3% de tenentes e 58,1% de alferes participaram no 25 de Abril. Esta diferença é tanto mais assinalável quanto se observa, ao efectuarem-se as mesmas operações nos postos de major e capitão, uma oscilação entre 24% e 28% para os primeiros e 23,4% e 38,1% para os segundos. Refira-se ainda a propósito que os alferes e tenentes se encontravam, na sua grande maioria, colocados nas Escolas Práticas ou Centros de Instrução; que os primeiros haviam terminado há pouco tempo o respectivo tirocínio; e que, dos segundos, alguns havia com uma comissão militar na guerra colonial.

4.2.3. Participação por origem sociofamiliar

Uma das características do universo é a sua diversidade etária, que compreende oficiais nascidos entre as décadas de 1910 e 1950; contudo verifica-se uma maior concentração destes nascimentos nas décadas de 30 e 40 (94%). Atente-se então nestes oficiais nascidos nestas décadas em local conhecido, relativamente à profissão dos respectivos ascendentes (659 oficiais).

Quadro 8 - Taxa de participação no Movimento dos oficiais nascidos nos anos 30/40, em local conhecido, por origem socio-familiar

<i>Profissões dos ascendentes</i>	<i>Oficiais participantes no Movimento</i>
Forças Armadas	113
Função pública	147
Profissionais liberais	38
Proprietários	82
Comerciantes	50
Empregados	40
Empregados qualificados	56
Agricultores não proprietários	31
Operários/Artesãos	67
Não referido	35
Total	659

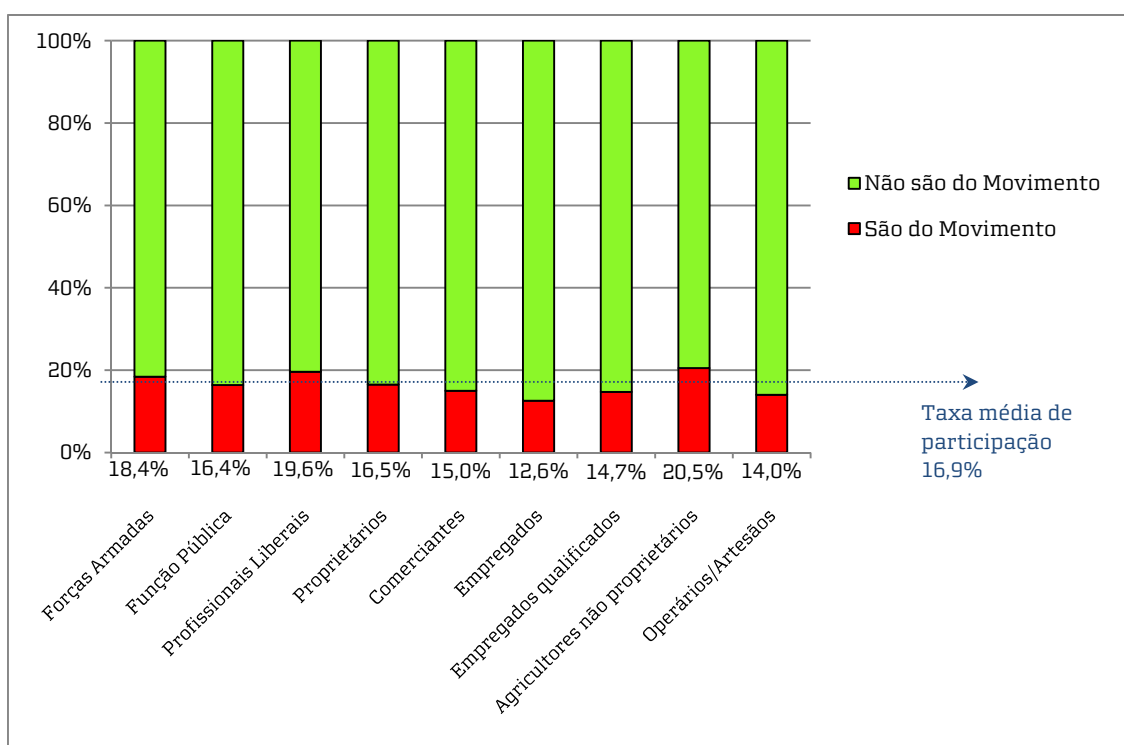


Gráfico 8 - Taxa de participação no Movimento dos oficiais nascidos nos anos 30/40, em local conhecido, por origem socio-familiar

O facto mais saliente, a uma primeira leitura dos dados, é o valor encontrado para o grupo “Agricultor não proprietário”. Efectivamente, esta ocupação destaca-se por ter uma taxa de participação superior aos demais grupos de profissões. Em contrapartida, o grupo de profissões “Empregados” salienta-se ao apresentar o índice mais baixo, pertencendo, juntamente com os grupos “Operários/Artesãos”, “Empregados qualificados”, “Comerciantes”, “Função pública” e “Proprietários”, ao conjunto de profissões/ocupações com taxas de participação inferiores ao valor de referência, 16,9%. Entre estas duas situações, encontra-se um conjunto de profissões/ocupações com uma taxa de participação superior ao valor de referência, “Forças Armadas” e “Profissionais liberais”. Assinalem-se finalmente, as elevadas taxas dos “Profissionais liberais” e, apesar da sua composição social diversificada, das “Forças Armadas”; e, por outro lado, a taxa notavelmente baixa do grupo “Operários/Artesãos”.

4.3. Conclusões

O estudo efectuado sobre os participantes do Exército no 25 de Abril de 1974 permite-nos apontar algumas pistas para possíveis interpretações explicativas do envolvimento destes militares num acto que viria a derrubar o regime de ditadura do Estado Novo.

Estudiosos, como R. Little e C. Moskos por exemplo, têm salientado a importância da liderança no terreno de combate, a valorização da componente histórica em detrimento das carreiras de tipo rotineiro e a diluição das normas e valores provocada pelas situações de combate, como aspectos importantes a considerar para a explicação de actuações políticas de militares⁴.

Com efeito, os oficiais do universo em estudo, sendo apenas 16,9% da totalidade dos oficiais dos quadros permanentes, mas representando cerca de 27% dos oficiais da Academia Militar (Escola Militar/Escola do Exército), pertencem na sua grande maioria (85,6%) às chamadas Armas combatentes – Infantaria, Artilharia e Cavalaria.

Paralelamente são os Postos de major e capitão os que maioritariamente se encontram representados (80,8%), o que significa terem desempenhado funções de comando ou chefia em Portugal ou nas ex-colónias. E embora a variável “comissões militares” (nomeações para a guerra colonial) não se encontre estudada, os dados em nosso poder apontam para o facto de a maioria dos maiores terem, no mínimo, três comissões (havendo oficiais com quatro e mesmo cinco) e os capitães terem geralmente duas comissões, com excepção do curso de 1966, em que uma grande parte estava na terceira comissão. Estes oficiais tinham efectivamente prática de comando em combate.

Mas um outro aspecto interessa focar.

Do cruzamento dos resultados obtidos para as Armas e Postos, mas considerando apenas as referidas três Armas combatentes e os Postos de major, capitão e oficial subalterno (tenente e alferes), conclui-se que, entre 1.432 oficiais existentes, 578 participaram no 25 de Abril, ou seja, 40%. Sem dúvida que se compromete no 25 de Abril uma importante percentagem dos oficiais profissionais que exercem funções de comando e chefia directamente ligadas à utilização da força das armas.

Outro factor estudado, a origem social dos oficiais participantes no 25 de Abril, cuja análise na instituição militar é, para Yanowitz, “*uma poderosa chave para a compreensão da lógica política dos militares*”, aponta para uma maior representatividade da componente rural do interior centro e norte. Associando este facto ao processo de industrialização que se intensificou no país, parece provável que a atracção da carreira militar se tenha transferido para zonas onde a possibilidade de alargamento das perspectivas ocupacionais fosse mais diminuta e que as próprias dificuldades do interior motivassem, de algum modo, os oriundos

⁴ Citados por Carrilho, Maria – *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século Vinte*, Dissertação de Doutoramento apresentada ao ISCTE, Lisboa, 1984, p. 800.

dessas regiões desfavorecidas. Na verdade, a consideração da origem social indicia um maior envolvimento no 25 de Abril dos filhos dos “Agricultores não proprietários”, oriundos principalmente dos distritos interiores da Guarda, Viseu, Bragança e Vila Real, bem assim a relativamente fraca participação dos filhos dos “Operários/Artesãos”, “Empregados qualificados” e “Comerciantes”, maioritariamente oriundos dos distritos mais desenvolvidos do litoral, em especial do distrito de Lisboa. A autoreprodução institucional (filhos de elementos das Forças Armadas), por outro lado, se mantém o seu peso significativo no conjunto dos oficiais participantes, mostra contudo uma taxa de participação inferior à dos “Agricultores não proprietários” e “Profissionais liberais”. O comportamento daquele grupo poderá reflectir duas influências contraditórias: um conhecimento mais profundo da condição militar e da guerra colonial, por um lado, mas, por outro, a prevalência de certas solidariedades familiares no sentido de acatar a opção familiar pela defesa das colónias.

Além disso, e apesar da importância da origem social do Movimento do 25 de Abril, não devem ser descurados ainda os outros factores caracterizadores da inserção das Forças Armadas na sociedade global e, conseqüentemente, os reflexos que a instituição militar, a todos os níveis, recebe da realidade social concreta que a envolve.

Capítulo 7

A Força Aérea Portuguesa: uma realidade militar e sociológica (1952-1974) - reflexões

Luís Alves de Fraga*

1. Introdução

Há várias formas de dar testemunho das realidades sociais, mas duas são clássicas: o *testemunho científico*, baseado na análise cautelosa, ponderada, fundamentada do meio que se pretende descrever, partindo de teorias e hipóteses, de preferência, reduzindo-a a conjuntos numéricos que se interliguem e permitam interpretações diversas sempre comprováveis e o *testemunho empírico* que se apoia no *saber olhar*, no *saber ler* os indícios que brotam das interações dos agentes sociais e na enumeração de fenómenos mais ou menos soltos dessa realidade social em observação.

A realidade militar e sociológica designada Força Aérea Portuguesa não foi alvo de nenhum estudo nosso para nos habilitar a tecer considerações científicas sobre ela; todavia, porque sempre fomos observadores críticos da envolvente social onde operámos durante mais de trinta anos, temos, julgamos, uma opinião empírica sobre esse ramo das Forças Armadas. Optámos por lhe chamar reflexões. Delas vamos dar testemunho com a isenção e o distanciamento que nos forem possíveis.

Para nos auxiliar na análise e compreensão do ramo das Forças Armadas onde servimos como oficial, não existe uma verdadeira História da Força Aérea, pois os volumes publicados são os da autoria do coronel Edgar Cardoso, os quais não passam de compilações de recordações dispersas do tempo da Aviação Militar, quando esta fazia parte integrante do Exército, e quase-reportagens da Força Aérea da época imediatamente subsequente à sua formação, em 1952. Recentemente, foi publicado o primeiro volume da *História da Força Aérea*, devido a uma comissão à qual estivemos ligados e da qual nos afastámos há anos. Trata-se de um volume fora dos circuitos do mercado e com pouca ou nenhuma divulgação, no qual se intentou fazer o relato

* Coronel da Força Aérea (reformado). Doutorado em História, mestre em Estratégia, licenciado em Ciências Político-Sociais, diplomado pela Academia Militar de Portugal. Professor da Universidade Autónoma de Lisboa. Pesquisa em curso: "Biografia do general João Pereira Bastos". Publicações mais relevantes: *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-16* (Lisboa, Universitária, 2001); *Reflexões Sobre o Mundo Actual: Problemas Sociais Contemporâneos* (Porto, Campo das Letras, 2001); *Guerra & Marginalidade: O Comportamento das Tropas Portuguesas em França (1917-1918)* (Lisboa, Prefácio, 2003); *A Força Aérea na Guerra em África: Angola, Guiné e Moçambique (1961-1974)* (Lisboa, Prefácio, 2004); *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra na 1.ª República (1916-1918)* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010).

da criação da Força Aérea como ramo independente das Forças Armadas, que ficou preso à legislação promulgada e à documentação não catalogada do Arquivo Histórico. Representa um esforço, mas fica aquém do necessário para se perceber toda a teia determinante da criação deste novo ramo e o seu funcionamento nos anos de 1952 a 1960.

No Arquivo Histórico, a documentação existente não se encontra ainda devidamente classificada de modo a garantir a sua identificação permanente ao longo dos tempos, facto que dificulta a execução de uma História comprovável. Tem imperado uma grande vontade de preservar o passado, servida essencialmente por uma elevada dose de amorismo, já que, na Força Aérea, ainda se não investiu profissionalmente na área do tratamento documental histórico. Um facto que inibe a acção dos historiadores profissionais, pelo risco de verem as suas afirmações e conclusões perdidas na mera retórica dos seus próprios escritos.

Na ausência, por conseguinte, de uma abordagem histórica rigorosamente científica e de um estudo conduzido por nós com as cautelas que a Ciência impõe, resta-nos falar de experiências vividas e de interpretações gizadas pela crítica de quotidianos. Será, necessariamente, um trabalho subjectivo embora, tanto quanto possível, objectivável através de referências comprováveis. Procurámos ter uma postura distanciada dos acontecimentos, para nos tornarmos num agente de observação não comprometido ou o menos comprometido que será possível a quem pertence à corporação que analisa. Se se quiser, poder-se-á comparar o nosso trabalho ao esforço do auto-analisado em psicanálise, na ânsia de perceber as envolventes dos comportamentos próprios e alheios, para os explicar a níveis mais profundos do que a simples constatação dos mesmos.

2. A reflexão interna possível ou o fim de um caminho

Na sequência do rescaldo do historicamente designado *25 de Novembro* (de 1975), lá pelos anos de 1978 ou 1979, foi lançado, na Força Aérea, um estudo pretensamente científico que visava chegar à identificação e tipificação das funções desempenhadas pelos oficiais e, se a memória não nos atraiça, também pelos sargentos. Tal trabalho foi levado a efeito pela Inspecção-Geral da Força Aérea, então superiormente dirigida pelo tenente-general Castelo Branco. Designou-se por Estudo da Análise de Funções na Força Aérea. Foi efectuado por um equipa de oficiais supostamente preparados para fazer o levantamento das actividades e extrair conclusões que possibilitassem tomadas de decisão quanto a efectivos e estruturas orgânicas. Desse trabalho terá nascido – repare-se que colocamos a nossa afirmação sob a forma condicional – o fundamento para a reorganização das bases aéreas em Grupos e a reestruturação do Estado-Maior em áreas funcionais. Foi a reforma determinada pelo general Lemos Ferreira que, ao mais alto nível, deu origem aos Comandos: Operacional (COFA), Logístico e Administrativo (CLAFa) e de Pessoal (CPESFA) e, nas bases aéreas (RFA 305-1), articulou o pessoal e os meios em três Grupos: Operacional, de Material e de Apoio¹.

Não temos memória de mais nenhum estudo abrangente que visasse um qualquer conhecimento da Força Aérea na sua actividade recente ou passada. A estrutura orgânica fundamental da Força Aérea na actualidade ainda se estriba na reforma pensada e implementada no começo da década de 80 do século passado. Acontece que, desse estudo de análise de funções, desconhecemos se existem no Arquivo Histórico da Força Aérea alguns rastros documentais.

A reorganização, que muito sinteticamente referimos e que consideramos estruturante da Força Aérea actual, só foi possível depois deste ramo das Forças Armadas ter ganho uma idiossincrasia própria e, conseqüentemente, ter adquirido uma personalidade sociológica distintiva dos ramos de onde derivou.

¹ Devo um especial agradecimento aos meus amigos major-general Martins Rodrigues e ao general Taveira Martins pelos excelentes momentos que me proporcionaram a recordar pormenores da reorganização sinteticamente aqui exposta.

De momento, e para o efeito desta exposição, não nos interessa focarmo-nos na Força Aérea tal como ela é hoje, mas sim olharmos para trás e percebermos o que ela foi e como foi, histórica e sociologicamente, desde a sua criação até 1974, data da grande ruptura política e social que transformou a sociedade portuguesa e, conseqüentemente, as Forças Armadas nacionais. Prolongaremos a nossa reflexão, depois, até ao começo da década de 90 do século XX.

3. A *domesticação* dos Exércitos de Terra e Mar no Estado Novo

Antes de abordar a temática central da exposição que aqui nos traz, convirá que tentemos dar uma interpretação pessoal do modo como o Professor Doutor Oliveira Salazar (1889-1970), já depois de ser Presidente do Conselho de Ministros, terá arquitetado o saneamento político das Forças Armadas, antes da existência da Força Aérea, e na sequência da entrada em vigor da Constituição Política de 1933. Assume especial importância este pequeno desvio para se perceber o modo como ele concebeu, depois de 1952, também para a Força Aérea, uma construção despojada, tanto quanto possível, de elementos eivados do saudosismo democrático característico da 1.ª República. A seu tempo abordaremos esta questão.

É certo que a ditadura militar, imposta em 28 de Maio de 1926, foi uma consequência da desorganização política e financeira em que caiu a 1.ª República, tornando-se esperada e, até, desejada por grande parte da população portuguesa politicamente consciente e identificada com a burguesia urbana, a qual, ao contrário de equacionar novas fórmulas para ultrapassar a crise, julgou viável a solução messiânica da assunção do Poder pelos militares. Ainda assim, a ditadura militar gerou, contudo, no imediato, contestação entre sectores políticos menos conservadores e mais susceptíveis de, à instabilidade, sobrepor a liberdade e a democracia².

Nenhuma reviravolta política que pusesse fim à ditadura poderia ser levada a cabo sem a participação do Exército e da Marinha. Ora, a verdade é que, dentro das Forças Armadas, subsistiam numerosos oficiais que estavam dispostos a conspirar e a conduzir, com apoio civil, revoluções contra a ditadura³, tendo iniciado a acção organizativa nos meses que se seguiram a Maio de 1926⁴. Numa primeira fase, na sequência das sucessivas revoluções esmagadas, foram numerosos os oficiais que viram truncada a carreira militar, sendo passados à situação de reforma compulsiva, depois do cumprimento de penas de prisão e desterro. Contudo, quanto mais difícil se foi tornando a actividade conspirativa, mais cautelosos se tornavam os militares no activo, de modo a não comprometerem as suas vidas profissionais correndo riscos desnecessários. Pode-se dizer, assim, que, até muito tarde, existiram descontentes no seio das Forças Armadas, aguardando a melhor oportunidade para se manifestarem. A resistência era surda, mas conhecida, prolongando-se no tempo, sem grande margem para dúvida, até ao ano de 1961⁵.

Como foi neutralizada, na fase inicial do Estado Novo, essa oposição não manifestada, mas conhecida, nas Forças Armadas? Julgamos, através de um processo de natureza *subversiva*, atendendo à forte hierarquização que dominava o aparelho militar, magistralmente manipulado por Oliveira Salazar. Analisemo-lo com um pouco mais de pormenor.

Basta consultar o primeiro volume da correspondência do capitão Santos Costa (1899-1982) para Oliveira Salazar, editado pela Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, da

² Neste particular aspecto, temos de chamar a atenção dos nossos leitores para a questão da legitimidade da Ditadura. Na verdade, o 28 de Maio de 1926 foi, na época, saudado pela grande maioria da Nação, pesem embora as afirmações contrárias dos *velhos* republicanos, como o *mal necessário* para repor a ordem social e política (e, conseqüentemente, a económica) que estavam ameaçadas de morte desde o final da Grande Guerra. O Exército, ao assumir a decisão do golpe militar, não fez mais do que legitimar a vontade da maioria. No *revirvalho*, ficaram todos os que, estando em minoria, defendiam a legalidade da Constituição Política de 1911, então suspensa para se reordenar a cena política nacional, como acreditavam todos os apoiantes da nova situação.

³ Farinha, Luís - *O Revirvalho: Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo: 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

⁴ Correia, Manuel António - *Memórias de Um Resistente às Ditaduras*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011.

⁵ Valença, Cor. Fernando - *As Forças Armadas e as Crises Nacionais: A Abrilada de 1961*, Lisboa, Publicações Europa-América (s. d.).

responsabilidade da Presidência do Conselho de Ministros⁶ para, de imediato, se perceber que aquele oficial se constituiu num informador privilegiado do Presidente do Conselho sobre toda a gama de intrigas que se teciam à volta do novo regime político português, desenvolvidas por oficiais do Exército. Este facto, associado à sua indiscutível lealdade para com Salazar, deu credibilidade a Santos Costa para que o Presidente do Conselho o convidasse, em 1936, para subsecretário de Estado da Guerra. Era um simples capitão que passava a ter comando político sobre generais. Era a inversão da hierarquia dentro de uma instituição que a preserva e respeita. Foi este o golpe *subversivo* de Salazar para *domesticar*, a partir daquele ano, o que restava de oposição aberta ao Estado Novo nas fileiras do Exército. Foi uma *armadilha* que o Presidente do Conselho, com a clara conivência de Santos Costa, armou aos generais e a todos aqueles que se sentiam vexados pela imposição de obediência a um capitão alcandorado ao Poder⁷. A purga dos descontentes foi notória, afastando-os para cargos militarmente inócuos ou, até mesmo, levando-os a passar extemporaneamente à situação de reserva, onde perdiam contacto operacional com as tropas. Santos Costa aproveitou todo o tempo em que esteve no Ministério da Guerra – de 1936 a 1950 – para sanear o Exército e rodear-se de um núcleo de oficiais fiéis ao Estado Novo, embora nem sempre tecnicamente bem preparados. A viragem na formação da oficialidade vem a verificar-se nos primeiros anos da década de 50 do século passado, quando se começa a fazer sentir de modo significativo a influência da doutrina militar da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

No processo de *domesticação* do Exército, gerou-se, contudo, um sistema de *anticorpos* que, não sendo propriamente *revirahista*, no sentido em que o termo era tomado na sequência da queda da 1.ª República, resultou da abertura que teve de ser feita ao exterior, nomeadamente aos EUA (Estados Unidos da América), como resultado de um mais intenso contacto dos oficiais com a realidade política daquele país e de uma silenciosa oposição ao poderoso ministro da Guerra⁸. É, quanto a nós, neste grupo que se vai encontrar a oposição que conduziu à tentativa golpista de Abril de 1961, liderada por Botelho Moniz. O processo foi *subversivo* enquanto estiveram invertidas e subvertidas as hierarquias dentro do Exército. Posteriormente o sistema procurou, como era inevitável, o reequilíbrio⁹.

Salazar não podia deixar de, na Armada, aplicar método idêntico ao usado no Exército e foi deste modo que o capitão-tenente Manuel Ortins de Bettencourt (1892-1969) assumiu a pasta da Marinha em 18 de Janeiro de 1936, abandonando-a em 6 de Setembro de 1944, quando foi substituído pelo seu chefe de gabinete, Américo Deus Rodrigues Tomás (1894-1987) o qual só deixou o cargo em 1958, quando foi supostamente eleito Presidente da República¹⁰.

Ortins de Bettencourt era, sem sombra de dúvida, um fiel aderente do Estado Novo, que, para além de organizador da Brigada Naval da Legião Portuguesa, aderiu à União Nacional, em 1934, distinguindo-se pela sua germanofilia durante a II Guerra Mundial. Foi ele quem procedeu à maior parte do saneamento político da Armada, utilizando processos semelhantes aos usados por Santos Costa, no Exército¹¹.

Percebe-se que, ao criar a Força Aérea como ramo independente das Forças Armadas, houvesse já, por parte do governo do Estado Novo, certezas muito grandes quanto ao apaziguamento político do corpo de oficiais, admitindo-se, contudo, uma ou outra inadaptação

⁶ Comissão do Livro Negro - *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar, Vol. I (1934-1950)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1988.

⁷ Note-se o quanto há de semelhante neste processo com a doutrina marxista-leninista que preconiza a inversão da ditadura da burguesia em ditadura do proletariado. É, afinal, a entrega do Poder decisório a todos os que até à época da inversão eram dominados. Este método contém em si mesmo uma fortíssima carga de retaliação, apoiada num poder que só pode ser exercido de um modo impositivo e não contestável.

⁸ Telo, António José - "Costa, Fernando dos Santos", in Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito (dir.) - *Dicionário de História do Estado Novo*, 1.ª vol, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 233-235.

⁹ Curiosamente, também na sequência da implantação do marxismo-leninismo, após a estabilização do processo revolucionário da imposição da ditadura do proletariado, se notaram o aparecimento das *excrecências* contestatárias. Onde, o nosso paralelismo parece-nos bastante viável e aceitável.

¹⁰ A dúvida resulta do desconhecimento exacto da contagem de votos e da sua verdadeira distribuição entre o candidato do Governo e o general Humberto Delgado.

¹¹ Rodrigues, Luís Nuno - "Bettencourt, Manuel Ortins de", in Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito (dir.) - *Dicionário de História do Estado Novo*, 1.ª vol, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 99.

ao regime ditatorial que não levantava problemas de maior dada a institucionalização alcançada e a subordinação conseguida. A prática, contudo, veio demonstrar, em 1959, ou seja, sete anos depois da criação da Força Aérea, que as Forças Armadas não estavam de todo subordinadas e satisfeitas com o rumo político do país, já que foi tentado e saiu abortado um golpe militar para alterar o regime político¹².

4. Antecedentes da Força Aérea

O avião, mal surgiu como engenho de fabrico contínuo – e isso aconteceu poucos anos após a sua invenção –, foi imediatamente adoptado como instrumento de uso militar pelos Estados que se consideravam potências militares de vulto, no início do século XX. Não se sabia exactamente que tipo de utilização bélica se lhe poderia atribuir, mas de uma coisa se tinha a certeza: abria uma nova perspectiva no modo de fazer a guerra, já que introduzia, com alguma segurança, a terceira dimensão no campo de batalha terrestre e naval, permitindo a exploração em profundidade de todo o sistema defensivo do adversário¹³. Deste facto e destas incertezas de aplicação, nasceram dúvidas quanto à entrega do novo engenho à engenharia ou à artilharia, pois, no primeiro caso, integrava-se no serviço de transmissões e, no segundo, como elemento regulador do tiro das peças¹⁴.

Entre nós, o primeiro centro polarizador da ideia aeronáutica foi o Aero-Clube de Portugal, fundado em Dezembro de 1909, reunindo fundamentalmente oficiais de engenharia militar, a par de artilheiros, raros oficiais de infantaria, de cavalaria e da Armada e um núcleo pouco significativo de civis entusiastas pelas questões aeronáuticas. Ainda se não tinha visto voar um avião nos céus de Portugal e já se discutia a futura localização dos aeródromos e da escola de aeronáutica¹⁵.

Em 1912, António José de Almeida propunha, na Câmara de Deputados, a criação de um Instituto de Aviação Militar e de um aeródromo na margem sul do Tejo¹⁶. Foi nesse ano, também, que o guarda-marinha de Administração Naval Miguel Freitas Homem requereu a sua admissão a qualquer curso que o habilitasse a pilotar aviões, tornando-se o primeiro militar a solicitar o *brevet* de piloto¹⁷.

Em 14 de Maio de 1914, publicou-se a Lei n.º 162 que deu existência à Escola de Aeronáutica Militar, mas só um ano depois, em Abril de 1915, se iniciaram os trabalhos da sua instalação na Quinta do Queimado, nas proximidades de Vila Nova da Rainha, perto da linha férrea do Norte e muito próximo do rio Tejo. A 29 de Junho de 1918, foi publicado o Decreto n.º 4529, criando o Serviço de Aviação Militar. No ano anterior, a 28 de Setembro, havia sido publicado o Decreto n.º 3395, que dava existência legal ao Serviço de Aviação da Armada. Em 1937, ocorreu a reforma geral do Exército conduzida por Santos Costa, a qual reduziu quadros e efectivos que se arrastavam numerosos desde o final da Grande Guerra. Aproveitando esta oportunidade, procedeu-se à transformação do Serviço de Aviação Militar na Arma de Aeronáutica.

¹² Foi o chamado Golpe da Sé, liderado militarmente por alguns majores do Exército e um capitão-tenente da Armada, colhendo apoio civil através de Manuel Serra. Maltez, José Adelino - *Tradição e Revolução: Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II, Lisboa, Tribuna da História, 2005.

¹³ Note-se que já os Chineses, muito antes de na Europa haver claro conhecimento do modo de fazer a guerra, usavam sistemas de papagaios para elevar do solo um observador com o intuito deste os informar sobre a profundidade e dispositivo orgânico do adversário. O balão cativo foi, antes do avião, um excelente auxiliar do regulamento de fogo da artilharia e posto de transmissão de telegrafia óptica entre os postos de comando e as frentes de batalha.

¹⁴ Fraga, Luís Alves de – “As Origens da Aviação Militar Portuguesa”, in *Mais Alto – Revista da Força Aérea Portuguesa*, N.º 319 (Junho/Julho 1999), pp. 21-27.

¹⁵ Fraga, Luís Alves de – “A Aviação Militar Portuguesa”, in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira e da Cultura*, 3.º vol, Lisboa, Editorial Século XXI, 1998.

¹⁶ Santos, Eduardo Silvestre dos - *Força Aérea 50 Anos*, Alfragide, Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea, 2002, p. 11.

¹⁷ Fraga, Luís Alves de – “Súmula Histórica das Aviações Militares e da Força Aérea de Portugal”, in *Revista Militar*, N.º 2398, Novembro 2001, p. 888.

Em abono da verdade, depois de um período de certo fulgor que correspondeu aos anos de 1920 a 1935, durante os quais se fizeram várias viagens aéreas que marcaram nacional e internacionalmente a presença da aviação portuguesa, coincidindo com a existência do Grupo de Esquadrilhas de Aviação *República*, com sede na Amadora, a aeronáutica caiu num marasmo só cortado pela escassa rotina da manutenção do treino de voo na Escola Militar de Aeronáutica, funcionando na Granja do Marquês, em Sintra. Efectivamente, entre 1928 e 1934, não se formaram pilotos. Em 1935, quando se retomou a instrução, passaram a obter *brevet* de piloto-aviador, pela primeira vez, praças de pré, algumas das quais acabaram servindo na aviação militar franquista durante a Guerra Civil de Espanha.

No final da década de 20 e começo da seguinte do século passado, a Aviação Naval sofreu um grande incremento no que respeita à aquisição de material, tendo passado de uma escassa dezena de aparelhos para mais de setenta. A esta mudança, provavelmente, não terá sido estranho o facto de Ortins de Bettencourt ser oficial brevetado e protagonista de um dos mais destacados episódios das travessias aéreas do Atlântico, já que fez parte da guarnição da aeronave que, com Gago Coutinho como navegador, demandou, pela primeira vez, o porto do Funchal.

Quando estalou a guerra, em 1939, na Europa, estava previsto que a Aviação Militar portuguesa tivesse vinte aviões de bombardeamento, quarenta e cinco de caça, nove de reconhecimento e quarenta e cinco de observação, estabelecendo a Lei a existência de noventa e sete oficiais aviadores, trinta e nove sargentos pilotos, trinta e oito cabos pilotos, duzentos e catorze mecânicos, trinta e sete radiotelegrafistas e dez sargentos-ajudantes de qualquer especialidade¹⁸. Estes números, todavia, não correspondiam às existências e os das aeronaves ficaram mais diminuídos na sequência do ciclone que se abateu sobre o território português, em 1941, destruindo no solo, de uma só vez dez *Breda Ba 65-Bis*, na base de Sintra.

Foi durante a guerra, principalmente a partir de 1943, que as Aviações Militar e Naval obtiveram bastante material, por cedência da Grã-Bretanha: oitenta e quatro caças de vários tipos, nove aeronaves de reconhecimento e dez bombardeiros, devendo acrescentar-se mais vinte e seis caças, cinco bombardeiros pesados e um *Douglas C-47 Dakota*, dos EUA, por terem aterrado em Portugal durante o conflito, ferindo, assim, a condição de neutralidade definida no início da guerra¹⁹.

O final da II Guerra Mundial, como é sabido, não trouxe à Europa um clima de tranquilidade, porque o confronto entre o bloco ocidental, liderado pela OTAN, e o bloco de Leste, liderado pelas forças do Pacto de Varsóvia, dando origem ao que se veio a designar por Guerra Fria, gerou um clima de desconfiança mútua centrada à volta da Alemanha. Portugal, Estado fundador da OTAN, teve de articular o emprego das suas forças com a doutrina militar gerada no âmbito daquela Organização. Assim, não se justificava, aos olhos da missão atribuída ao país, a existência de duas aviações militares orgânicas. Fazia mais sentido, até por razões de economia de esforços, fundir a Aviação Militar e a Aeronáutica Naval numa Força Aérea, capaz de desempenhar operações táticas em ambiente marítimo e terrestre e, também, operações de âmbito estratégico²⁰. A mudança tinha mais apoiantes na Aviação Militar do que na Aeronáutica Naval que justificava a sua relutância, entre outros motivos, no facto de ser mais fácil a um piloto-aviador naval identificar silhuetas de navios do que a um piloto-aviador do Exército fazê-lo. Vencidas as dificuldades e as resistências, a Lei n.º 2055, de 27 de Maio de 1952, estabeleceu a criação da Força Aérea, através da junção de meios materiais e de pessoal que voluntariamente optasse por servir no novo ramo das Forças Armadas.

¹⁸ Fraga, Luís Alves de – “Súmula Histórica das Aviações Militares e da Força Aérea de Portugal”, in *Revista Militar*, N.º 2398, Novembro 2001, p. 899.

¹⁹ Fraga, Luís Alves de – “Súmula Histórica das Aviações Militares e da Força Aérea de Portugal”, in *Revista Militar*, N.º 2398, Novembro 2001, p. 906.

²⁰ Para o estudo completo desta questão, não se pode desprezar a análise da revista publicada pelo Aeroclub de Portugal, visto que aquela associação funcionou durante muitos anos como órgão de pressão dos oficiais pilotos do Exército com vista à criação da Força Aérea. Aliás, nas suas páginas poderão encontrar-se excelentes trabalhos sobre o emprego dos meios aéreos durante a II Guerra Mundial e as diferentes tendências – aliadófilas ou germanófilas – dos seus autores.

5. Da realidade legal ao espírito de missão (1952-1961)

A Força Aérea estabeleceu-se organicamente como uma Subsecretaria de Estado da Aeronáutica, tendo ficado, de 1952 a 1955, dependente do ministro da Defesa, Santos Costa, que tinha como chefe de gabinete o major e, depois, tenente-coronel da arma de engenharia e do corpo do Estado-Maior Kaúlza Oliveira de Arriaga (1915-2004). Nesta fase inicial, toda a acção organizativa e de comando esteve concentrada nas mãos do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, que despachava directamente com o ministro. Em 7 de Julho de 1955, este nomeou, com a concordância de Salazar, o seu chefe de gabinete para o cargo de subsecretário de Estado da Aeronáutica. A escolha não podia ter sido mais acertada, do ponto de vista da lógica do Estado Novo e do regime ditatorial por si mantido. Com efeito, Santos Costa repetia com o novo ramo das Forças Armadas aquilo que ele havia praticado no Exército duas dezenas de anos antes: a subordinação de hierarquias superiores à vontade despótica de um mero tenente-coronel. Santos Costa sabia e conhecia bem o quilate de Kaúlza de Arriaga. Foi este quem denunciou, em Abril de 1961, a tentativa golpista do ministro da Defesa, general Botelho Moniz, e do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Albuquerque de Freitas, o que lhe terá valido a mudança de estatuto de subsecretário de Estado para secretário de Estado da Aeronáutica, cargo que exerceu até 4 de Dezembro de 1962²¹.

A escolha política de Kaúlza de Arriaga, para além de consubstanciar a metodologia *subversiva* de Salazar no seio das Forças Armadas, foi mais longe do que anteriormente com Santos Costa e Ortins de Bettencourt, porquanto, no novo ramo imperava – como, aliás, ainda impera – uma forte componente elitista que se traduzia num sentimento de superioridade por parte dos aviadores, em geral, e dos oficiais pilotos, em particular, dadas as características da missão, pois só os tripulantes das aeronaves correm o risco do combate por tomarem parte activa nele. Risco que se torna acrescido por ser corrido num meio físico que oferece pouca condição de segurança e sobrevivência. Aliás, este sentido de elite é alimentado pelo abono vitalício de um suplemento remuneratório com significativo impacto, o qual se mantém para além do tempo em que existe risco pelo exercício da função, reflectindo-se, até, na pensão de reforma²². Entregar a um oficial não piloto-aviador a gestão superior da Força Aérea foi um acto de *domesticação* não só política, mas também sociológica, dada a inexistência de uma idiosincrasia própria; havia que gerar a capacidade possível de vivência, sob uma nova farda e novos símbolos, de militares provenientes de dois ramos tão distintos como o Exército e a Armada. Curiosamente, a Kaúlza de Arriaga sucedeu, na Secretaria de Estado, o general piloto-aviador Francisco António das Chagas (1912-?) que se manteve no cargo desde 4 de Dezembro de 1962 a 3 de Maio de 1967, menos de cinco anos, por conseguinte²³. E a experiência parece não ter resultado, porque, logo de seguida e durante mais de seis anos, se retornou ao modelo antigo, colocando à frente da Secretaria de Estado da Aeronáutica dois engenheiros. Foi já só em 1973 que voltou a exercer o cargo um general piloto-aviador. Viviam-se os últimos meses de guerra em África e, então, a realidade sociológica Força Aérea havia mudado substancialmente.

Voltando à gestão inicial de Kaúlza de Arriaga e buscando a percepção da escolha deste oficial para subsecretário de Estado, teremos de ir mais longe na análise do encaixe orgânico da Força Aérea na estrutura governativa. Com efeito, julgamos, a não criação de um Ministério do Ar, como seria lógico à semelhança da Armada, configura o estabelecimento de uma força militar

²¹ Aliás, é conveniente não esquecer que, continuando na senda das posições endurecidas do Estado Novo, nas vésperas do 25 de Abril de 1974, Kaúlza de Arriaga tentou levar a efeito um golpe militar que colocasse no Poder as mais representativas personalidades das posições ultra do decadente salazarismo. Martins, Fernando - "Arriaga, Kaúlza Oliveira de", in Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 1.º vol, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 64-65.

²² Este subsídio tem vindo a crescer nas últimas décadas em consequência da necessidade de fixar os pilotos militares à Força Aérea, pois a tendência que se regista aponta para uma fuga da carreira mal acaba o tempo a que são obrigados por lei. Na nossa opinião, desde há muito que se comete um erro grave na publicidade que busca aliciar para o concurso para a Academia da Força Aérea, pois, ao contrário de se relevar a carreira militar se destaca a importância de voar. Ou seja, aponta-se para um público-alvo que prefere ser piloto de aeronaves a ser oficial da Força Aérea.

²³ Como subchefe do Estado-Maior da Força Aérea foi membro da Câmara Corporativa, facto que lhe dava, de imediato, credibilidade política para assumir o cargo de secretário de Estado.

altamente politizada e fortemente dependente de um Ministério, à época, vazio de conteúdos: o da Defesa Nacional. Colocou-se a Força Aérea como ramo pretoriano do governo, circunscrevendo-a à área exclusiva do seu emprego e arredando-a de problemáticas que, na altura, eram já de nível estratégico: a aviação comercial e a sua extensão ao ultramar e ao mundo. Quanto a nós, não há contradição entre a subordinação da Força Aérea a um Ministério cuja pasta poderia ser entregue a um civil e a tendência para a tornar num ramo pretoriano do governo, uma vez que o regime era de natureza ditatorial, não podendo dispensar o apoio militar para manter o *status quo*. Por outro lado, há que reconhecer que este tipo de subordinação – ou *domesticção* como lhe temos vindo a chamar – fazia todo o sentido, tratando-se da arma aérea, pois, sem dúvida, na ordem interna, ela é decisiva em caso de revolta ou golpe militar. E tanto assim foi entendido que Kaúlza de Arriaga, naturalmente com a concordância de Santos Costa e de Salazar, decidiu dotá-la com uma componente aero-terrestre de elite com alto valor tático em tempo de campanha e significativo valor estratégico e dissuasório em termos de ordem pública interna: um batalhão de pára-quedistas.

Os pára-quedistas foram a primeira tropa de elite altamente especializada em Portugal, no século XX. Os seus quadros iniciais receberam instrução em França e em Espanha e trouxeram conhecimentos de combate até então não praticados nas fileiras do nosso Exército. A sua preparação física era profundamente rigorosa e impunha uma disciplina cega que se compaginava com os fins menos confessados da sua criação. Eram a componente *nova* no novo ramo das Forças Armadas, com todas as implicações que política e sociologicamente isso provocava. Poderiam ser, e foram, o motor para a gestação de um espírito de corpo de que a Força Aérea carecia nesta fase inicial. O batalhão de pára-quedistas, embora couraçado numa postura altamente profissional, funcionava naquela época, por força da sua formação militar, como uma guarda pretoriana às ordens de Kaúlza de Arriaga²⁴, o mesmo subsecretário de Estado que mandou localizar a messe da Força Aérea – um pequeno edifício luxuoso, com pouquíssima capacidade de instalação para pessoal – no topo da serra de Monsanto, para poder servir de bastião de resguardo dos membros do governo, em caso de instabilidade da ordem pública. Pela sua situação, a messe oferecia condições de defesa e subsistência mais eficazes do que qualquer outra instalação militar na cidade de Lisboa. Acresce que, junto a ela, funcionava um centro de comunicações da Força Aérea – Grupo de Detecção Aérea e Controlo da Intercepção (GDACI) capaz de accionar os meios aéreos necessários à dissuasão de qualquer desordem interna²⁵.

Até aqui temos tentado perceber o que o governo do Estado Novo procurava que fosse a Força Aérea sem cuidarmos de compreender o que realmente ela era. Passemos a essa fase.

Tal como já dissemos, o novo ramo das Forças Armadas resultou da fusão dos efectivos da Aviação Naval e da Aviação Militar que acederam ao convite de mudança de situação. Do ponto de vista sociológico o que traziam eles para a novel Força Aérea? Idiosincrasias próprias dos dois ramos: Armada e Exército. E, note-se, não são despidiendas as diferenças! Realmente, o modo de viver a vida militar apresenta bastantes aspectos que são quase opostos nos pormenores ínfimos.

De facto, o marinheiro aprende, desde o início da sua carreira, a viver em espaços exíguos, acomodando toda a palamenta de forma lógica e prática, de modo a ter ainda capacidade de movimentação - e isto resulta do meio que utiliza para sobreviver no mar: a

²⁴ Não será despidiando referir que os pára-quedistas só se desligaram da Força Aérea em 1994, passando à dependência do Exército. Se é certo que lhes foram atribuídas funções específicas logo após o golpe militar de 25 de Abril de 1974 – ocupação das instalações da prisão de Caxias e escolta dos membros do Governo que foram exilados no Funchal –, também é verdade que sobre eles foi exercida uma forte pressão política durante o PREC que levou à necessidade de utilizar no *25 de Novembro*, como reforço da componente aérea da Força Aérea, os militares acabados de chegar de Angola e outros que foram expressamente convocados e mobilizados para o efeito. A instrumentalização das tropas pára-quedistas foi tentada por todos os lados em confronto, durante o período instável que se seguiu a Abril de 1974, o que comprova bem a sua tendência pretoriana, despolitizada e disponível para qualquer aventura.

²⁵ A noção de que não podia contar com a lealdade das Forças Armadas levou Marcelo Caetano a procurar refúgio nas instalações do quartel do Carmo, da Guarda Nacional Republicana, e não em Monsanto como até poderia parecer lógico noutros tempos e noutras circunstâncias.

embarcação²⁶. O marinheiro é, quase por definição, um *descobridor de culturas*, pois nas viagens que faz contacta, aos mais diferentes níveis sociais, com as mais *estranhas* formas de viver; a sua maneira de olhar a vida é *aberta*, porque a novidade faz parte do seu quotidiano quando chega a um novo porto. Há, no marinheiro, uma predisposição para o cosmopolitismo que está nos antípodas da do soldado agarrado ao solo que lhe serve de suporte vivencial. Sem supedâneo científico, mas reconhecido empiricamente, as Armadas (sejam elas quais forem) têm como característica possuírem instalações sempre mais bem cuidadas, decoradas, confortáveis, quase poderíamos dizer, requintadas do que as do Exército, ainda que os recursos sejam semelhantes. Vá-se lá explicar este porquê?! Em Portugal, as duas bases aero-navais existentes na época da junção – Montijo e Aveiro – tinham marcas físicas que as diferenciavam das suas congéneres da Aviação Militar e isso verificava-se facilmente logo desde a zona de entrada até ao tipo de camas dos quartos dos oficiais. Até o modo de se dirigir a um superior hierárquico é diferente; enquanto no Exército se cultivava a tradição francesa de anteceder o posto como o pronome possessivo²⁷ *meu*, na Armada o tratamento é o mais vulgar e, em certa medida, anglo-saxónico *senhor*.

A junção de idiosincrasias distintas não deu, nem podia dar, logo e por determinação legislativa, lugar a uma nova e diferente²⁸. Houve que condescender com tradições, com *culturas*, evitando o choque.

Recordamos que, depois da criação do novo ramo, a base aérea do Montijo foi comandada, durante alguns anos, por um oficial de Marinha, piloto-aviador, que não abdicava de fazer a travessia do rio Tejo nas lanchas pertencentes à Força Aérea, mas tripuladas por marinheiros, instalado na camarinha, à boa maneira da tradição naval. E seguia-se, também, a tradição de embarque e desembarque em uso na Armada.

A Força Aérea foi absorvendo algumas das tradições navais, fazendo-as conviver com as que vinham do Exército, mas essa associação não definiu, por si só, uma forma sociológica nova e característica do ramo. Faltava o *motor* capaz de definir a *personalidade* da Força Aérea. Pode dizer-se que a falta dele foi superada pelo único elemento verdadeiramente comum: o entusiasmo pelo voo aeronáutico.

Efectivamente, o factor de união entre pilotos oriundos da Armada e os provenientes do Exército só foi consubstanciado no prazer de voar. Era o único elo que os sustentava no novo ramo das Forças Armadas; era o único diálogo possível. E terá sido esse um dos elementos que mais sustentou a separação entre os aviadores e todo o pessoal logístico que está por trás das aeronaves para dar sustentação às bases aéreas e à própria Força Aérea²⁹.

Depois de se ter feito a junção do pessoal da Armada com o do Exército para criar a Força Aérea, entre 1952 e 1961, toda a formação dos oficiais pilotos aviadores, engenheiros e administradores aeronáuticos – os únicos, para além dos médicos, que tinham possibilidades de ascender a oficial-general – continuou a ser feita na Academia Militar ou, na sua antecessora, Escola do Exército. Ou seja, continuaram a alimentar-se os quadros superiores da Força Aérea com pessoal cuja idiosincrasia inicial tinha conotação com o Exército (e esta situação

²⁶ Parece que o aviador também tem de utilizar espaços muito reduzidos para viver; contudo, há uma diferença abismal entre o marinheiro e o aviador: este não faz da aeronave, como aquele faz do navio, uma *habitação* permanente. O aviador *habita* a aeronave algumas horas; o marinheiro *habita* o navio vários dias, semanas e, até, meses. Esta temporalidade de *habitação* faz toda a diferença comportamental.

²⁷ Admite-se que a forma tradicional francesa de tratar por *mon* resulte da corrupção de *monsieur* e não do pronome possessivo, já que, no caso dos oficiais de Administração (Comissariado), ao posto corresponde sempre o tratamento por *monsieur le commissaire*. Em todos os casos, no Exército francês, nas diferentes armas, para as mulheres, a designação *mon* desaparece e o tratamento resume-se exclusivamente ao do posto. Seja como for, a fórmula *meu*, no Exército português, tanto quanto deduzimos, deve ter-se iniciado aquando das Invasões Francesas, por influência gaulesa, já que o mesmo se passa no Exército espanhol. A título de curiosidade e em reforço da nossa dedução, verifique-se que no Brasil não se antecede o posto com nenhuma fórmula de dignificação social ou militar; se fosse tradicional antes das Invasões, certamente teria passado, por *contágio*, para aquela antiga colónia o tratamento por *meu*.

²⁸ Fraga, Luís Alves de - *História das Aviações Militares: Um Longo Caminho a Percorrer*, Lisboa, Separata das Actas do II Colóquio Panorama e Perspectivas da História Militar em Portugal, 1991, p. 5.

²⁹ Ainda há bem poucos anos, na Força Aérea, era comum os oficiais pilotos e os tripulantes de aeronaves referirem-se ao restante pessoal militar com a designação depreciativa de *besuntas*. Está a ser tentada uma reformulação desta postura elitista, mas, julgamos, ela tenderá sempre a subsistir como consequência de um falso sentido de superioridade que vem da manobra das aeronaves. Curioso será destacar que, mesmo entre pilotos, há *gradações* de importância, pois um piloto de caça assume-se como *nata* da Força Aérea enquanto manifesta relativo desdém por um piloto de transporte ou de helicóptero.

prolongou-se tanto no tempo que ainda agora o actual Chefe do Estado-Maior da Força Aérea – ano de 2011 – é antigo aluno da Academia Militar!). Assim, no plano sociológico, a Força Aérea foi sendo um *desvio* do Exército ou, se se preferir, uma força militar à procura da sua verdadeira identidade social.

Esta situação de *hibridismo* fez-se sentir até muitíssimo tarde e de maneiras práticas muito evidentes, tais como, por exemplo, a aplicação na vida interna da Força Aérea do *Regulamento Geral do Serviço do Exército* que só foi abandonado já na vigência da chefia do Estado-Maior do general Lemos Ferreira, isto é, na segunda metade dos anos 70 do século passado. Mas o *hibridismo* foi mais longe, porque a formação dos técnicos – praças e sargentos – se passou a fazer no âmbito da Força Aérea – tanto na Base Aérea n.º 2, na Ota, como na Base Aérea n.º 3, em Tancos – por oficiais que, sendo oriundos de sargentos, frequentavam o curso de promoção na Escola Central de Sargentos, em Águeda, sob a tutela do Exército, ou, sendo milicianos, faziam a sua formação na Ota e em Tancos. A par desta disparidade formativa passou a verificar-se que os oficiais milicianos, destinados a pilotos, eram instruídos no âmbito da Força Aérea, tanto na base de Sintra, como na Ota, Tancos ou Aveiro. Enfim, a juntar ao *hibridismo* inicial, associou-se-lhe a disparidade de origens formativas do pessoal mais responsável, já que, só em Novembro de 1966 se criou a Escola de Estudos Superiores da Força Aérea, onde se passaram a fazer os cursos de promoção a oficial superior, mantendo-se, contudo, até Abril de 1974, a formação dos oficiais-generais no Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços³⁰. A *bitola do carril* por onde *circulava* a Força Aérea era fundamentalmente a do Exército, com os laivos ou *tiques* que lhe haviam ficado da integração de pessoal da Armada. De cinco secretários de Estado da Aeronáutica que existiram entre 1952 e 1974, três eram engenheiros com formação no Exército e dois eram pilotos, igualmente com formação no Exército, sendo que um, Kaúlza de Arriaga, não passou à Força Aérea e manteve-se em exercício até 1961.

Do que fica dito, e em consequência da rápida ascensão na hierarquia na Força Aérea, pode afirmar-se que, na generalidade, o pessoal militar deste ramo das Forças Armadas estava agradecido a Salazar e, sobretudo, a Kaúlza de Arriaga, pois, não tendo História, desde os pára-quedistas até aos sargentos técnicos, passando pelos pilotos, engenheiros e administradores, conseguiram uma progressão de carreira, atropelando os mais elementares princípios de organização e, até de disciplina. Efectivamente, houve sargentos técnicos que, para poderem ser oficiais, passaram à especialidade de Serviço Geral sem nunca terem antes visto um arquivo documental ou rascunhado ofícios e informações, tal como aconteceu que, sem curso superior de qualquer espécie, houve oficiais milicianos de Administração Aeronáutica, passados ao quadro permanente, que atingiram o generalato³¹, bem como técnicos de outras várias especialidades que chegaram a ser oficiais superiores.

O agradecimento a Kaúlza de Arriaga - e, como se percebe, por arrastamento, a Salazar - é de tal ordem que no livro publicado em 2002, aquando do cinquentenário da Força Aérea, lhe foram dedicadas duas páginas de texto laudatório, dizendo-se a dado passo: "*A nomeação pelo Ministro [Santos Costa] do seu Chefe de Gabinete para SEA [subsecretário de Estado da Aeronáutica], que bem conheceria [sublinhado da nossa autoria] é indício de que o MDN [ministro da Defesa Nacional] achava que a FA [Força Aérea] ficaria 'bem entregue' [sublinhado da nossa autoria]. Se assim foi, não se enganou*"³². Será necessário mais, para demonstrar a *gratidão* da Força Aérea a Kaúlza de Arriaga? Para provar que, cinquenta anos depois, a Força

³⁰ A frequência do curso de promoção a oficial-general feito em Pedrouços levou a que um número significativo de oficiais, quer pilotos quer engenheiros ou administradores, desistisse de levar por diante a respectiva formação, tal o tipo de exigência e desfasamento de preparação existente. As desistências caíram quase para a nulidade quando o mesmo curso passou a ser ministrado no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA).

³¹ Neste caso particular, que conhecemos em pormenor, houve casos de oficiais que, de base, só tinham a formação de oficiais milicianos de infantaria com a frequência do curso, quando muito jovens, no Instituto dos Pupilos do Exército, sem outra formação técnica que a do curso de contabilistas. Outros houve cuja formação elementar era a do curso de oficiais milicianos de Administração Militar, com frequência de um ou dois anos no antigo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Contudo, foram numerosos os que chegaram ao posto de major-general em claro detrimento daqueles que, oriundos da Escola do Exército ou da Academia Militar, fizeram toda a formação que por lei lhes competia para atingirem os mais altos postos, quedando-se por coronéis ou mesmo por tenentes-coronéis.

³² Ferreira, Amadeu - "General Kaúlza de Arriaga: Acção do Primeiro Subsecretário de Estado e Primeiro Secretário de Estado da Aeronáutica", in *Força Aérea 50 Anos*, Alfragide, Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea, 2002, p. 28.

Aérea se revê na figura de um *ultra* do Estado Novo? Que a Força Aérea sofre, clara e marcadamente, de um *complexo de paternidade*? Que se pratica na Força Aérea, ainda, o *culto da personalidade*?

Julgamos que é tempo de tentar reflectir, num plano histórico e sociológico, o que representou a guerra em África, de 1961 a 1974, para a Força Aérea e para as mudanças idiossincráticas da mesma nesse período.

6. O espírito de missão como elemento agregador

Gostar de aviões, de voar, de pilotar uma aeronave não é suficiente para fazer um piloto-aviador militar, do mesmo modo que velejar não faz um oficial da Armada, ou caçar e manipular armas de fogo não é suficiente para transformar um civil num militar do Exército. Há um elemento que dá as características fundamentais a um oficial militar: o gosto e o desejo do cumprimento da missão castrense. Sem isso pode haver homens e mulheres fardados, mas não há soldados.

Verdadeiramente, a missão das Forças Armadas portuguesas emergiu da letargia em que viveu desde 1945, em Março de 1961, quando as acções de guerra estalaram no norte de Angola.

A barbaridade da actuação do movimento libertador designado por União dos Povos de Angola (UPA) não foi escondida pelo governo do Estado Novo³³; antes pelo contrário, fez-se questão de expor na Sociedade de Geografia de Lisboa as fotografias horripilantes do massacre que as populações brancas e negras sofreram. A propaganda desencadeou a esperada reacção junto dos Portugueses: exaltou-se a necessidade de acorrer a Angola “depressa e em força” para garantir a presença nacional naquelas paragens que, de há uma dezena e meia de anos, se vinham proclamando como províncias ultramarinas em vez da ultrapassada designação de colónias do Império português.

Pressentindo a ameaça que se esboçava no horizonte africano, a Força Aérea, com a antecedência de cerca de um ano sobre o massacre de Março de 1961, havia instalado algumas aeronaves na recentemente construída base de Luanda e na ainda inacabada base do Negage. Mas eram muito poucos os efectivos. Quando foi necessário dar cobertura de fogo aéreo às tropas e às populações cercadas, o esforço foi sobre-humano e continuou durante os dois ou três primeiros anos de guerra. Não tinha sido ainda definida uma doutrina de emprego de meios aéreos na guerra subversiva³⁴, mas existia a experiência francesa na Argélia que, felizmente, havia sido apreendida.

O apoio de fogo às unidades do Exército empenhadas em combate, quase sempre não programado, dava um cunho de urgência à missão, o mesmo acontecendo com as evacuações e, às vezes, até, com as operações logísticas junto das unidades terrestres isoladas e sem grandes capacidades de manutenção alimentar. Esta urgência, este imediatismo, associado à escassez de meios aéreos, desenvolveu, primeiro em Angola e, depois, em 1963, na Guiné, e um ano mais tarde, em Moçambique, um elevado espírito de missão que ultrapassou a chamada “linha da frente” (onde se aprontam as aeronaves para as operações), estendendo-se aos abastecimentos e a todas as tarefas logísticas, directa ou indirectamente, ligadas às missões aéreas. Trabalhava-se em todos os serviços muito para além do horário normal para cumprir as exigências que a situação impunha. Sentia-se orgulho de cada vez que chegava uma notícia animadora às bases. Muito depois da rotina instalada e já afastado o perigo dos primeiros meses após o início das

³³ O que deveria constituir a regra, pois as ordens que a censura tinha era a de retirar dos jornais e dos meios de comunicação social toda e qualquer referência a actos de violência, de modo a deixar transparecer a existência, em Portugal, de uma sociedade pacífica e de *brandos costumes*. A notícia do crime violento era tão grave para o censor como a reprovação de qualquer acto governativo (Carvalho, Alberto Arons de - *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973, pp. 78-83).

³⁴ Fraga, Luís Alves de - *A Força Aérea na Guerra em África: Angola, Guiné e Moçambique: 1961-1974*, Lisboa, Prefácio, 2004, pp. 43-45.

operações, continuava a sentir-se a necessidade de não deixar cair os braços. O cumprimento da missão estava em primeiro lugar. Os aviões tinham de ir para o ar. Percebia-se que tudo dependia da capacidade de a Força Aérea estar presente quando era necessária. Um facto contribuía fortemente para este estado de espírito: a existência de supremacia aérea em quase todos os territórios. Ou seja, haver liberdade total para as aeronaves se deslocarem no espaço aéreo sem correrem perigos directamente ligados com a acção do inimigo no solo. Talvez, a Guiné fosse, logo desde a primeira hora, aquele teatro de operações onde, em certas zonas, se fez sentir de imediato resistência antiaérea devido à instalação de metralhadoras e de peças antiaéreas no sul do território. Contudo, excluindo essas áreas bem delimitadas e conhecidas, a liberdade de voo era total. Naturalmente, a aproximação ao solo das aeronaves permitia a possibilidade de estas serem atingidas por fogo das armas ligeiras – e muitas vezes foram – mas esse era um risco menor comparado com a enorme vantagem de circular com segurança a maior parte do tempo.

As operações terrestres conduzidas pelo Exército, Armada e pára-quedistas tiveram, nos três teatros de operações, durante muito tempo, nos treze anos de duração da situação de guerra, um excelente *chapéu-de-chuva* na Força Aérea. Tal facto possibilitou que em Angola, como resultado da luta que opunha os três movimentos independentistas – FNLA, MPLA e UNITA – se criasse a ilusão de que a guerra estava praticamente ganha, por se confinar às zonas fronteiriças do Norte e do Leste, já o mesmo não se passando em Moçambique, onde a guerrilha se estendeu do Norte para Tete e se deslocou para a região da Gonrongosa³⁵, onde actuava com certa liberdade no final do ano de 1973, nem na Guiné, onde tinha controlo quase absoluto sobre o território, impedindo deslocações terrestres e fluviais em plena segurança. É, quanto a nós, um erro, do ponto de vista militar global, dizer-se que, antes de 1974, a guerra estava ganha. Porque os diferentes movimentos de libertação nunca optaram por fazer terrorismo urbano, mantendo-se fiéis à guerrilha, no mato, as perspectivas que se colhiam da situação militar variavam consoante a zona de observação, dentro do mesmo teatro de operações. Em Lourenço Marques (actual Maputo), a guerra era lá longe e pouco ou nada se sabia dela, mas, na Beira, pressentiam-se-lhe os rumores, por força da presença do Batalhão de Pára-quedistas n.º 31 (BCP-31), da Base Aérea n.º 10, de diversas unidades do Exército, dos Grupos Especiais (GE) e dos Grupos Especiais Pára-quedistas (GEP) e, até, da estranha personagem que foi o engenheiro Jorge Jardim³⁶. Mas, em Nampula, Porto Amélia, Nacala ou, mais no interior, Tete, Nova Freixo ou Vila Cabral, a guerra era uma realidade sentida no quotidiano e ninguém poderia dizer estar longe, pois ali se concentravam os esforços de combate para intervir mais a Norte, no planalto dos Macondes ou junto ao lago Niassa ou na área da Cabora Bassa. Em Moçambique, a guerra não estava ganha e, pelo contrário, tendia a estender-se para o centro do território a partir de Tete, subvertendo o pacífico e produtivo distrito da Zambézia. Na Guiné, em 1973, a guerra era directamente sentida em Bissau; a vitória militar do PAIGC era uma questão de tempo e, naturalmente, muito pouco.

A situação modificou-se na viragem do ano de 1972 para 1973, quando os serviços de informação começaram a reportar a existência de uma nova arma antiaéreas na Guiné primeiro e depois em Moçambique, havendo notícia de que poderia vir a ser introduzida, também, em Angola. Tratava-se do míssil terra-ar *Strella* também conhecido por *SAM-7*.

As primeiras acções ofensivas levadas a cabo com utilização do *Strella* tiveram lugar na Guiné, em Março de 1973, e desenvolveram-se até Janeiro de 1974, podendo contar-se seis aeronaves abatidas e quatro pilotos mortos. Pela primeira vez, fora de zonas perfeitamente bem definidas, verificava-se a alteração de operação da Força Aérea na guerra colonial, pois de supremacia aérea passava a ter simplesmente superioridade aérea, facto que obrigava a cautelas redobradas. A situação tornou-se grave na Guiné e ameaçou tornar-se igualmente má em Moçambique, onde chegou a ser abatido um avião de transporte. A guerra estava numa fase de viragem.

³⁵ A cerca de cem quilómetros da cidade da Beira.

³⁶ Jardim, Jorge - *Moçambique: Terra Queimada*, Lisboa, Intervenção, 1976.

Decorridos mais de trinta e cinco anos sobre o fim da guerra, ainda não existem – e provavelmente nunca existirão – consensos sobre o facto de o conflito estar ou não perdido. Julgamos que, na busca de uma situação de equilíbrio, do ponto de vista militar, a guerra colonial estava meio perdida e meio ganha. Ou seja, na Guiné a resistência não poderia ir muito mais além do que aquilo que foi; em Moçambique aproximava-se um tempo de grandes rupturas, dada a abertura de várias frentes de combate em simultâneo, facto que apontaria para uma derrota militar ao cabo de mais três ou quatro anos de combate; em Angola, provavelmente o fim seria muito mais distante. Claro que estes pressupostos só seriam efectivamente viáveis se a derrota militar na Guiné não tivesse imediatas consequências políticas na situação geral da política interna e externa de Portugal. Não foi necessário haver derrota militar, porque ocorreu a mudança política interna que levou ao desaparecimento do Estado Novo e da ditadura que o suportava e lhe dava corpo. Também sobre essa mudança, julgamos, será conveniente atentar no papel que a Força Aérea teve, enquanto ramo das Forças Armadas portuguesas. Isso ajudar-nos-á a compreendê-la como realidade sociológica numa fase em que, parecia, ela já tinha *encontrado* uma certa identidade distintiva do Exército e da Armada.

7. A Força Aérea e o Movimento dos Capitães

É sabido que o chamado Movimento dos Capitães teve início nos últimos meses de 1973, em consequência de legislação saída que permitia aos capitães milicianos, então em serviço no Exército, que frequentassem um curso acelerado na Academia Militar, serem integrados nos respectivos quadros permanentes e adquirem a antiguidade da data do seu ingresso nas fileiras³⁷. Tal medida prejudicava altamente todos os oficiais que, tendo frequentado os cursos normais da Academia Militar no tempo certo, iriam ser ultrapassados pelos camaradas milicianos. Tratava-se de uma questão de justiça e de tradição, pois, os capitães milicianos, pelo facto de terem permanecido no Exército e terem feito várias comissões de serviço em África, não podiam e não deviam ir buscar vantagens sobre um oficial do quadro permanente que, se tivesse tido capacidades de adivinhação, em 1959, 1960 ou 1961 certamente teria optado por marchar para África, em vez de se sujeitar a um curso longo e trabalhoso, vendo, mais tarde, refeita uma carreira em igualdade de circunstâncias com outros que haviam escolhido a via clássica. O Governo, ao fazer publicar tal legislação, queria compensar os capitães milicianos, mas não o podia fazer à custa de todos aqueles que, já se tendo sacrificado com uma ou duas comissões em África, haviam seguido uma via correcta de carreira. O Governo estava a abrir a porta ao *oportunismo*, compensando-o largamente. Isso ia ao arrepio das tradições do Exército e dos conceitos de justiça estabelecidos segundo um critério há muito em vigor.

Curiosamente, e para que fique claro, o *oportunismo*, quase desde 1952, existia e estava enraizado na Força Aérea, como atrás deixámos referenciado, pois os quadros que deveriam ser preenchidos por oficiais técnicos oriundos de sargentos foram sendo cheios por oficiais milicianos que se sujeitavam a fazer cursos com sargentos. Era frequente a mudança de especialidade só para conseguir ascender ao oficialato e, mais grave ainda, no quadro de Administração Aeronáutica foram admitidos oficiais milicianos que nunca frequentaram curso algum na Academia Militar³⁸. A *verticalidade* só funcionou, durante muitos anos, no quadro de piloto-aviador, pois, até 1975, nunca ascendeu ao generalato nenhum oficial oriundo de sargento com frequência e aprovação do curso da Escola do Exército ou da Academia Militar. Quedaram-se sempre por coronel!

³⁷ Afonso, Aniceto - *O Meu Avô Africano*, Alfragide, Casa das Letras, 2009, p. 20.

³⁸ Chegou-se, também, na segunda metade da década de 60 do século passado, a recrutar estudantes de medicina e de engenharia, graduando-os em aspirantes-a-oficial para que ganhassem um soldo, prosseguissem os seus estudos e ingressassem sem qualquer formação militar específica na carreira militar aeronáutica, ficando habilitados a conseguir atingir os mais altos postos da hierarquia.

Sendo a questão motivadora do Movimento dos Capitães um assunto essencialmente do Exército, é certo que se foi, em face dos recuos do Governo, transformando numa acção política e militar, a qual progressivamente se estendeu aos contactos com os outros dois ramos das Forças Armadas³⁹. Tratava-se já de uma conspiração que visava o derrube do Estado Novo e a busca de uma solução para a guerra que alastrava em Moçambique e se aproximava de uma derrota das forças portuguesas na Guiné.

Em Lisboa, faziam-se contactos com a Armada e com a Força Aérea. Se naquela houve significativas adesões para a acção, envolvendo especialmente oficiais fuzileiros, nesta os comprometimentos conduziram a uma neutralidade institucional que se comprometia a deixar no solo as aeronaves que poderiam decidir, num ou noutro sentido, a acção do Exército.

Pode-se tentar perceber o que impediu os oficiais da Força Aérea, nomeadamente os pilotos, de darem a sua participação activa à conspiração e acção revoltosa. Julgamos, segundo a nossa própria interpretação, que pesou em muito o *complexo de paternidade* ou, se se quiser, o *kaulzianismo* residual que ainda permanecia vivo e actuante na Força Aérea. Não se tinha perdido o sentido pretoriano que presidira à criação do novo ramo das Forças Armadas⁴⁰. Ao mesmo tempo, havia uma claríssima diferença no modo de sentir a guerra por parte dos capitães do Exército e dos da Força Aérea, dado o meio físico em que cada um combatia. A guerra, na grande esmagadora maioria dos casos, na Força Aérea, era um *jogo de toca e foge* – teremos de, em abono da verdade, ressaltar missões temporalmente mais demoradas que envolviam, em especial, tripulações de helicópteros e, também, a agudíssima vivência no aeródromo de Mueda, no planalto dos Macondes, em Moçambique – que permitia, ao fim do dia, o regresso às bases e ao conforto das messes ou do ambiente familiar. Esta realidade não diminui em nada o esforço de todos os que arriscaram a vida no cumprimento da missão, mas é incomparavelmente diferente daquela que o Exército vivia nos aquartelamentos no mato. Sociologicamente, o envolvimento da Força Aérea no golpe militar levado a cabo no dia 25 de Abril de 1974 mergulha as suas raízes, estamos convictos, nesta diferente forma de ter vivido a guerra durante os treze anos que ela durou.

Mas, também de modo singular, haverá que ressaltar e ressaltar o envolvimento na acção militar da madrugada de 25 de Abril de alguns oficiais da Força Aérea, nomeadamente a ocupação das instalações do Rádio Clube Português, na zona do Parque Eduardo VII, que coube ser levada a efeito por oficiais engenheiros e de Administração Aeronáutica, não chegando, contudo, a uma dúzia. Houve o caso isolado de um piloto-aviador – o capitão Costa Martins, por sinal, antigo sargento piloto que concorreu à Academia Militar em 1961 – que, sozinho, tomou conta da torre de controlo do aeroporto da Portela de Sacavém e interditou o espaço aéreo da capital.

A Força Aérea e, particularmente, os oficiais pilotos não tinham, em geral, qualquer tipo de formação política nem contacto com quem a tivesse, nem condições para a adquirir, pois estavam *fechados* no âmbito da sua missão e nos condicionamentos da mesma. Mais facilmente as especialidades técnicas e a oficialidade de Administração, como resultado da convivência com oficiais milicianos provenientes das universidades, se constituíam em elementos politizáveis. E foi isso que aconteceu.

8. A Força Aérea e o PREC

Não vamos fazer um relato do que foi o Processo Revolucionário em Curso (PREC), por o acharmos desnecessário; todavia, julgamos, a nossa reflexão sobre a História da Força Aérea e o

³⁹ Afonso, Aniceto - *O Meu Avô Africano*, Alfragide, Casa das Letras, 2009, pp. 51-52.

⁴⁰ Foi esse sentido pretoriano que tolheu o passo dos oficiais pilotos de colocarem no ar, na madrugada de 25 de Abril, algumas aeronaves para dissuadirem qualquer intenção retaliatória das forças fiéis ao Governo. E isso não teria sido difícil se para tanto tivesse havido vontade e sentido organizativo.

respectivo processo de evolução sociológica com vista à definição da idiosincrasia que lhe é inerente ficaria incompleto se não dedicássemos a este período alguns parágrafos sintéticos.

Quando nos permitimos consultar jornais ou obras de síntese sobre a vivência do PREC⁴¹, percebemos, de imediato, que a disputa partidária se desenrolou tendo sempre como pano de fundo os militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) e as diferentes capacidades de movimentação de tropas que podiam conseguir. A Força Aérea só toma papel significativamente activo, enquanto detentora de poder aéreo militar, em dois momentos que demonstram a sua tendência política: no 11 de Março, ao lado do general Spínola, e no 25 de Novembro, ao lado do chamado Grupo dos Nove⁴². Ou seja, balança-se entre uma posição de direita e uma posição de esquerda ultra moderada, contendo no seu seio elementos marcadamente de direita.

Mas, olhando para o desenrolar do PREC, verificamos que, a nível individual, há muitos oficiais que se destacam pelas suas afirmações públicas de esquerda revolucionária, envolvendo, contudo, poucos pilotos aviadores e muitos oficiais engenheiros e administradores, já que dos técnicos quase não há notícia. Depois do chamado *Verão Quente* de 1975, e do anúncio público da proclamação do Grupo dos Nove, há uma clara retracção, para a direita, dos poucos pilotos aviadores conotados com a esquerda revolucionária, ficando no terreno da esquerda revolucionária uma parte dos oficiais administradores, engenheiros e, até, um ou outro médico.

A consolidação da democracia parlamentar, conseguida no decurso do golpe de 25 de Novembro de 1975, teve repercussões imediatas no âmbito da Força Aérea, na medida em que a chefia do Estado-Maior foi entregue a um oficial-general não graduado, repondo-se a hierarquia normal dentro do ramo. Nos anos subsequentes, até 1980, foi-se assistindo a uma *pacificação* das fileiras na Força Aérea através da acção punitiva do Conselho de Disciplina, que levou à passagem compulsiva à situação de reserva e de reforma muitos dos militares que haviam alinhado com a esquerda revolucionária ou, simplesmente, se tinham publicamente mostrado simpatizantes de uma esquerda mais radical. Quando não houve lugar a sanções disciplinares, verificaram-se colocações em unidades diferentes daquelas que eram as preferidas dos militares visados... Funcionou como uma espécie de aviso. Entre os oficiais-generais e oficiais pilotos de então, havia uma clara e marcada repulsa por qualquer tendência comunista ou filo-comunista.

Em suma, a Força Aérea, tanto antes de 25 de Abril de 1974 como depois, marcou uma posição que não deixou dúvidas relativamente à sua postura política institucional: era um ramo conservador, tendencialmente próximo das posições que, por convenção, se designam de direita.

9. A Força Aérea ganha personalidade e independência

O *nascimento* sociológico da Força Aérea enquanto ramo independente das Forças Armadas foi lento e, como já vimos, começou pelo aparecimento do *espírito de corpo* através do cumprimento da missão de guerra nos anos do conflito colonial. O golpe militar de 25 de Abril de 1974 e o subsequente PREC obriga-a a uma definição de parâmetros políticos que lhe vão dar um cunho distintivo do Exército e da Armada donde foi proveniente. Mas a verdadeira autonomia só surge no final dos anos 70 do século passado, com uma sucessão de medidas adoptadas devido ao golpe de vista e sentido da missão do general CEMFA (chefe do Estado-Maior da Força Aérea) José Lemos Ferreira.

Efectivamente é a este oficial-general que se fica a dever o fim da Escola de Estudos Superiores da Força Aérea para dar lugar ao Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (IAEFA) onde se passam a formar, também, os oficiais-generais do ramo. Foi um dos

⁴¹ Reis, António (coord.) - *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 19-39; Gomes, Adelino & José Pedro Castanheira - *Os Dias Loucos do PREC (Do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975)*, sem local, *Expresso/Público*, 2006.

⁴² No fundo, nestas duas datas, fez aquilo que poderia ter feito, em maior ou menor escala, na madrugada e manhã de 25 de Abril de 1974. Interpretando não o ter feito nesta última data e tê-lo feito nas datas acima indicadas, conclui-se, realmente, a verdadeira tendência política da Força Aérea naquela época que, em nosso entender, por tomadas de posição posteriores, na actualidade não está longe da de então.

cortes mais importantes para definir uma independência absoluta do Exército. O cordão umbilical estava em franco rompimento. Mas outro houve que foi definitivo: a criação da Academia da Força Aérea.

Foi no ano de 1977 que, em terreno contíguo à Base Aérea n.º 1, no edifício que se destinava a alojamento e messe de sargentos, se instalaram os primeiros cadetes vindos da Academia Militar ainda com os cursos por acabar. No Brasil, a Academia da Força Aérea (AFA) é designada, de uma forma assaz curiosa, mas sociologicamente muito correcta, por “Ninho da Águia”. Em Portugal demorou-se a fazer o “ninho” onde se colocariam e “chocariam” os “ovos” da Força Aérea independente e autónoma. Tão rápido quanto as circunstâncias impunham foram construídos de raiz novos edifícios para instalar os cadetes que se iriam começar a recrutar para os quadros permanentes de pilotagem, de engenharia e de administração. Mas muito cedo, também, se percebeu o quanto seria dispendiosa a formação de poucos cadetes para as diferentes especialidades de engenharia e, por arrastamento, de administração. A novel Academia passou a funcionar somente para a formação de raiz dos futuros oficiais pilotos; os restantes entrariam nas fileiras da Força Aérea de uma forma *enviesada*: para os licenciados pelas universidades civis, abrir-se-ia concurso para ingresso nos quadros permanentes de médicos, engenheiros e administradores, ficando sujeitos à frequência de um ano lectivo na Academia da Força Aérea, onde lhes seria ministrado um Estágio Técnico-Militar. Mais uma vez, a Força Aérea abdicava de uma formação integral, admitindo que uma *recruta* de um ano seria suficiente para a formação de quadros militares capazes de progredirem escorreitamente ao longo da carreira até atingirem os mais altos postos da hierarquia, podendo chegar a major-general. Foi um erro que demorou alguns anos a corrigir, pois só no início da década de 90 do século passado se criaram as condições mínimas para se recrutarem alunos para os chamados cursos *ab initio*. Estes têm de frequentar estabelecimentos universitários civis, mas só o fazem, na condição de cadetes, depois de terem obtido aprovação nos anos preparatórios na Academia da Força Aérea e estando sujeitos ao regime de internato.

Faltava um só passo para que a Academia da Força Aérea fosse o verdadeiro “ninho da águia”. Nesse tomámos parte activa e organizámo-lo: acabar com os cursos de formação dos oficiais técnicos do quadro permanente na base da Ota e implantá-los, como curso politécnico, na Academia⁴³. Depois de termos presidido a uma comissão instaladora durante um ano, em 1991/92 arrancou o primeiro curso politécnico para todas as especialidades técnicas da Força Aérea, em regime de internato. Não foi tarefa fácil. O conservadorismo prevaleceu sobre o sentido de inovação, pois que impôs a criação, somente no papel, de um estabelecimento específico para ministrar o ensino a sargentos e oficiais que passavam a ser, de imediato, alunos da Academia da Força Aérea. Assim nasceu, sem distinção aparente da Academia, a Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas (ESTMA). O mais difícil estava feito. Fomos o primeiro director de ensino da ESTMA para, depois de um breve intervalo, assumirmos as funções de director de ensino universitário da Academia da Força Aérea.

No ano de 2008, finalmente, e como era lógico logo de início, foi extinta a Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas (ESTMA), sendo integrados na Academia da Força Aérea os respectivos cursos politécnicos. Existem hoje, tal como existiram desde a criação da ESTMA, duas direcções de ensino: a do politécnico e a do universitário.

Foram necessários trinta e nove anos para a Força Aérea romper com todas as cadeias que a ligavam ao Exército e ganhar condições para manifestar e manter total autonomia e capacidade para gerar uma idiosincrasia que a marcasse como verdadeiro ramo independente das Forças Armadas.

⁴³ É necessário referir que, ao contrário do que acontece nos outros dois ramos das Forças Armadas, os oficiais técnicos, na Força Aérea, representam cerca de 75% da totalidade (a situação inverte-se na Armada e no Exército, onde cerca de 25% da oficialidade é oriunda da classe de sargentos). Assim, faria todo o sentido que estes oficiais, oriundos ou não de sargentos, obtivessem a sua formação académica, de nível politécnico, na Academia da Força Aérea.

10. Conclusão

Depois de termos passado em revista breve o processo de saneamento das Forças Armadas aquando da institucionalização do Estado Novo, para assim podermos compreender o mecanismo de formação da Força Aérea, dedicámos um capítulo à análise dos antecedentes daquele novo ramo das Forças Armadas de Portugal de modo a ficar claro, ainda que segundo um amplo traçado, a importância que tiveram a Aviação Militar e a Aeronáutica Naval no contexto dos anos que vão do início da Grande Guerra ao final da II Guerra Mundial. Depois, focámo-nos na criação da Força Aérea, olhando-a segundo duas vertentes: a organizativa e a sociológica. Fomos explorando esses aspectos e deixando pistas para um trabalho mais apurado e profundo, já que o nosso se limitou à indicação de evidências por nós conhecidas ou ainda vividas nos primeiros anos de oficialato. Em seguida, detivemo-nos no período temporal de 1961 a 1974, ou seja, o correspondente à guerra colonial. E fizemo-lo por julgarmos ter sido esse o momento histórico em que se deu início a uma *tomada de consciência* da verdade sociológica Força Aérea, através do desenvolvimento do *espírito de corpo* resultante da unidade gerada pela necessidade de um esforço comum para o cumprimento cabal da missão. Em seguida, passámos à relação entre o Movimento dos Capitães e a Força Aérea. Verificámos que, embora havendo comprometimentos individuais com o Movimento, não se estabeleceu um envolvimento de meios aéreos com os que o Exército procurava empenhar na execução do golpe. Atribuímos esta ausência à característica inerente à criação da Força Aérea, a qual designámos por *complexo de paternidade*. Terá, também, contribuído para a ausência de empenhamento de meios aéreos a forma como era sentida a execução da guerra no solo e no ar. Daqui, em seguida, passámos a expor a nossa forma de interpretar a relação entre a Força Aérea e o PREC. Concluímos, genericamente, que o envolvimento da Força Aérea, enquanto detentora de meios aéreos, no PREC se deu em dois momentos muito precisos: no 11 de Março e em 25 de Novembro de 1975, facto que a coloca, dentro do tradicional leque de esquerda-direita, mais próxima das posições da direita do que das da esquerda. Finalmente, dedicámos algum espaço a reflectir sobre a fase final de conquista e afirmação de *personalidade sociológica* da Força Aérea. Neste aspecto, identificámos os momentos e os factos que marcaram a total independência do ramo e a criação de condições para o desenvolvimento de uma idiosincrasia própria que define e afirma a Força Aérea como um corpo militar desligado das antigas tutelas do Exército, mantendo agora a postura que conquistou com o rodar dos tempos e a herança recebida da forma como nasceu.

Para concluir, resta-nos afirmar que a Força Aérea desenvolveu e mantém uma cultura piramidal de elites que resulta do modo como ainda hoje se sente o empenhamento nas acções de guerra do seu pessoal, separando, uma vez de forma muito evidente, outras de maneira mais subtil, as atribuições e missões dos militares que a constituem.

A par da característica antes referida, julgamos que se pode afirmar que a Força Aérea, como um todo, recusa modelos políticos de vanguarda, fixando-se em posicionamentos mais ligados a posturas conservadoras. É o resultado de uma *cultura*, de uma *socialização* que não renega origens, sendo que as mesmas permanecem vivas através de pequenos gestos e tradições.

- Na sequência da leitura da tradicional fórmula do juramento de bandeira, na Academia da Força Aérea, os cadetes beijam o estandarte nacional. Na cerimónia de integração dos novos alunos na Academia da Força Aérea, são benzidas as espadas, tal como são, também, benzidos os *brevets* das diferentes especialidades no final dos respectivos cursos, independentemente do tipo de crença religiosa dos alunos e do facto de o Estado português ser laico.

Capítulo 8

O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda. Apresentação de projecto de investigação

.....
Luís Nuno Rodrigues*

1. Enquadramento institucional

"O Corpo do Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda" é um projecto de investigação do Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC) do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), também do ISCTE-IUL, e do Instituto de Estudos Superiores Militares. O projecto é financiado pelo Ministério da Defesa Nacional e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

2. Equipa

A equipa de investigação do projecto é composta por Luís Nuno Rodrigues, João Freire, Daniel Marcos, João Neves (bolseiro) e Carlos Mimoso.

3. Descrição

O objectivo do projecto é efectuar um estudo aprofundado do Corpo do Estado-Maior do Exército Português (CEM) durante o período do Estado Novo, ou seja, entre a sua reorganização de 1937 e a sua extinção em 1974. Em termos cronológicos, o projecto abrange, por conseguinte, períodos fundamentais na acção do Corpo do Estado-Maior, desde a sua reorganização no final

* Doutoramento em História Americana pela Universidade do Wisconsin. Professor no Departamento de História do ISCTE-IUL, onde coordena o programa de Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais (em parceria com a Academia Militar). Investigador do Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC) do ISCTE-IUL. Pesquisas em curso: "O Corpo do Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda" e "Portugal não é um país pequeno: o fim do império colonial português numa perspectiva comparada". Publicações mais relevantes: *Kennedy-Salazar. A Crise de Uma Aliança. As Relações Luso-Americanas entre 1961 e 1963* (Lisboa, Editorial Notícias, 2002); *Marechal Costa Gomes. No Centro da Tempestade* (Lisboa, Esfera dos Livros, 2008); *Perceptions of NATO and the New Strategic Concept* (coordenador, com Volodymyr Dubovyk) (Amsterdam, IOS Press, 2011).

da década de 1930 às guerras em África nos anos 1960, passando pela II Guerra Mundial e pela modernização operada com a adesão à NATO.

As instituições e os corpos militares, bem como a sua acção na guerra e na paz, a cultura e as mentalidades dos seus membros, são hoje objecto de investigação científica, nomeadamente por parte da história, da sociologia ou da ciência política. Parece também haver hoje em Portugal um distanciamento suficiente para se proceder a uma abordagem rigorosa dos desempenhos técnico-profissionais e do papel social, político e internacional dos militares nas décadas de 1930 a 1970 do século XX. A existência de fundos arquivísticos abundantes e disponíveis (incluindo espólios pessoais e documentos militares desclassificados) permite igualmente recolher e analisar com objectividade informação relevante para este estudo, contando ainda com a audição e o parecer de especialistas civis e militares academicamente qualificados.

O trabalho do projecto iniciou-se com a constituição de uma base de dados com as mais de três centenas de oficiais do Corpo do Estado-Maior, identificando a sua idade, a sua origem, a sua arma e outras características consideradas relevantes para uma análise sociográfica deste corpo de oficiais. De seguida, o projecto irá também identificar as suas publicações, bem como os respectivos processos nos arquivos militares. Esta base de dados permitirá uma caracterização precisa, sob o ponto de vista sociológico, dos oficiais do Corpo do Estado-Maior, bem como aquilatar o grau de influência do Corpo no Exército, mediante o estudo das suas trajectórias profissionais, dos comandos exercidos, da doutrina produzida, etc.

A base de dados geral será o ponto de partida para um segundo nível de análise que se iniciará com a identificação de cerca de meia centena de nomes, dentro deste grupo mais abrangente. Neste nível, procuraremos avaliar a relação dos oficiais do Corpo do Estado-Maior com o “país”, isto é, identificar os casos mais significativas em que os oficiais do Corpo do Estado-Maior exerceram altos cargos civis, políticos e militares. Um terceiro nível, próximo do registo biográfico, isolará alguns destes oficiais para, através das suas ideias, obras e decisões (e das fontes documentais existentes), se perceber, em particular, como se concretizou a modernização militar de Portugal no âmbito da NATO e a resposta à guerra colonial africana.

A partir destes três níveis de análise são vários os objectivos que se desenham. A nossa intenção será colocar uma série de questões transversais e depois analisá-las em diversos contextos históricos.

Um primeiro contexto remete-nos necessariamente para a génese do Corpo de Estado-Maior e do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), escola onde eram ministrados os cursos de Estado-Maior. Procuraremos aqui entender as razões políticas da criação deste corpo de oficiais e identificar os diplomas legais e os regulamentos que enquadram a sua acção, salientando os momentos principais e as reformas pelas quais passou. Interessa-nos também, neste período anterior à deflagração da II Guerra Mundial, compreender quais as concepções de defesa militar de Portugal e qual o papel do Corpo do Estado-Maior nessa reflexão. Pretendemos igualmente identificar os contactos internacionais dos oficiais do Corpo do Estado-Maior: visitas de estudo ao estrangeiro, missões de observação, estágios, visitas de missões estrangeiras a Portugal e ao Instituto de Altos Estudos Militares.

Este último aspecto, aliás, faz parte das preocupações transversais a todo o projecto, presentes também no segundo período que consideramos, ou seja, a conjuntura da II Guerra Mundial. Também aqui esta dimensão internacional é fundamental para compreender as posições do Corpo do Estado-Maior face às potências em conflito, a divisão anglofilismo-germanofilismo e o modo como a guerra se reflectiu nas concepções dominantes e que presidiam ao ensino dos oficiais do Corpo do Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares.

Num terceiro momento, interessar-nos-á compreender o modo como o novo sistema internacional da Guerra Fria e a criação da NATO se reflectiram na organização das Forças Armadas portuguesas, e qual o papel do Corpo do Estado-Maior na incorporação desses novos princípios e dessas novas práticas. Uma vez mais, procuraremos identificar os diplomas legais e

os regulamentos que enquadram a acção do Corpo de Estado-Maior e também a evolução do ensino nos cursos de Estado-Maior durante este período. Interessa-nos analisar as concepções do Corpo do Estado-Maior para a organização territorial do Exército e da segurança interna, no Continente e Ilhas, os planos para a participação do Exército na defesa da Europa, a criação do Ministério da Defesa Nacional e a reorganização do Exército de acordo com as orientações NATO.

O quarto período sobre o qual nos debruçaremos é o período das guerras coloniais. O objectivo é perceber o papel do Corpo do Estado-Maior e dos seus oficiais na elaboração da doutrina portuguesa da guerra contra-subversiva. Trata-se aqui de perceber como se processou, em termos doutrinários sobretudo, a preparação das Forças Armadas portuguesas para as guerras de independência em África e, uma vez mais, quais foram as influências doutrinárias externas perante a perspectiva de guerras de independência no ultramar.

Por fim, o projecto dará também atenção à extinção do Corpo do Estado-Maior. Na verdade, a consequência política radical do envolvimento dos mais proeminentes generais do Corpo de Estado-Maior com o regime do Estado Novo foi, após a revolução de 1974, a dissolução desse mesmo Corpo.

4. Exemplo de abordagem: o Corpo do Estado-Maior e as guerras de contra-subversão

Uma das áreas na qual o Corpo de Estado-Maior teve uma importância decisiva foi a da introdução em Portugal das ideias, teses e doutrinas da guerra contra-subversiva.

O processo iniciou-se ainda durante a década de 1950, através de um conjunto de missões de estudo e de observação a França e a Inglaterra. Uma das mais importantes foi, sem dúvida, a deslocação de Hermes de Oliveira à Argélia. Hermes de Oliveira foi um militar do Corpo do Estado-Maior particularmente prolífico, que detém no seu currículo vários artigos e livros sobre a chamada contra-subversão e que se deslocou à Argélia ainda antes do início da guerra em Angola, colhendo aí preciosos ensinamentos sobre a guerra de contra-subversão. A deslocação deste oficial teve lugar em Junho de 1958. Poucos meses depois, no ano lectivo 1958-1959, o então Comandante da Academia Militar, General Buceta Martins, desafiou-o a proferir nesta instituição um ciclo de conferências, para assim *“estimular o interesse dos oficiais e alunos sob as minhas ordens, no estudo dos complexos problemas não só especificamente militares mas também filosóficos, políticos e sociais, que estão envolvidos no Guerra Subversiva e forçosamente implicam na acção contra-revolucionária de quem queira neutralizá-la ou combatê-la eficazmente”*. Para Buceta Martins, estas conferências seriam essenciais para ensinar aos oficiais das Forças Armadas portuguesas como *“preparar e dirigir as suas tropas face aos novos e insidiosos processos de uma guerra que é total e implacável”*, uma vez que estes novos *“meios de acção”* eram *“muito diferentes dos que até há pouco constituíam os meios de acção e os processos de administração clássicos”*¹.

Para além da missão de Hermes de Oliveira, em 1958 e 1959 o Exército enviou cinco oficiais para o *Intelligence Centre of the British Army* para frequentarem “cursos de informações” na *School of Military Intelligence*. Estes cursos incluíam *“uma sólida componente sobre guerras subversivas”*, reflectindo já a experiência britânica na Malásia, no Quénia e em Chipre. Depois de regressarem, os capitães Pedro Cardoso e Renato Marques Pinto – ambos do Corpo de Estado-Maior – acabaram por ser nomeados instrutores do Instituto de Altos Estudos Militares. Pedro Cardoso aproveitou inclusivamente para trazer de Inglaterra um manual intitulado *Keeping the Peace (Duties in Support of the Civil Power)* que acabou por ser *“rapidamente traduzido por si próprio e pelos seus camaradas”*. Uma vez completa a tradução, o

¹ Martins, Humberto Buceta - “Prefácio” in Hermes de Araújo Oliveira - *Guerra Revolucionária*, 2.ª edição, Lisboa, Ministério do Exército, 1961, p. 15.

livro serviu como manual e “*os problemas de guerra subversiva e o apoio das autoridades civis foram integrados nos cursos de oficiais superiores de 1958-1959*”. Esta iniciativa acabou por marcar “*o início da instrução prática dos oficiais em geral acerca dos problemas das guerras subversivas, e alterou o curso, que se encontrava quase exclusivamente orientado para as guerras convencionais*”².

Também entre 1958 e 1960, o então tenente-coronel Artur Henriques Nunes da Silva, do Corpo de Estado-Maior, frequentou o *Cours Supérieur de Guerre*, na Escola Superior de Guerra, em Paris, que incluía, entre outras, uma disciplina de “Guerra Subversiva”. Ao regressar a Portugal, em 1960, assumiu também funções como instrutor do Instituto de Altos Estudos Militares e, no decurso da sua actividade docente, viria a elaborar uma publicação intitulada *Apontamentos para o Emprego das Forças Militares em Guerra Subversiva*. Foi na sequência deste trabalho que acabou por ser desenvolvido o “manual de doutrina” intitulado *O Exército na Guerra Subversiva*, finalmente concluído em 1963³.

Já em 1959, foi a vez de seis oficiais do Exército português, chefiados pelo major Franco Pinheiro, do Corpo de Estado-Maior, serem enviados para a Argélia. Estes militares estiveram duas semanas no *Centre d’Instruction de Pacification et Contre-Guerrilla* onde efectuarem “*um estágio de instrução com cerca de 200 oficiais franceses*”. Pouco depois, “*foram enviados dois oficiais para cada um dos três organismos franceses estacionados na Argélia, durante um mês*”. No seu regresso a Portugal, estes homens “*redigiram um volumoso relatório sobre as suas experiências e observações de insurreição e guerra subversiva*”. A “*mensagem dominante*” era a de que “*o exército português se devia preparar urgentemente para combater insurreições*”⁴.

Para além das frequentes missões ao estrangeiro, é de salientar, igualmente, a preocupação dos responsáveis políticos e militares em integrar de forma imediata na formação das Forças Armadas portuguesas os novos conceitos e doutrinas que iam sendo “importados” e adaptados. Esta preocupação verificou-se a vários níveis. Em primeiro lugar, na própria Academia Militar, reorganizada através dos Decretos-Lei n.ºs 42151 e 42152, de Fevereiro de 1959. Nesta instituição, a situação nas colónias portuguesas tornou-se um tema central no ensino ministrado aos cadetes. De acordo com a nova legislação, era necessária a “*introdução de novos e importantes conceitos basilares na organização do nosso estabelecimento de ensino militar*”, bem como a unificação, “*tanto quanto possível*”, da preparação dos oficiais dos três ramos das Forças Armadas. Eram também evocadas as “*dificuldades crescentes da vida internacional, a vastidão e complexidade dos problemas inerentes ao desenvolvimento e perfeita integração de todas as parcelas de Portugal e o extraordinário tecnicismo das modernas armas e dos métodos de guerra*”. O documento referia especificamente que “*as condições histórico-geográficas do nosso país devem orientar a preparação do futuro oficial para o desempenho de funções no ultramar, funções que tantas vezes transcendem as especificamente militares e que as realidades que envolvem a vida nacional e as suas perspectivas implicam*”. De acordo com esta filosofia, determinava-se que “*todo o ensino ministrado na Academia Militar deve também reflectir a maior preocupação em preparar para o desempenho das várias missões que podem normalmente competir no ultramar ao oficial do quadro permanente. Essa preocupação far-se-á sentir, com toda a objectividade, em especial nas cadeiras que versem cultura militar ou geral de maior incidência na vida ultramarina*”⁵.

Ainda em 1959, foi decidido que, de futuro, seguiriam para o “Ultramar”, logo no início da sua carreira e ao concluírem nas respectivas escolas práticas os tirocínios exigidos por lei, todos os novos oficiais do Quadro Permanente das várias Armas e Serviços. Ao falar na Academia, em 2 de Outubro de 1959, “*aos novos oficiais que iam partir*”, o Ministro do Exército Almeida

² Cann, John P. - *Contra-Insurreição em África. O modo português de fazer a guerra, 1961-1974*, Lisboa, Edições Atena, 1998, pp. 67-68.

³ Cann, John P. - *Contra-Insurreição em África. O modo português de fazer a guerra, 1961-1974*, Lisboa, Edições Atena, 1998, pp. 70-71.

⁴ Cann, John P. - *Contra-Insurreição em África. O modo português de fazer a guerra, 1961-1974*, Lisboa, Edições Atena, 1998, pp. 67-68.

⁵ Decreto-Lei n.º 42151, 12/02/1959 in *Ordem do Exército*, 1.ª Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1960, pp. 197 e seguintes.

Fernandes, também ele oficial do Corpo do Estado-Maior, frisou que *“esta decisão não fora obra do acaso, mas que ela traduzia, pelo contrário, o resultado de uma determinação muito firme, já expressa, aliás, de forma bem clara na recente reorganização da Academia Militar ao focar-se aí a necessidade de se completar a preparação nela ministrada com uma comissão de serviço obrigatória no Ultramar, nos primeiros anos da carreira do oficial”*⁶.

No Instituto de Altos Estudos Militares, por seu turno, toda esta mudança se fazia sentir de forma ainda mais profunda, devido ao papel que, como acabámos de referir, os oficiais do Corpo do Estado-Maior tiveram na “importação” e “adaptação” das doutrinas da guerra subversiva ao caso português. Nunes da Silva, Marques Pinto, Pedro Cardoso, Santiago Inocentes, todos eles eram professores no Instituto de Altos Estudos Militares. Esta será, sem sombra de dúvida, uma das linhas de investigação que pretendemos explorar no decurso do projecto, isto é, perceber como estes ensinamentos e estas inovações chegam ao próprio curso de formação dos oficiais do Corpo de Estado-Maior.

⁶ *Razões de uma atitude*, depoimento de Almeida Fernandes reproduzido em: Antunes, José Freire - *A Guerra de África (1961-1974)*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 169. As comissões de serviço dos militares no Ultramar seriam posteriormente regulamentadas, através do Decreto-Lei n.º 42 937, 22/04/1960.

Capítulo 9

Os Militares Portugueses e a Descolonização. Apresentação de projecto de investigação

Ana Mouta Faria*

1. Enquadramento institucional

Estudar a fase final do processo de Descolonização Portuguesa - aquela que é designada correntemente por período da Descolonização - é o objectivo de um projecto colectivo de investigação que está a decorrer desde Setembro de 2009 no âmbito do Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC) do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (IUL).

A iniciativa partiu da Associação 25 de Abril que para ela convidou este Centro, em paralelo com o convite feito ao Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa. A Associação procura assim contribuir para um mais aprofundado conhecimento do período da Transição para a Democracia em Portugal, criando aos investigadores dos dois Centros as oportunidades e as possibilidades de registarem em número alargado as memórias de militares que participaram activamente ou acompanharam de perto este processo. Trata-se, pois, de disponibilizar à investigação desenvolvida no quadro das instituições universitárias a memória de testemunhas privilegiadas de uma determinada conjuntura histórica, sem, obviamente, colocar qualquer tipo de condicionamento. Um dos aspectos desta colaboração, que foi determinante para a aceitação da proposta, foi o ter ficado desde o início muito claro (e até registado no protocolo de colaboração assinado) o respeito dos proponentes pela plena liberdade das instituições científicas envolvidas, fosse em relação ao leque de pessoas a ouvir, fosse na definição dos métodos de pesquisa, ou ainda nas conclusões a retirar. O acompanhamento da Associação 25 de Abril enquanto decorrer o projecto não se limita ao estabelecimento de contactos com as pessoas a ouvir. Ele concretiza-se também na obtenção de apoios materiais e na colaboração na organização de formas de divulgação de resultados (como este colóquio, entre diversas outras, nas quais as tecnologias da informação têm um lugar destacado).

* Doutorada em Letras (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002). Professora no Departamento de História do ISCTE-IUL. Investigadora do Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC) do ISCTE-IUL. Pesquisas em curso: "O MFA e a Descolonização Portuguesa". Publicações mais relevantes: *Os Liberais na Estrada de Damasco - Clero, Igreja e Religião numa Conjuntura Revolucionária (1820-1823)* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006); "O Clero em Mudança do Antigo Regime para o Liberalismo (1820-1930): demografia, representações e problemas de classificação social (de ordem a corpo profissional)", in Vieira, Benedicta Maria Duque (organização) *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX* (Lisboa, CEHCP, 2004).

Pela parte do CEHC-IUL, a aceitação do desafio traduziu-se na definição de um projecto centrado no curto lapso de tempo entre 25 de Abril de 1974 (ou um pouco antes) e a independência de cada um dos novos países em que o Império colonial português então se transformou.

2. Equipa

A equipa é formada por dois investigadores do CEHC-IUL, Jorge Martins e eu própria (investigadora responsável), a que se irão juntando outros, mais novos, que são estudantes de mestrado e doutoramento no ISCTE-IUL, a realizar as respectivas teses. Destes, começou já a trabalhar Rui Brito Camacho Duarte.

3. Descrição

Embora, em bom rigor, não seja correcto classificar o período dentre a revolução portuguesa de 1974 e as independências das colónias como 'o' da Descolonização Portuguesa, na medida em que o processo começa cerca de duas décadas antes, o facto é que ele corresponde a uma fase decisiva dentro desse processo, na medida em que é então que o Estado português reconhece o direito à independência das colónias, reivindicada por movimentos nacionalistas, e assume, como política colonial, a via das negociações para preparar a descolonização.

E porque, apesar da multiplicidade de estudos, o período continua em muitos aspectos mal conhecido (insuficientemente), justifica-se fixar este âmbito cronológico para a pesquisa.

A especificidade de cada caso nacional levou naturalmente à opção de subdividir a pesquisa em outros tantos casos a estudar, por investigadores diferentes, em que o fio condutor será o papel dos militares das Forças Armadas portuguesas. Arrancaram ao mesmo tempo os que incidem sobre as colónias em que a luta pela independência assumiu a forma de luta armada e que, por isso, tiveram em comum o terem sido teatros de guerra. A progressão destes trabalhos mais ou menos em paralelo permite-nos trabalhar em perspectiva comparada, até porque são vários os elementos que se cruzam, desde os que decorrem da posição política comum a alguns dos movimentos nacionalistas face aos representantes do novo poder político em Portugal, à participação de certos protagonistas militares em mais do que um processo, ou, ainda à ligação a todos estes dos elementos que em Lisboa participavam nas estruturas de poder.

Por outro lado, a pluralidade de actores envolvidos nestes processos tem-se traduzido em trabalhos com incidência específica sobre alguns destes; cada historiografia nacional privilegiando, como é lógico, a sua própria participação; investigadores de outros países trabalhando a partir de fontes de que estão mais próximos, sejam chancelarias, fontes dos movimentos nacionalistas, ou outras. Assim, encontramos obras em que o fio condutor é de tipo biográfico, outras em que se produz a história de movimentos políticos (actores colectivos), ou acompanham a política externa dos países terceiros.

Beneficiando das pistas proporcionadas pela ligação da Associação 25 de Abril ao projecto, o que privilegiamos, no presente estudo, é a participação dos militares portugueses, desde a mobilização inicial que conduziu ao derrube do Estado Novo até à sua actuação no terreno para concretizar a Descolonização. Trata-se, assim, de um trabalho com forte componente de história oral, a cruzar com fontes de arquivo.

No campo da história oral, definiu-se uma categoria específica de depoimentos: de pessoas que foram testemunhas privilegiadas destes processos sem, no entanto, salvo uma ou outra excepção, terem desempenhado um papel de primeiro plano na cena política. Concretamente, trata-se de dar voz a militares que tiveram acesso privilegiado à informação,

quando não durante todo esse período, pelo menos em relação a certos acontecimentos importantes, em que participaram, quase sempre com poder de decisão ao nível local e que por isso não se confundem com o "cidadão vulgar" - na medida em que, pelas funções que tiveram que desempenhar, adquiriam uma percepção muito menos fragmentada do que a maioria dos indivíduos podia ter sobre o que estava em jogo em cada momento.

Daí que, com relativa autonomia face à produção de resultados analíticos, este projecto tenha uma outra componente, que nos parece importante: a da constituição de um arquivo de história oral, de cujo tratamento para disponibilização pública se encarrega a Fundação Mário Soares. Este arquivo virá assim acrescentar-se aos importantes elementos para o tema da Descolonização que já existem em Coimbra no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade. Complementarmente, o arquivo da Fundação Mário Soares acolherá a documentação escrita que se encontra em arquivos particulares e que os nossos informantes entendam confiar-nos - sempre que estes o autorizem, como é óbvio.

Quanto aos sete estudos que serão o resultado final do trabalho dos investigadores, estes inserem-se na história política portuguesa, e vão cobrir temas, desde a formação do Movimento dos Capitães nas províncias ultramarinas à actuação local do MFA depois do 25 de Abril, e ao envolvimento dos militares nos múltiplos processos que então se verificaram: libertação dos presos políticos; extinção ou reconversão da polícia política; conversações com os movimentos e partidos políticos; os acordos de descolonização; explosão dos movimentos sociais; "retorno" dos colonos ou cidadãos nacionais; desactivação da máquina de guerra colonial, retracção do dispositivo militar, regresso dos combatentes metropolitanos e desmobilização dos contingentes locais; o problema dos militares africanos das Forças Armadas portuguesas; adaptação da administração civil em ordem à independência (como em Timor ou Macau); preparação para a transferência de poderes, nomeadamente a partir da constituição dos governos de transição.

Como se percebe por esta enumeração, trata-se de temas que nem se situam apenas dentro da história política nem pertencem exclusivamente à história portuguesa. Os limites que resultam da definição de um projecto não podem ser confundidos com a ignorância sobre a existência de outras problemáticas. Na medida em que tal dependa dos investigadores, a intenção é confrontar os resultados a que formos chegando a partir das nossas fontes, quer com testemunhos directos, quer com historiografia provenientes de outras paragens.

Em suma, este trabalho difere este projecto dos trabalhos já existentes:

- *Porque* se centra na análise dos processos colectivos. Por um lado, por perspectivar a actuação dos militares portugueses como apenas uma das componentes do processo histórico global do período 1974/75, ao mesmo tempo que outras dinâmicas têm como pólos aglutinadores diversos agentes políticos e sociais (movimentos armados, outros movimentos políticos, as populações repartidas em diversas sensibilidades pró ou anti-independência, movimentos reivindicativos pela melhoria de condições de vida, etc.). Por outro, por visar a actuação dos militares quer como força militar ocupante quer como movimento político organizado no território (o MFA, sobretudo naqueles em que houve guerra), desde o 25 de Abril até ao dia em que cada país se tornou independente.
- *Porque* o estudo se centra na investigação sobre cada espaço local, território a território.
- *Porque* se procura construir uma perspectiva global sobre o processo de transição para as independências que não é observada a partir de Lisboa, mas da comparação entre os sete casos singulares.

Eis assim expostas as linhas gerais deste projecto.

Capítulo 10

Os Militares Portugueses na Guiné-Bissau: da contestação à descolonização. Apresentação de projecto de investigação

Rui Brito Camacho Duarte*

1. Enquadramento e objectivos

Como é sabido, a 25 de Abril de 1974, Portugal despertava com um golpe militar, depois de um longo período de regime ditatorial, iniciado a 28 de Maio de 1926 e fossilizado sob a forma do Estado Novo.

Os militares revoltosos decidiram tomar o poder com vista à mudança do paradigma governativo vigente, que persistia no arrastamento de uma guerra no Ultramar dividida em três frentes distintas – Guiné, Angola e Moçambique – e sem fim aparente.

Com efeito, a rotura que se verificou em Portugal proporcionou o começo da etapa final do processo de Descolonização, que conheceu o seu princípio, em 1961, com o despontar das lutas nacionalistas armadas nas colónias portuguesas.

A transferência de poderes e de soberania, nas colónias, para os movimentos nacionalistas foi um desígnio assumido pela elite governativa que se estabeleceu após o 25 de Abril de 1974, dando origem ao processo mais marcante da história contemporânea portuguesa, que culminou no fim do domínio português sobre vastos territórios africanos.

O objecto do presente trabalho foram as movimentações políticas dos militares das Forças Armadas portuguesas que ocorreram na Guiné desde 1972 até aos finais de Setembro de 1974.

Esta investigação abrangeu também o processo - bastante célere - de transferência de poder das autoridades político-militares portuguesas para o novo Estado independente da Guiné-Bissau, e a forma como as diferentes forças intervenientes nele exerceram a sua influência.

Com efeito, apesar de abarcar um momento e um espaço geográfico relativamente exíguos, considerou-se que o processo específico de transição para a independência se reveste de importância extrema para a compreensão do processo global da descolonização e o consequente fim da secular presença portuguesa no continente africano.

* Licenciado e Mestre em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE-IUL. Oficial em regime de contrato no Exército Português. Pesquisa em curso: "O MFA e a Descolonização Portuguesa".

O presente trabalho nasceu de um projecto colectivo de investigação sobre “O MFA e a Descolonização Portuguesa”, levado a cabo por um grupo de investigação integrado no Centro de Estudos de História do ISCTE-IUL, que visa aprofundar o conhecimento da acção dos militares das Forças Armadas Portuguesas nos processos de independência das antigas províncias ultramarinas.

Deste trabalho conjunto decorreu o projecto individual a desenvolver no âmbito do mestrado em História Moderna e Contemporânea – Relações Internacionais no ISCTE-IUL, cuja tese aqui se sintetiza, nas suas linhas gerais.

2. Problemática e Delimitação do Trabalho

Nesta investigação, surgiram novos elementos sobre a situação político-militar vivida na Guiné desde o início da década de 70 do século XX, que permitiram compreender as motivações dos oficiais destacados naquele território que possibilitaram que um processo relativamente difundido, de origem socioprofissional, se transformasse num processo conspirativo com vista a um golpe de Estado, bem como examinar os mecanismos utilizados para esse fim.

Para analisar o desenvolvimento do processo clandestino conduzido por militares, pareceu-nos importante aproveitar o conceito, proposto por Diniz de Almeida, de “*arranque*” da contestação como a “*acepção de infringir revolucionariamente a legalidade numa acção militar de força*”¹ e averiguar como tal se desenvolveu na Guiné, desembocando na tomada de poder a 26 de Abril de 1974, naquele território.

Posteriormente, procurámos analisar a situação social vivida na Guiné após o derrube do regime vigente, a forma como se alterou e estruturou a nova elite governativa portuguesa naquela região e a sua articulação com o governo metropolitano.

Por fim, abordaram-se os processos de tomada de decisões, ao nível do governo daquela Província, já num cenário de cessar-fogo e negociações, que viriam a desembocar na retracção do dispositivo militar português e no repatriamento das forças portuguesas.

Para apresentar a pesquisa efectuada, adoptou-se um esquema de trabalho sobre a presença e acção dos militares das Forças Armadas Portuguesas num processo que se inicia com as primeiras contestações políticas, sociais e, até, económicas por parte dos mesmos que decorre até à transferência de poder soberano, no ano de 1974. O estudo cobriu os seguintes tópicos:

- Breve introdução sobre a evolução da presença colonial portuguesa na Guiné, nomeadamente no período que decorre desde as Campanhas de Pacificação do século XIX até ao mandato do general Spínola;
- Contextualização do aparecimento de um núcleo de militares descontentes, que se organizam e reivindicam junto do Poder Central;
- Organização de um Movimento, constituído por oficiais das Forças Armadas Portuguesas, com vista à mudança do curso político-militar vigente naquele território;
- Substituição de um modelo reivindicativo de via legalista por um outro de cariz revolucionário;
- Caracterização do Movimento dos Capitães ao nível local e da sua articulação com o Movimento que se organizava na Metrópole;
- Golpe militar de 25 de Abril e as reacções na Guiné-Bissau;
- Desmantelamento da PIDE-DGS;
- Alterações no modelo governativo vigente;

¹ Almeida, Diniz de - *Ascensão, Apogeu e Queda do M.F.A.*, Lisboa, Edições Sociais, 1978, p. 17.

- Processos de negociação e os seus actores - MFA, Junta de Salvação Nacional, ministros do Governo Provisório e representantes do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC);
- Decurso das operações conjuntas entre forças portuguesas e o PAIGC com vista à transferência de poder no terreno, que culminou com o repatriamento das Forças Armadas Portuguesas;
- A situação dos militares das Forças Armadas Portuguesas nativos da Guiné;

Estes foram os eixos iniciais e centrais da pesquisa.

Resumidamente, procurou-se elaborar um estudo que revelasse as especificidades e correlações de um processo de ruptura, desde a formação de um núcleo de militares descontentes até ao golpe militar, que evoluiu para um processo de Descolonização e Transferência de Poder, visando apurar se houve ou não um *"pensamento estratégico"*² dos militares em relação à descolonização, antes e depois do 25 de Abril de 1974, e aprofundar uma das teses sobre o comportamento político dos militares proposta por José Medeiros Ferreira, segundo o qual *"a génese do movimento dos capitães é caracterizada, na sua fase conspirativa, por uma certa indiferença face à questão do regime político"*³.

Apesar de nos termos centrado no núcleo de militares que vieram a constituir o Movimento dos Capitães (MOCAP) e posteriormente o MFA, não ficamos por analisar outras correntes contestatárias que se movimentaram no seio das Forças Armadas estacionadas na Guiné. Pareceu-nos, por isso, adequado focar a estrutura militar naquele território uma vez que desde a centralização, na mesma pessoa, do governo da província e da chefia militar até à transferência de soberania, em 1974, a instituição militar se apresenta como a entidade primariamente responsável pelos destinos daquele território tanto a nível político, administrativo, económico-social como, obviamente, militar, sendo marginal o espaço para uma elite político-administrativa vinda da sociedade civil.

Uma última nota: a presente investigação visa ainda servir de base parcial a um eventual trabalho – de âmbito necessariamente mais alargado e, por isso, inadequado às finalidades aqui prosseguidas – que tenha por objecto o estudo comparado da realidade abordada mas, desta feita, em espaços geográficos do continente africano distintos, como é o caso de Angola e Moçambique.

3. Metodologia

A periodização adoptada visou integrar o nosso objecto de estudo na temática da Descolonização no continente africano, que decorre num âmbito cronológico e geográfico mais amplo, cujo início é marcado pela publicação da Resolução A/1514, intitulada "Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais", pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Dezembro de 1960, um marco importante que é reforçado pela onda de independências africanas que ocorrem no mesmo ano e nas proximidades geográficas do território em estudo. São disso exemplo as independências do Senegal, Mauritânia, Burkina Fasso, Mali, Níger, Nigéria, entre outros.

Assim, neste estudo, o início da Descolonização é simbolizado por um lado pela mudança no direito internacional que a referida Resolução implementou, por outro pelo fenómeno independentista que ficou comumente conhecido como a "segunda vaga de descolonização" e, ainda, pelo início de conflitos entre movimentos nacionalistas e o poder colonial português.

Entendeu-se que o período abrangido por esta pesquisa devia corresponder à fase final da Descolonização Portuguesa, desde a proibição imposta em 1972 ao general Spínola por

² Guerra, João Paulo - *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas*, edição revista e aumentada, Oficina do Livro, 2009, p. 14.

³ Ferreira, José Medeiros - *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa, 1992, p. 335.

Marcello Caetano da continuação dos encontros com o presidente do Senegal, Léopold Senghor, com vista à negociação com o PAIGC e subsequente paz na província guineense, até ao final da presença portuguesa na Guiné, com o fim de conflitos armados entre o colonizador e movimentos nacionalistas e a transferência de poder.

A par das fontes escritas, desenvolveu-se o trabalho empírico também com a realização de entrevistas a alguns militares portugueses que participaram, a nível local, no processo de conspiração até à transição para a independência. A pesquisa de arquivo centrou-se primariamente: no Arquivo da PIDE-DGS no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), que contém materiais fundamentais para a compreensão da situação político-militar guineense antes do golpe militar; no Arquivo Histórico-Militar, que contém arquivos pessoais de militares, *briefings* e relatórios da situação no terreno e, ainda, da organização administrativa que, a partir do dia 26 de Abril de 1974, se implementou na Guiné até ao momento do reconhecimento da independência daquele território, por parte do Estado Português; e em arquivos pessoais que os entrevistados nos facultaram.

Significa isto que, neste estudo, a História Oral surge como uma técnica válida, não constituindo, no entanto, o objecto principal de análise documental sendo, antes, um complemento para a construção e reconstituição da história factual de episódios por meio de relatos individuais, uma vez que em processos conspirativos, como o que aqui - em parte - se pretende tratar, existem inevitavelmente poucas fontes primárias disponíveis. Procurou-se obter o testemunho de agentes que, à escala local, intervieram no processo conspirativo e posteriormente de transferência de poder na Guiné e que, por isso, funcionaram como observadores privilegiados. A estes foram aplicadas entrevistas semi-directivas.

O trabalho encontra-se estruturado em três partes.

A primeira parte debruça-se essencialmente sobre a forma como a situação político-militar foi agudizando a politização dos militares aí presentes. Na segunda parte, o ênfase foi dado à forma como no seio das Forças Armadas Portuguesas, na Guiné, se desenvolve um processo de contestação e conspiração que assume diversas formas e conta, para além do habitualmente referido Movimento dos Capitães, com vários protagonistas e que veio a culminar num golpe militar em Abril de 1974. Na terceira parte, procura-se dar a conhecer os mecanismos de governação que se estabeleceram após o 26 de Abril e da forma como esses mecanismos influenciaram a descolonização e transferência de poder da Guiné enquanto colónia portuguesa para o Estado da Guiné-Bissau.

4. Conclusão

A elaboração deste estudo conduziu-nos a inúmeras conclusões:

4.1. A formação, na Guiné, de um núcleo de militares politicamente activos remonta a 1972

Apurou-se a existência de um “núcleo dinamizador”, constituído no segundo semestre de 1972 e composto inicialmente por menos de uma dezena de oficiais, que se manteve relativamente estável e que se destacou, posteriormente, na dinamização das Comissões do Movimento das Forças Armadas da Guiné.

Nas reuniões que se foram desenrolando, a discussão política versava essencialmente a situação do País, sendo o prestígio das Forças Armadas um ponto fulcral das discussões. A estas foram-se juntando as discussões corporativas como forma de agregar o maior número possível de militares: inicialmente, estas discussões tinham por objecto a contestação ao Congresso dos Combatentes do Ultramar; e, posteriormente, na sequência da publicação dos Decretos-Lei

353/73 e 409/73, a reivindicação face à legislação que lesava os interesses corporativos do oficialato do quadro permanente.

A discussão política entre militares – ainda que em pequeno número – antecede, na realidade, a discussão corporativa – ainda que esta agregue, sem dúvida, um maior número de militares. Contudo, a partir da questão corporativa rapidamente se retorna à questão política anterior, circunstância que põe em marcha um processo que reclama a mudança do modelo governativo até então vigente.

É, por isso, que, entre os meses de Maio e Agosto de 1973 – período durante o qual se regista um nítido agravamento da situação militar na província e se dá a saída do general Spínola da chefia político-militar da Guiné –, se dá uma alteração profunda na constituição do Movimento dos Capitães. Em primeiro lugar, porque há um alargamento do núcleo inicial, que passa a contar com alicerces de peso corporativo para agregar dezenas de oficiais presentes naquele território; em segundo lugar, porque há uma transição da via legalista para a via revolucionária, que vai sendo estudada e aprofundada especialmente após a saída do general Spínola daquele território.

4.2. Na Guiné desenvolveram-se vários movimentos contestatários

Verifica-se, igualmente, que a Guiné, desde meados de 1973, vivia num “caldeirão político”, que se manifestou de várias formas e através de diversos actores.

Em primeiro lugar, com a contestação ao Congresso dos Combatentes do Ultramar, que reúne, sem distinções ideológicas, militares dos três ramos das Forças Armadas na Guiné.

Em segundo lugar, iniciam-se as reivindicações centradas nos Comandos Africanos, directamente relacionadas com a ideologia spinolista desses militares.

Em terceiro lugar, destaca-se o oficialato – em regra capitães –, com tendências revolucionárias mais vincadas e que se organizam em Comissões, que, por sua vez, se articulam com outras Comissões nas restantes colónias e na metrópole.

Em quarto lugar, na sequência do golpe frustrado das Caldas, a 16 de Março, há uma tentativa de espoletar um golpe militar na Guiné, incentivando-se os Comandos Africanos à tomada de poder pela força.

Por fim, e em contacto com o grupo de oficiais que constitui o Movimento dos Capitães (MOCAP), de forma autonomizada, desenvolve-se uma tentativa de golpe do tenente-coronel Luís Ataíde Banazol.

Contudo, fruto de uma base de apoio mais alargada, de uma maior articulação com outros territórios e de um amadurecimento político notório, o Movimento dos Capitães – que evoluirá para Movimento das Forças Armadas –, na Guiné, surgirá como a única organização militar que conseguirá impor-se e derrubar o Governo local, substituindo-o desde a primeira hora.

4.3. O MFA local hegemonizou o Governo da Guiné no pós-26 de Abril

Mesmo com a subsequente liderança do Governo civil e militar daquela província, a partir de 7 de Maio de 1974, por um oficial que não era membro do MFA, este movimento conseguiu afirmar-se na condução do processo político e militar da Guiné, impedindo a concretização das hipóteses spinolistas que tinham em vista a auto-determinação daquele território e conduzindo um processo de transferência do poder e de retracção do dispositivo militar à escala local, praticamente, sem interferência do Governo metropolitano – a Junta de Salvação Nacional. São disso exemplo: a libertação de presos políticos; a detenção e evacuação dos agentes da PIDE-DGS; os planos de evacuação de praças militares, datado de 9 de Maio de

1974; e as conversações que tiveram lugar a meio do mês de Julho com o PAIGC, e das quais resultará um plano de transferência de poder que será objecto de uma reprodução, quase *ipsis verbis*, no Acordo de Argel, em 26 de Agosto.

Ao nível da organização militar, a agilidade demonstrada pelo MFA da Guiné permitiu ainda a sua reestruturação como forma de absorver outras estruturas – como o Movimento Alargado de Oficiais, Sargentos e Praças – susceptíveis de abalar a sua estabilidade.

4.4. O processo de transferência de poder decidiu-se à escala local

No que diz respeito ao processo de transferência de poder, há ainda a registar a forma como o Encarregado do Governo e o MFA lidaram com o PAIGC, isoladamente, sem consultar ou dialogar com outros movimentos ou associações políticas, que tentaram emergir, na Guiné do pós-26 de Abril, na Guiné. Aliás, a intervenção portuguesa acabou mesmo por proibir actividades de partidos ou associações políticas que não as do PAIGC e colaborando inclusivamente na entrega de alegados membros da Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING) ao PAIGC.

Sem dúvida que, desse factor, resultou a minimização da possibilidade de conflitos políticos ou militares após a saída das forças portuguesas, embora tal circunstância tenha, na prática, dificultado qualquer tipo de iniciativa pluripartidária no Estado da Guiné-Bissau e contribuiu para o esforço sistemático de eliminação da oposição.

4.5. O Estado da Guiné-Bissau não assumiu qualquer responsabilidade para com os combatentes das Forças Armadas Portuguesas

Deve salientar-se igualmente que a boa-fé depositada pelas autoridades portuguesas no PAIGC, quanto à futura integração no Estado da Guiné-Bissau de militares – especialmente graduados das Forças Armadas Portuguesas –, resultou numa total ausência de responsabilidades legais daquele partido, cabendo apenas ao Governo Português algumas responsabilidades pecuniárias para com os seus ex-combatentes guineenses.

Se é verdade que, no Acordo de Argel, o PAIGC não assume qualquer tipo de compromisso para com os militares portugueses de recrutamento local, certo é que, nas reuniões, especialmente nas que têm lugar em território da Guiné, foi dada sempre como certa a sua integração no futuro exército da Guiné-Bissau.

Por esta razão, houve dezenas – senão mesmo centenas – de ex-militares guineenses que permaneceram na Guiné-Bissau após a saída das tropas portuguesas e que acabaram massacrados pelas autoridades daquele Estado. Desta maneira, embora não se possa afirmar que Portugal se tenha furtado às suas responsabilidades para com aqueles militares portugueses (e que haviam sido assumidas no Acordo de Argel), a verdade é que não curou de acautelar os seus interesses e, no limite, a sua própria sobrevivência.

Depois de concluída a dissertação de mestrado, a fase seguinte deste projecto irá visar: a continuação da recolha, preservação e divulgação de testemunhos orais de actores neste processo de transferência de poder e descolonização; o rastreio de novas fontes documentais; a redacção de estudos comparativos sobre o mesmo espaço temporal e conceptual em relação a outros territórios sob administração portuguesa; e, finalmente, a edição de um estudo conjunto que abarque, pelo menos, os casos em que houve transferência de poder político de Portugal para os movimentos nacionalistas com os quais se travaram conflitos bélicos na década de 70 do século XX.

Capítulo 11

As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra-Fria. Apresentação de projecto de investigação

Helena Carreiras*

1. Apresentação

Este projecto visa estudar, de um ponto de vista sociológico, as transformações ocorridas nas Forças Armadas Portuguesas durante as últimas duas décadas. Face às profundas mudanças que durante este período têm vindo a registar-se no plano geopolítico internacional, do ponto de vista da redefinição das questões de segurança, da natureza das ameaças e das missões militares, propomo-nos um duplo objectivo: por um lado, descrever, compreender e avaliar a forma como as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a ajustar-se estrutural e culturalmente a este novo cenário; por outro lado, analisar a relação entre as Forças Armadas e a sociedade portuguesa. Desenvolvido no CIES-IUL, o projecto foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) entre 2007 e 2010.

2. Equipa

Helena Carreiras (coordenação), Célia Agapito, Ana Alexandre, Maria Carrilho, Raquel Freitas, Isabel Ferreira Nunes, Carlos Santos Pereira, Silvestre Porto, Marco Rosa e José Vegar.

3. Resumo

A queda dos regimes comunistas na URSS e na Europa central e do leste e o final da Guerra-Fria marcaram o início de um período de profundas transformações na ordem internacional. Num

* Doutorada em Ciências Sociais e Políticas (Instituto Universitário Europeu, Florença, 2004). Professora no Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL. Vice-presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (entre 1994 e 1996). Vice-presidente do Instituto de Defesa Nacional (desde 2010). Pesquisa em curso: "As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra-Fria". Publicações mais relevantes: *Gender and the Military Women in the Armed Forces of Western Democracies* (Abingdon, UK, Routledge, 2006); "Women in the Armed Forces of Western Democracies", in Buckley, John & George Kassimeris (editores) - *Ashgate Research Companion to Modern Warfare* (London, Ashgate, 2010); "Soldados sem inimigos? Um olhar sociológico sobre os militares portugueses em missões de paz", in Branco, Carlos M. & Francisco Proença Garcia (organização) *A Participação de Portugal em Missões de Paz* (Lisboa, Prefácio, 2010).

contexto de acentuada incerteza e indefinição, muitos países têm vindo a reequacionar orientações estratégicas, a rever políticas de defesa e a reestruturar as organizações militares. Face a uma clara ausência de informação empírica relativa ao caso português, este projecto tem como objectivo uma descrição e compreensão globais das transformações ocorridas no seio das Forças Armadas Portuguesas e na sua relação com a sociedade, durante as últimas duas décadas. Tomando como referência teórica os modelos de análise propostos no âmbito da Sociologia das Instituições Militares, por autores como Moskos e Wood¹ e Moskos, Williams e Segal², procura-se, especificamente, analisar as estratégias de ajustamento organizativo e as dinâmicas sociais que acompanham esse processo em torno de três dimensões fundamentais: relações civil-militares, organização e profissão militares.

Do ponto de vista das relações civil-militares, as transformações na relação entre as Forças Armadas e a sociedade são analisadas em termos dos seus aspectos políticos e sociais: entre os primeiros destacam-se a política de defesa (orientações estratégicas, definição de missões e percepção de ameaças), processos de tomada de decisão em assuntos militares, discurso político sobre segurança e defesa, conceito estratégico de defesa nacional e orçamentos de defesa/despesas militares. Entre os segundos, salienta-se a opinião pública relativa à defesa e Forças Armadas, relações *media*-Forças Armadas, e ainda relações públicas e *marketing* militar.

No que se refere à organização militar, observam-se as dinâmicas internas da mudança em termos de formato e dinâmica organizacional (ou seja, estrutura das forças, políticas de recrutamento de pessoal e impacto da profissionalização do serviço militar, participação feminina e políticas de reestruturação e reequipamento) e, com destaque, a participação militar portuguesa nas missões de paz.

Neste caso, desenvolveu-se um estudo de acompanhamento de um contingente militar em missão de paz no Kosovo. Entre Fevereiro e Outubro de 2009, realizou-se o acompanhamento do 1BI/BrigINT/KFOR, uma força de reserva da KFOR, composto por 290 militares (incluindo 33 mulheres) cuja missão decorreu no Kosovo entre Março e Setembro de 2009. O dispositivo metodológico do estudo consistiu numa variedade de instrumentos, activados em diferentes fases.

Desde logo, no período preparatório (Fevereiro de 2009), no regimento de Infantaria de Vila Real, unidade de origem da maior parte dos militares, estabeleceu-se um primeiro contacto com o batalhão e o seu comando e reuniu-se informação sobre o tipo e características da formação recebida, bem como sobre o contexto e desenvolvimento da missão. Nessa ocasião, foi aplicado um inquérito por questionário a todos os elementos e realizadas entrevistas semi-directivas com militares em diferentes posições. O inquérito permitiu a recolha de dados de caracterização sociográfica, trajectória e experiência militar, percepção dos militares sobre a profissão/instituição militar, sobre as missões internacionais e de paz, sobre motivações e expectativas relativamente à missão no Kosovo, bem como sobre a perspectiva dos militares face às relações familiares em situação de missão. Nos meses seguintes, realizaram-se também entrevistas a cônjuges/companheiros(as) de alguns dos militares, com vista a aprofundar o tema da relação família/instituição militar.

Durante o período de missão, em Junho de 2009, 3 elementos da equipa de investigação participaram na missão, no campo *Slim Lines*, em Pristina. Esta experiência permitiu um grande envolvimento informal com os militares no terreno, a observação/participação directa nas suas actividades e a realização de dezenas de entrevistas. Durante duas semanas de trabalho de campo, acompanhou-se o dia-a-dia do contingente, partilharam-se instalações, refeições, tempos de trabalho e lazer; acompanharam-se os militares em saídas e contactos com as populações, autoridades militares e locais e com outras forças, e conversou-se, formal e informalmente, com muitos deles.

¹ Moskos, Charles & Frank Wood - *The Military: more than just a job?*, Washington, Pergamon-Brassey's, 1988.

² Moskos, Charles & John Allen Williams & David R. Segal - *The Postmodern Military*, Oxford, Oxford University Press, 1999.

Após o regresso do contingente a Portugal, foi novamente aplicado um inquérito de avaliação da experiência de missão (incluindo aspectos como nível de satisfação, avaliação do desempenho do contingente e da organização da missão, dificuldades sentidas, aspectos positivos e negativos da experiência), ocupação dos tempos livres e comunicação, relações familiares, perspectiva de futura participação em missões e o papel das mulheres em operações de apoio à paz.

Finalmente, ao nível da profissão militar, focaliza-se a atenção no impacto de mudanças estruturais sobre o perfil genérico da profissão militar bem como sobre a identidade, educação e socialização dos profissionais militares (origens sociais, valores e identidades profissionais, educação e formação, representação e associativismo militar).

Para todas as dimensões, pressupõe-se um tratamento contextualizado: a) espacialmente (comparações internacionais e consideração das dinâmicas macro em que se inserem as mudanças em curso) e b) temporalmente (análise de tendências evolutivas).

Do ponto de vista da metodologia de pesquisa, o projecto assenta num desenho misto, combinando instrumentos de tipo extensivo e intensivo. Recorre-se, por isso, a uma multiplicidade de técnicas de investigação: análise estatística e documental, inquérito nacional à opinião pública sobre segurança, defesa e Forças Armadas, inquérito por questionário a uma amostra representativa dos oficiais e sargentos das Forças Armadas Portuguesas, entrevistas semi-directivas a actores-chave (responsáveis políticos e militares, dirigentes associativos, jornalistas) e ainda observação directa e participante.

Espera-se que os resultados permitam: 1) lançar as bases para futuros projectos, designadamente os que visem estudos de caso aprofundados sobre temáticas mais específicas relativas às Forças Armadas Portuguesas (incidindo sobre missões, unidades ou grupos particulares); 2) facilitar a integração do caso português em projectos comparativos internacionais; 3) apoiar o processo de tomada de decisão e definição de políticas relativas às Forças Armadas Portuguesas, durante o processo de reajustamento organizativo em curso e na monitorização dos seus efeitos e desenvolvimentos futuros.



Esta obra partiu das comunicações apresentadas à Jornada de Estudos “Militares e Sociedade, Marinha e Política: um século de história”, realizada a 24 de Setembro de 2010 no ISCTE-IUL, organizada pelos Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) e Associação para o Desenvolvimento das Telecomunicações e Técnicas de Informática (ADETTI) do ISCTE-IUL, Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa, com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (CNCCR).

Esta Jornada assinalou o centenário da proclamação da República e nela se fez a apresentação pública do projecto “A Marinha na Transição para a Democracia. Acção e Memória”, empreendido por estes centros de investigação.

Para uma melhor análise das dimensões políticas da Marinha e do seu lugar na conjuntura revolucionária portuguesa, afigurou-se pertinente uma perspectiva alargada, possível a partir de um olhar sobre o papel da Marinha na vida política portuguesa no século XX e sobre as relações entre militares e sociedade. Quer o processo iniciado a 25 de Abril de 1974 quer o começado a 5 de Outubro de 1910 foram marcados por novos movimentos

sociais e forte participação política, inscrevendo estes eventos marcantes novas práticas de cidadania na sociedade portuguesa.

O livro estrutura-se em duas partes: uma centrada na Marinha, outra alargada às Forças Armadas em geral.

Procurou-se uma visão plural dos problemas, fazendo dialogar investigações a iniciar com outras mais avançadas, provenientes de áreas disciplinares diversas, sendo este o caminho que se afigura mais fértil para o avanço do conhecimento. Pretendeu-se, assim, estimular análises nos mais diversos campos, desde os trabalhos sobre a Marinha e os militares na sociedade aos estudos sobre elementos de mudança e permanência na transição para a Democracia - esse processo que levou Portugal e colónias para a boca da cena geo-estratégica mundial e que, segundo Samuel Huntington, abriu uma nova vaga revolucionária mundial.

Apoio